

Abílio Marques Mourão



Nasceu a 10 de Agosto de 1890 em Gavião. Era filho de António José Alves Fernandes Mourão e de Fábria do Nascimento Araújo Mourão. Em 1925 ainda continuava solteiro.

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Exerceu a advocacia e desempenhou funções de inspector notarial no Porto.

Fez parte do Partido Republicano Liberal. Aderiu ao PRN em Fevereiro de 1923 e integrou a comissão organizadora deste partido no Porto. Integrou a Lista do Directório que Cunha Leal tencionava apresentar às eleições no IV Congresso do PRN. Após a saída de Cunha Leal do IV Congresso do PRN foi candidato pela Lista Neutra que saiu perdedora. Em Março de 1926 aderiu à ULR. Foi Vogal da Junta Central da ULR e organizador do cadastro partidário da ULR no Porto.

Foi eleito deputado pelo círculo de Chaves nas legislaturas de 1921 e 1922 pelo PRL. Na legislatura de 1922 desempenhou funções na 3.^a Comissão de Verificação de Poderes; Legislação Civil e Comercial. 1922-1923: 3.^a Comissão de Verificação de Poderes, Petições e Inquérito ao Ministério da Guerra. 1923-24: Petições. 1924-1925: Petições. Projectos de lei que apresentou em 1924-25: 830.B; Projectos de Lei em que foi relator em 1922: 362. Em 1923 fazia parte do Senado Municipal do Porto, em representação do PRN.

Afonso de Melo Pinto Veloso



Nasceu em Águeda, a 9 de Outubro de 1878, filho de Joaquim de Melo Ribeiro Pinto (juiz do Supremo Tribunal de Justiça) e de Luísa de Freitas Veloso de Melo. Casou com Paulina de Araújo Coelho de Campos, não tendo tido filhos. Frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra entre 1895 e 1898, alcançando neste último ano o bacharelato. Iniciou a sua carreira profissional na magistratura, tendo desempenhado os cargos de delegado do Procurador Régio em Estarreja (1899) e de auditor administrativo de Beja (1910-1911). Foi nomeado em Janeiro de 1911 para a Comissão Jurisdicional das Congregações e em Outubro de 1911 para a investigação da primeira rebelião monárquica do Porto. Organizou a colónia penal de Sintra em 1915 e em 1917 estabeleceu as novas bases do regime sacarifico da Madeira. Nos anos seguintes, exerceu as seguintes funções: secretário do Conselho Superior da Magistratura Judicial (1918-1932); agente do governo português junto do Tribunal Internacional da Haia (1919-1920), nas questões de reivindicações de bens propostos pelos governos da Grã-Bretanha, França, Espanha e Bélgica; Juiz desembargador do Tribunal da Relação (1927); juiz do Supremo Tribunal de Justiça (a partir de 1933); presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1947-1948); relator do Supremo Tribunal Militar.

Durante a Monarquia filiou-se no Partido Progressista. Com a implantação da República converteu-se ao republicanismo conservador. Primeiro numa aproximação à linha «Pimentista» e logo depois, na adesão ao «Sidonismo» (Partido Nacional Republicano). Posteriormente passou pela Conjunção Republicana da Beira (1919), pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923) e pelo Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). Foi Governador Civil do Funchal durante a Monarquia (nomeado em 24-02-1910) e Senador pelos sindicatos agrícolas (1918) durante o Sidonismo. Integrou o executivo, como ministro da Justiça (23-12-1918 a 07-01-1919), no governo presidido pelo Tenente-Coronel João Tamagnini Barbosa, que se constituiu após o assassinato de Sidónio Pais. Voltou ao governo, na pasta da Instrução Pública (15-01-1920 a 21-01-1920). Recusou participar no governo do PRN, liderado por António Ginestal Machado em Novembro de 1923. Foi eleito deputado por Viseu em 1919 e 1921, e por Lamego em 1922 e 1925. Ascendeu à vice-presidência da respectiva Câmara entre Fevereiro de 1922 e Dezembro de 1925. Prosseguiu a actividade pública sob a Ditadura, vindo a ser procurador à Câmara Corporativa da I à IX legislatura (1935-1968), primeiro na secção de Justiça até à IV legislatura (1945-1949). Nessa legislatura transitou para a secção de Política e Administração Geral, onde se manteve até à sua morte em 1968. Foi ainda 1.º vice-presidente da Câmara Corporativa na IV (1945-1949) e na V (1949-1953) legislatura. Foi presidente do Grémio Beirão de Lisboa nos anos trinta, Diário Liberal, 6-8-1932.

Faleceu em Lisboa, a 15 de Fevereiro de 1968.

Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos



Nasceu a 20 de Outubro de 1865 em Moura, filho de António de Lemos Sousa e Castro e de Maria José do Prado de Castro e Lemos. Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1892, tendo exercido medicina.

Iniciou a sua actividade política no movimento republicano durante os estudos superiores. Foi redactor dos jornais académicos *A Pátria*, *Ultimatum* e *Justiça*. Esteve envolvido no movimento republicano de 31 de Janeiro de 1891 na capital.

Começou a sua actividade política no Partido Republicano Português durante a Monarquia. A sua amizade com Brito Camacho ditou a sua adesão à União Republicana em 1912. Aderiu em 1919 ao Partido Republicano Liberal e em 1923 ao Partido Republicano Nacionalista. Foi o líder do "bloco" constituído pelo PRRN e pelo PRL no Senado em Dezembro de 1922. Após a formação do PRN liderou o grupo parlamentar no Senado no início de 1923. Foi candidato da Lista Neutra no IV Congresso do PRN (1926) que saiu perdedora.

Após a implantação da República, foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa e presidiu à primeira Comissão Municipal Republicana da capital. Foi eleito deputado na constituinte de 1911 pelo círculo de Lisboa Oriental. Posteriormente, foi eleito senador em todas as legislaturas, menos em 1918, pelo círculo de Beja. Foi Vice-Presidente do Senado em 1921, 1924 e 1925.

Ocupou ainda o cargo de vogal à Junta de Crédito Público, em representação do Senado, entre 1911 e 1917. Foi iniciado maçom em 1892, na loja Fraternidade, com o nome simbólico de Schopenhauer.

Faleceu em Lisboa, a 15 de Dezembro de 1944 e foi sepultado no cemitério de Serpa.

Alberto Carlos da Silveira



Nasceu em Lagos, a 25 de Fevereiro de 1859. Era filho de Francisco Alberto da Silveira (Lagos, 1830) e de Emília Carolina da Silveira (Monchique, 1830). Casado com Carlota Salinas Cristiano [Christian] da Silveira, (Alemanha 1860). Teve cinco filhos: Francisco Alberto; Joaquim Alberto; Maria Albertina; Helena Albertina; Emília Albertina.

Assentou praça como voluntário no regimento de Infantaria n.º 13 a 25 de Julho de 1876. Fez estudos em Lisboa no Colégio Militar (1870-1876), fez o curso preparatório para a arma de artilharia na Escola Politécnica e concluiu, em 1882, o curso de Artilharia na Escola Militar. Oficial do Exército (praça, 1876; alferes, 1882; tenente, 1884; capitão, 1890; major, 1907; tenente-coronel, 1911; coronel, 1913; general, 30-03-1918; reserva, 27-2-1926), comandou o Grupo n.º 2 do Campo Entrincheirado de Lisboa durante a revolução republicana e a partir de 9 de Outubro de 1910 passou a comandar a Polícia Cívica de Lisboa. Foi também vogal do Supremo Tribunal Militar e membro do júri que, em 1922-1923, julgou os «Outubristas». Obteve a Medalha de Ouro do Ministério da Guerra da classe de bons serviços. Foi homenageado com uma Espada de Honra pelo seu desempenho como comandante de Polícia de Lisboa. Obteve o Grau de Oficial de Avis e Medalha de Ouro de Comportamento exemplar. Em data desconhecida, a Câmara Municipal de Lagos colocou o seu nome numa rua da Freguesia de Santa Maria, no Concelho de Lagos.

Iniciou a sua actividade política como membro do PRP. A sua amizade com Brito Camacho fê-lo participar no «Bloco» em 1911 e filiar-se no Partido da União Republicana (1912-1919). Posteriormente aderiu ao Partido Republicano Liberal (1919-23) e ao Partido Republicano Nacionalista (1923-27). Em 1911 integrou, pela primeira vez, o elenco governativo (governo de João Pinheiro Chagas), assumindo a pasta da Guerra entre 8 de Outubro e 12 de Novembro. Reempossado nesta última data, manteve-se em funções até 16 de Junho de 1912 (governo de Augusto de Vasconcelos). Em 1921 regressaria ao executivo, de novo como ministro da Guerra, entre 23 de Maio e 30 de Agosto no governo presidido por Tomé de Barros Queirós. Deputado na constituinte por Silves, transitou posteriormente para o Senado (1911-1915). Foi eleito senador, por Faro, em 1915, 1919 e 1921. Foi eleito deputado por Lisboa em 1925. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1887 na loja União Independente.

Faleceu em Lisboa, a 22 de Abril de 1927.

Alberto de Moura Pinto



Nasceu em Coimbra, a 5 de Abril de 1883. Era filho de Luís da Costa Pinto. Estudou em Coimbra, tendo completado o bacharelato na Faculdade de Direito (1899-1904). Era casado com Maria do Carmo Campelo Moura Pinto, pai de Maria Luísa Moura Pinto Rabinovitch (casada com George Rabinovich, alto funcionário da ONU a trabalhar no Rio de Janeiro) e avô de Joana Moura Pinto Rabinovitch.

Seguiu a carreira da magistratura. Desempenhou funções de Administrador do Concelho de Arganil (1908), de delegado do Procurador Régio em Miranda do Douro (1909) e S. João da Pesqueira (1910), e de delegado do Procurador da República em Mangualde e Leiria já depois de implantada a República. Com a República voltou a ser Administrador do Concelho de Arganil (1910).

Desenvolveu actividade de propaganda em prol do regime republicano, integrando a Junta Central Revolucionária de Coimbra com Manuel Alegre, Malva do Vale e Pires de Carvalho e promoveu a fundação de núcleos revolucionários em Águeda, Oliveira do Hospital e Arganil.

Iniciou a actividade partidária no PRP. Em 1912 aderiu à União Republicana e em 1919 ao Partido Republicano Liberal, tendo feito parte do directório deste último partido. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e fez parte da Comissão que elaborou o seu programa. Abandonou o PRN e passou à condição de independente no final de Julho de 1925, conjuntamente com Ferreira de Mira e Ferreira da Rocha, na sequência do apoio ao governo de António Maria da Silva.

Foi deputado por Arganil em 1911, 1915, 1921, 1922 e 1925.

Apoiou o Sidonimo, tendo sido ministro da Justiça entre 11 de Dezembro de 1917 e 7 de Março de 1918. Saiu do governo com os outros ministros unionistas (Aresta Branco e Santos Viegas) em ruptura com Sidónio Pais.

Foi um acérrimo adversário da Ditadura Militar e do Estado Novo. Foi preso por envolvimento no movimento revolucionário de 1928. Voltou a ser preso em 19 de Julho de 1930, sendo deportado no dia seguinte para os Açores. Conseguiu evadir-se dos Açores ainda nesse ano e refugiou-se em Espanha. Neste país juntou-se a Jaime de Morais e Jaime Cortesão, tendo formado o grupo oposicionista denominado «os budas». Mudou-se depois para França e para o Brasil, tendo-se dedicado à actividade comercial associado ao grande industrial português do Rio de Janeiro, Ricardo Seabra. Regressou do Brasil em virtude de uma amnistia em 1957.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1909 na loja Tenacidade, com o nome simbólico de Passos Manuel. Esta loja era a n.º 250 do RF, de Águeda, resultante do triângulo n.º 34, antes instalada em Sangalhos, que esteve activa entre 1905 e 1913.

Faleceu na Quinta dos Vales em Coja (Arganil), a 9 de Março de 1960.

Alberto Jordão Marques da Costa



Nasceu em 8 de Janeiro de 1884 em Cuba, filho de Manuel Marques da Costa (Médico em Cuba) e de Maria Libânia Lança. Casou em 1925 com Maria José da Silva Salgueiro Marques da Costa. O casal teve dois filhos: Maria Manuela da Silva Salgueiro Jordão Marques da Costa (25.07.1929) que casou com Nuno de Sousa Cambezes; Alberto Jordão da Silva Salgueiro Marques da Costa (15.10.1931) que casou com Maria Margarida Potes Cordovil. Alberto Jordão Marques da Costa residiu na rua João de Deus e na rua do Imaginário, n.º 9, em Évora.

Estudou primeiro num seminário (não identificado) e posteriormente no Liceu André de Gouveia em Évora. Coursou primeiramente o Curso Superior de Letras e posteriormente a Faculdade de Direito da Universidade da Lisboa. Em 1925 encontrava-se licenciado, sem vencimento, do cargo de bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora. Foi professor no Liceu Passos Manuel de Lisboa e no Liceu de Santarém. No entanto, foi no Liceu André de Gouveia de Évora onde fez carreira, tendo sido Reitor durante a fase final da I República. Exerceu ainda advocacia em Évora até ao final da década de sessenta. Era alferes miliciano na reserva de artilharia. Pertenceu ao Grémio Republicano Eborense, fundado em Janeiro de 1930, tendo sido eleito para a Comissão de Propaganda do Grémio. Foi eleito, em 15 de Fevereiro de 1935, Presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial de Évora. Foi Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Harmonia Eborense (1936-1937).

Iniciou a sua actividade política no PRP, transitando para o PRRN em 1920 e para o PRN em 1923, onde se manteria até 1935. Fez parte da Comissão Jurídica do PRRN (1920-1923). No PRN fez parte da comissão distrital de Évora, dirigiu o centro político do PRN (1923-1928) em Évora, que se situava na rua Serpa Pinto n.º 9, 1.º andar e foi membro substituto do Directório do PRN do (1923-1935).

Foi eleito deputado pelo círculo de Évora em três legislaturas. Em 1919 pelo PRP, em 1922 pelo PRRN e em 1925 pelo PRN. Em 1921 foi candidato a deputado pelo PRRN no círculo de Évora, não sendo eleito. Foi chefe de gabinete do Ministro do Comércio e interino do Trabalho, Pedro Pita, entre 21 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923 (Diário do Governo, II Série, 21 de Novembro de 1923).

Exerceu o cargo de governador civil de Évora em duas ocasiões (27-12-1914 a 05-02-1915 e 24-05-1915 a 23-10-1917). Presidiu à Comissão Executiva (1923-1925) e ao Senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi Provedor da Misericórdia de Évora (1920-1923).

Foi director de *O Democrático* (Évora), entre 28 de Fevereiro de 1915 e 7 de Maio de 1916, órgão local do PRP e da *Democracia do Sul* desde 2 de Agosto de 1917 e 1932. Durante este período este periódico eborense defendeu as cores do PRP, do PRRN e do PRN.

Durante o Sidonismo foi transferido para Bragança e posteriormente preso e deportado para a Madeira no final de Dezembro de 1917, quando era dirigente do PRP. Com o início da Ditadura Militar também começou a sofrer penalizações: Foi demitido do cargo de Reitor do Liceu André de Gouveia de Évora do Julho de 1926 e foi preso em Évora entre 8 e 14 de Fevereiro de 1927, acusado de envolvimento na revolução de

Fevereiro de 1927. Nesse período liderava o PRN local (*Democracia do Sul*, 9 de Fevereiro de 1927, p. 1). Em Dezembro de 1930 voltou a ser preso em Évora, sendo transferido para a esquadra da Lapa, em Lisboa. A 16 de Dezembro de 1931 os postos fronteiriços receberam ordens para o prenderem, caso tentasse sair do país. Em Abril de 1932 foi transferido para o Liceu de Santarém. Conseguiu regressar ao Liceu de Évora em Outubro de 1933 com o empenhamento de António Ginestal Machado e de Júlio Dantas. Foi ainda preso em meados da década de trinta quando se encontrava na propriedade (Quinta das Casas Altas, Boa Fé) do seu sogro Manuel da Silva Salgueiro.

Alberto Jordão Marques da Costa permaneceu sempre na oposição ao Estado Novo. Foi atentamente vigiado pela polícia política, que o classificava como pertencendo à «oposição crónica». De facto, o Dr. Alberto Jordão participou em inúmeras iniciativas de oposição ao Estado Novo ao longo da sua vida, com destaque para o Movimento de Unidade Democrática em 1945, as campanhas eleitorais de Norton de Matos em 1949, de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958 e pertenceu ao directório da Acção Democrato-Social na década de sessenta.

Manteve um contacto próximo com os seus antigos colegas do PRN, como Júlio Dantas e António Ginestal Machado. No entanto, o político com o qual manteve maiores laços de amizade, foi com Pedro Góis Pitta. O seu filho, Alberto Jordão da Silva Salgueiro Marques da Costa, foi encarregado de levar as alianças na cerimónia de casamento entre a filha de Pedro Pitta, Maria Amélia Pitta e Cunha com Paulo Arsénio Veríssimo Cunha, futuro ministro de Salazar. Em Évora manteve como amigos políticos António Cartaxo Júnior, António Manuel Pascoal e António Amado. Afastou-se de outros antigos amigos, como João Camarate Campos, que aderiu ao Salazarismo e de Domingos Rosado.

Ainda assistiu com ao 25 de Abril de 1974, tendo a sua preferência partidária oscilado entre o PS e o PSD. Foi muito atacado pelo PCP, tendo inclusive as suas propriedades sido colocadas como alvos das ocupações.

Faleceu em Évora em 1 de Março de 1980.

Alberto Lelo Portela



Nasceu a 10 de Junho de 1893 em Fontes (Santa Marta de Penaguião), filho de António José Portela (médico, bacharel pela Universidade de Coimbra) e Olinda Ferreira Ponce Leon Lelo. Casado com Ema Magdeleine Clémentine Boulle em 18-9-1922. Era irmão de Raul Lelo Portela (advogado) e de Aurélio Lelo Portela (médico).

Fez os primeiros estudos no colégio de Lamego, de onde transitou para Coimbra para terminar o curso liceal. Fez o curso de cavalaria da Escola do Exército em 1914, seguindo a arma de cavalaria, onde atingiu a patente de tenente-coronel de aeronáutica (praça, no regimento de Infantaria n.º 23 em 1911; Alferes, 1915; Tenente, 1917; Capitão, 1918; Major, 1926; Tenente-coronel, 1937; reserva, 1937; reforma, 1938).

Distinguiu-se no ramo da cavalaria e da aviação, combatendo durante a I Grande Guerra como piloto na esquadrilha Spad I24 do grupo de combate n.º 21 do exército francês. Piloto aviador desde 1-8-1916, curso tirado em Inglaterra, sendo o mais novo aviador português e o primeiro a ter um «brevet». Posteriormente, fez o curso da Escola de Aviação de Paris, (1922) e foi adido militar da legação portuguesa em Paris durante 8 anos (1928-1935). Durante a sua estadia em França formou-se na Escola Superior de Guerra de Paris. Também se dedicou ao jornalismo, onde ganhou alguma celebridade, sendo proprietário do jornal *O Sol* (anos quarenta). Participou nas negociações entre os aviadores revoltosos da Amadora e o Governo de Álvaro de Castro em Junho de 1924, tendo sido preso conjuntamente com os outros aviadores no Forte de S. Julião da Barra.

Acompanhou primeiramente o Partido Republicano Evolucionista e posteriormente o Partido Republicano Liberal. Foi governador civil de Lisboa (28-07-1920 a 20-10-1921) e deputado na legislatura de 1922 pelo círculo de Vila Real, nas listas do Partido Republicano Liberal. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista e em 1926 na União Liberal Republicana. Não aderiu ao Salazarismo tendo contactos com elementos da oposição (Cunha Leal, Coronel Ribeiro de Carvalho, entre outros). Foi em 27 de Abril de 1938 preso na Casa de reclusão de Governo Militar de Lisboa. O Conselho Superior de Promoções recebeu denúncia de um legionário contra Alberto Lelo Portela por este criticar o regime de Salazar num restaurante de Sesimbra, pelo qual se ordenou uma investigação que concluiu não ter sido este oficial a declarar essas afirmações - 31-8-1937, pelo que pode ascender a tenente-coronel. Comendador da ordem Militar de Avis (1931).

Morreu a 10 de Outubro de 1949.

Albino Soares dos Reis Júnior



Nasceu a 30 de Setembro de 1888 em Loureiro (Oliveira de Azeméis). Era filho de Frederico Albino Soares Pires dos Reis e de Maria da Silva Pereira Marques. Frequentou o curso preparatório eclesiástico no Seminário dos Carvalhos, em Gaia, e o curso teológico no Seminário Maior do Porto (1905-1908). Após concluiu o curso dos liceus em Coimbra frequentou a Faculdade de Direito de Coimbra (1909-1913).

Foi advogado e conservador do registo civil em Coimbra, Oliveira de Azeméis (1919-27) e em S. João da Madeira (1927-33).

Foi presidente do Senado Municipal de Oliveira de Azeméis (1914-1918) e presidente da Comissão Executiva (1919, 1923-1926). Foi ainda administrador deste concelho. Foi eleito deputado em 1921 (PRL) e em 1925 (PRN).

Foi filiado no Partido Republicano Português, no Partido Republicano Liberal, no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) e na União Liberal Republicana, de Francisco da Cunha Leal, desde Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Aveiro.

Integrou a elite política da Ditadura Militar e do Estado Novo, sendo um dos conselheiros próximos de Salazar. Durante o Estado Novo ocupou importantes cargos políticos: presidente da Comissão Executiva da União Nacional (de 1932 a 1934 e de 1938 a 1945); Governador Civil de Coimbra (13 de Novembro de 1931 a 5 de Julho de 1932); Ministro do Interior no primeiro governo presidido por Oliveira Salazar (05-07-1932 a 11-04-1933); Vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1933); Presidente da Comissão Consultiva da União Nacional (1933-1945); Vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1945-1968); Presidente do V (e último) Congresso da União Nacional (1970); Presidente da Comissão Consultiva da Acção Nacional Popular (1970). Foi deputado em todas as legislaturas (1935-74), líder da Assembleia Nacional (de 1935 a 1937), vice-presidente (de 1938 a 1942) e presidente (de 1945 a 1961). Foi membro do Conselho de Estado (1936). Em termos profissionais ascendeu a juiz do Supremo Tribunal Administrativo desde 1933 e tornou-se o seu Presidente em 1936.

Recebeu a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo.

Morreu em Oliveira de Azeméis a 14 de Maio de 1983.

Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá



Nasceu em Santo Ildefonso, no Porto, em 28 de Novembro de 1872, filho de Fernando Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá (n. 1844) e de Maria da Conceição Rodrigues Antunes Vasconcelos e Sá. Casou com Inácia Antunes Salinas de Benevides Mendonça Arraes Caldeira de Mendanha. O casal teve três filhos: Fernando de Vasconcelos e Sá (n. 25-05-1906) casado com Maria José Archer; Alexandre de Vasconcelos e Sá (n. 16-12-1908) casado com Joaquina Amélia da Gama Salgueiro da Costa; José Carlos de Vasconcelos e Sá (n. 17-08-1917) casado com Maria Fernanda da Gama Salgueiro da Costa.

Frequentou a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, vindo a alcançar o bacharelato em Medicina no ano de 1894. Iniciou então carreira na Armada (aspirante, 1894; guarda-marinha, 1896; 2º tenente, 1898; médico-naval de 1ª classe/1.º tenente, 1902; capitão de fragata, 1910), que o levaria à graduação de capitão de mar-e-guerra, em 1915. Serviu em Angola e Moçambique, chefiou os serviços de cirurgia do Hospital de Marinha e dirigiu este estabelecimento. Esteve de novo em Angola durante a Grande Guerra, como chefe dos serviços de saúde (1914-1918), tendo participado nas campanhas do Cuangar e Cuamato. Pela sua bravura em combate recebeu a Ordem Militar da Torre e Espada. A quando da sua morte era delegado do Governo junto da Companhia de Moçambique.

Iniciou-se na actividade política republicana durante a monarquia, vindo a ingressar no Partido Republicano Evolucionista, onde integrou a Comissão Dirigente (1912), a liderança parlamentar e a Junta Central (a partir de 1913). Abandonou este partido em 1916, filiando-se no Partido Centrista Republicano, de que fundador, sendo presidente da Comissão Central Organizadora. Aderiu ao Sidonismo e fez parte do Directório do Partido Nacional Republicano em 1918. Posteriormente aderiu ao Partido Republicano Liberal, sendo membro efectivo do Directório do PRL em 1922.

Em 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e foi membro do Directório de 1923 a 1925. Por fim, juntou-se às fileiras da União Liberal Republicana em Março de 1926. Neste último partido fez parte da Comissão Executiva em 1926, foi vogal da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Portalegre.

Teve actividade conspirativa em prol da República na vigência do regime monárquico, tomou parte no 5 de Outubro de 1910 como membro do Comité Revolucionário da Marinha. Foi deputado nos anos de 1911-15 (Elvas), 1915-1917 (Portalegre) e 1918-19 (Portalegre). Regressou à Câmara dos Deputados em 1921 (Portalegre). Em 1922 voltou a ser candidato, desta vez por Évora, não tendo sido eleito (Partido Republicano Liberal). Voltou à Câmara dos Deputados em 1925 pelo círculo de Silves (PRN), tendo beneficiado da desistência de José Mendes Cabeçadas Júnior.

Foi comissário do governo junto da Companhia de Moçambique, antes de ascender, no governo de Sidónio Pais, a secretário de estado das Colónias, pasta por que foi responsável entre 15 de Maio e 8 de Outubro de 1918 e, de novo, desde esta última data até 23 de Dezembro. Tornou ao executivo, agora na pasta da Agricultura, entre 15

de Novembro e 18 de Dezembro de 1923 no governo do Partido Republicano Nacionalista.

Recebeu o grau de cavaleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz.

Faleceu em 1 de Outubro de 1929. Cunha Leal fez o discurso de elogio no seu funeral.

Alfredo Ernesto de Sá Cardoso



Nasceu em 6 de Junho de 1864. Filho de Carlos Ernesto Freire de Aguiar Cardoso (oficial do exército) e de Adelaide Leopoldina Moreira de Sá Cardoso. Casou e teve descendência com Gabriela Moreira de Sá Cardoso.

Após os primeiros estudos, ingressou no Colégio Militar, tendo concluído o curso em 1880. Frequentou posteriormente a Escola do Exército, onde cursou a arma de Artilharia. Assentou praça em 1880, prosseguindo a carreira de oficial do exército: alferes, 1886; tenente, 1888; capitão, 1900; major, 1911; tenente-coronel, 1915; coronel, 1917; general, 1924; reforma, 1934. Participou na campanha da Lunda, sendo agraciado com a Ordem Militar de Avis pelo seu desempenho. Participou no governo distrital da Lunda, sendo secretário a partir de 1888. Foi governador da fortaleza de S. Paulo de Luanda. Partiu para França em Março de 1917, como membro do Corpo Expedicionário Português, tendo assumido o comando da 1.º Divisão e posteriormente da artilharia portuguesa. Desempenhou também o cargo de vogal do Conselho de Trabalhos Balísticos.

Filiado no Partido Republicano Português, foi membro da respectiva Junta Consultiva (1913) e chefe indigitado do partido (em 1919). Após a queda do seu executivo formou com Álvaro de Castro, e outros democráticos, o Partido Republicano de Reconstituição Nacional em Março de 1920. Até Fevereiro de 1923 fez parte do Directório deste partido. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista, tendo feito parte do Directório. Em Dezembro de 1923 aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana, de que foi presidente. Manteve-se nesta organização política até Agosto de 1925, passando posteriormente à condição de independente.

Membro da Maçonaria desde 1893, foi iniciado na loja Portugal com o nome simbólico de Alaíde. Em 1914 desempenhou o lugar de Vice-Presidente do Conselho da Ordem Maçónica, tendo posteriormente ascendido ao grau 33. Fez parte do Supremo Conselho desde 1934.

Teve um papel muito activo na implantação da República em Portugal. Foi secretário do Comité Militar criado após a revolta de 31 de Janeiro de 1890. Nesta organização recrutou muitos militares que viria a ficar conhecidos por «jovens turcos» e preparou a revolta de 28 de Janeiro de 1908. Integrou o Comité Militar para a proclamação da República e foi interveniente na revolução de 5 de Outubro de 1910, embora tenha abandonado a Rotunda antes da vitória final. Após a proclamação da República foi nomeado chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Correia Barreto (1910-1911), onde dirigiu os trabalhos de defesa da República contra as incursões monárquicas. Posteriormente foi nomeado governador civil da Madeira (20-03-1913 a 24-01-1914). Integrando o agrupamento «Jovem Turquia», fez parte da Junta Revolucionária do 14 de Maio de 1915. Tomou parte na resistência contra a revolta Sidonista de 5 de Dezembro de 1917, tendo sido preso duas vezes durante a «Nova República». Em 1919 participou na ofensiva contra a «Monarquia do Norte». Em 1925 presidiu ao Comité de Defesa da República.

Tendo assento parlamentar por Viana do Castelo, em 1913, 1915, 1919 e 1922, presidindo à Câmara dos Deputados entre 2-12-1916 e 12-3-1917; 23-1-1920 e 02-12-1920; 2-12-1922 e 2-12-1923. Candidatou-se por esse círculo em 1921 e em 1925, não sendo eleito. Foi presidente do conselho de ministros de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro do ano seguinte e, novamente, de 16 a 21 de Janeiro de 1920, acumulando as pastas do Interior (pelo mesmo período) e dos Negócios Estrangeiros (de 29 de Junho a 12 de Julho de 1919). Voltaria a participar no executivo, no ministério do Interior, entre 18 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924.

Com o advento da Ditadura, foi outra vez preso em Junho de 1926. Em Janeiro de 1927 foi deportado para Cabo Verde e daí para Açores (Graciosa e Faial). Em Dezembro de 1929 regressou a Lisboa, mas em Julho de 1930 foi novamente deportado para os Açores, tendo residência obrigatória na Horta. Em Dezembro de 1932 regressou a Lisboa, mas voltou a ser preso em 1934, sendo enviado para o presídio de Santarém. Continuou a militar na oposição à Ditadura, tendo presidido à Aliança Republicana até Junho de 1936.

Falecer em Lisboa a 24 de Abril de 1950.

Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal



Nasceu a 1 de Março de 1875 em Pinhel. Era filho de Manuel Martins Diogo Portugal e de Maria Gertrudes Marçal Martins Portugal e irmão de António Vicente Marçal Portugal. Estudou em Coimbra, tendo-se formado em Direito na Universidade de Coimbra. Era Casado com Alice Elvira de Paiva de Portugal da Silveira e pai de Vítor Manuel Portugal, advogado no Redondo. Era Comendador da Ordem de Cristo.

Exerceu os cargos de subdelegado do Ministério Público em Reguengos de Monsaraz e delegado na ilha do Pico, em Alcácer do Sal, em Moura e em Marco de Canaveses. A partir de 1915 desempenhou funções de juiz de direito em Serpa, Setúbal e no Juízo de investigação criminal de Lisboa. No final da carreira foi desembargador no Porto e na Relação de Lisboa. Após o estabelecimento da República fez parte da Comissão Central da Execução da Lei da Separação da Igreja do Estado e do Conselho Disciplinar dos Oficiais de Justiça.

A nível partidário passou pelo Partido Republicano Evolucionista, Partido Republicano Liberal, Partido Republicano Nacionalista e União Liberal Republicana.

Foi eleito senador na legislatura de 1919 pelo Partido Republicano Evolucionista no distrito de Portalegre. Em 1921, 1922 e 1925 foi senador por Évora nas listas do Partido Republicano Liberal e do PRN. Foi chefe de gabinete de António Granjo (1920-21).

Morreu no Redondo a 27 de Outubro de 1939.

(foi eleito para a 2.º Secção do Senado - Direito e negócios estrangeiros integrado no grupo do PRL, Diário do Senado, 2-12-1922, p. 5. Foi eleito para 2.ª Comissão de Verificação de Legislação, administração pública, etc., Diário do Senado, 5-12-1922, p. 7. Foi eleito para Comissão de Legislação e administração pública etc., Diário do Senado, 5-12-1922, p. 8. (Senador PRL, República, 24-2-1922). PRN, O Jornal, 10-1-1924, p. 1. Representa o Partido Republicano Nacionalista, Diário do Senado, 12-05-1924, p. 90. Aderiu à ULR, Diário do Senado, 28-04-1924, p. 6.

Álvaro da Cunha Ferreira Leite



Nasceu no Rio de Janeiro, a 25 de Outubro de 1880. Era filho de João da Cunha Ferreira Leite e de Ermelinda Rossi Ferreira Leite. Fez o curso liceal em Caminha e os preparatórios médicos em Coimbra. Formou-se em Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1907, com uma tese sobre a *Entero-nevrose muco-membranosa*. Foi médico municipal e delegado de saúde em Vinhais desde 1912. Foi Governador Civil de Bragança (20-11-1923 a 17-12-1923) durante o governo de António Ginestal Machado. Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Moncorvo pelo Partido Republicano Nacionalista.

Álvaro Xavier de Castro



Nasceu na freguesia da Sé, na Guarda, em 9 de Novembro de 1878. Era filho de José Augusto Ribeiro de Castro (vice-grão-mestre da Maçonaria) e de Maria Benedita da Costa Pignatelli de Castro. Casou com Maria Rosa de Meireles Garrido de Castro, tendo um filho, Álvaro Garrido de Castro.

Concluiu os estudos liceais na Guarda ingressou no Colégio Militar em 1890-1896. Matriculou-se de seguida na Escola Politécnica de Lisboa (1896-1898). Frequentou desde 1899 Escola do Exército, na arma de infantaria, tendo concluído o curso em 1901. Ingressou em 1903 na Faculdade de Direito de Coimbra, tendo completado o curso em 1908. Seguiu depois o curso Colonial, que concluiu em 1911.

Exerceu advocacia e a carreira militar (praça, 1896; alferes, 1902; tenente, 1906; capitão, 1913; major, 1918; tenente-coronel, 1928). Foi professor do Instituto dos Pupilos do Exército, da Escola Militar e da Escola Colonial e vogal do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (1914).

Teve uma vasta participação na imprensa e teve ainda uma colaboração (nos domínios de crítica e arte) repartida pela *Revista Nova* e pela *Arte e Vida*.

A sua acção política iniciou-se em Coimbra, tomando parte nas conspirações de 1908 e 1910. Iniciou-se na Maçonaria na Loja "Portugal". Membro do Partido Republicano Português, cuja bancada parlamentar chefiou em 1920. Após desentendimentos relacionados com a dificuldade para formar governo em 1920 saiu do PRP e fundou e liderou nesse ano o Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Em Fevereiro de 1923 o seu partido fundiu-se com o Partido Republicano Liberal, dando lugar ao Partido Republicano Nacionalista, onde ocupou lugar no Directório e na chefia da sua bancada, na Câmara dos Deputados. Em Dezembro de 1923 abandonou o PRN e fundou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1923-1925). A partir de 1925 tornou-se independente, embora com alguma proximidade ao PRP.

Após o triunfo republicano, foi eleito deputado por Santa Comba na constituinte, em 1911. Nos anos subsequentes fez parte do grupo denominado «Jovens Turcos». Foi diversas vezes ministro: a 9 de Janeiro de 1913 tornou-se ministro da Justiça, cargo que ocupou até 9 de Fevereiro de 1914. A 12 de Dezembro deste ano foi investido como ministro das Finanças, mantendo-se em funções até 25 de Janeiro de 1915.

Saído do governo, veio a liderar a revolução de 14 de Maio de 1915 que conseguiu derrubar o governo de Pimenta de Castro.

Nomeado, como todos os outros dirigentes revolucionários, para postos chaves que permitissem levar Portugal à participação activa na Grande Guerra, foi desde 20 de Setembro de 1915 a 17 de Dezembro de 1917 (decreto de exoneração de 11-1-1918), Governador-geral de Moçambique.

Regressando à Metrópole iniciou acções contra a Ditadura de Sidónio Pais que lhe valeram o saneamento militar, tendo encabeçado a revolta de Santarém de 1919. Foi eleito deputado por Lisboa em 1919. Participou ainda, neste período, na Conferência da Paz.

Voltou a integrar o elenco governativo em 1920, sobraçando a pasta das Colónias (de 3 a 15 de Janeiro e de 16 a 21 desse mês), e, no fim do ano, acumulando a

presidência do executivo com o ministério do Interior (entre 20 e 30 de Novembro). Foi ainda ministro da Guerra desde 30 de Novembro de 1920 até 2 de Março de 1921, e, novamente, entre esta data e 23 de Maio do mesmo ano. Retomou em 1921 o assento parlamentar, desta feita por Bragança. Em 1922 e 1925 foi deputado por Moçambique. Projectos de Lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922: 3-H; 6-G; 53-E; 14-B; 46-J; 60; 72-D; 154-D; 103-P; 178-C; 223-B; 223-D; 226. 1922-1923: 408-D e 44-E. 1924-1925: 842.

A 18 de Dezembro de 1923 tornou à presidência do governo (até 6 de Julho de 1924), repartindo-se pelos ministérios das Finanças (também até 6 de Julho de 1924) e da Guerra (entre 26 de Fevereiro e 8 de Março 1924). Teve uma vasta acção no poder executivo, nomeadamente no das Finanças, onde conseguiu estabilizar o escudo (1924). A sua saúde agravou-se bastante após a instauração da Ditadura, tendo recusado o cargo de alto comissário de Moçambique em Setembro de 1926. Foi preso duas vezes em 1926, uma em Junho e outra em Outubro. Nesta última vez esteve preso no forte da Graça, em Elvas de onde fugiu em 19-20 de Novembro de 1926. No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Fugiu para Paris nesse ano sendo demitido da Escola Colonial, tendo fixando residência nessa cidade até 1928. Foi entretanto abatido ao serviço, a 8 de Janeiro de 1927. Tendo adoecido gravemente, pediu permissão para regressar ao país, tendo já chegado a Coimbra moribundo, vindo a morrer poucos dias depois.

Faleceu em Celas, Coimbra, na casa do seu cunhado, António Garrido, a 29 de Junho de 1928.

Amaro Garcia Loureiro



Nasceu a 8 de Maio de 1892 em Ponta Delgada. Era filho de João Pacheco Loureiro e de Maria das Mercês Cabedo Loureiro. Casou com Maria Amália de Vasconcelos Guedes Loureiro. Seguiu a carreira militar, sendo oficial do Exército (em 1924 era tenente).

Em termos partidários, ingressou no PRL (1919) e transitou para o PRN (1923). Em 1924 esteve envolvido no processo sinuoso ao nível partidário, uma vez que abandonou o PRN para ingressar no Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Acabaria por abandonar este agrupamento para se tornar independente com aproximações ao PRP. No entanto, voltaria ainda em 1924 a ingressar no PRN. Foi membro do Centro Ribeiro de Carvalho em Lisboa – Centro do PRL. Foi Presidente da Comissão Municipal de Elvas do PRN em 1923. Esteve detido com Cunha Leal após ter sido acusado de envolvimento no golpe militar do 18 de Abril de 1925. Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Elvas pelo PRL. Em 1925 foi candidato a deputado pelo PRN no círculo de Elvas, não sendo eleito. Projectos de Lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922-1923: 437-D e 614-D; relator em 1922: 115; 123; 134; 191; 196; 262; 266. 1922-1923: 386, 392, 442, 443, 444, 564, 601.

Após a instauração da Ditadura este envolvido nalgumas conspirações que o levaram à prisão em 1935-1936.

Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia



Nasceu em Paços Brandão (Santa Maria da Feira) a 21 de Maio de 1886. Era filho de João Augusto da Cunha Sampaio Maia (nasceu em 21-03-1857) e Emília Augusta de Sá Couto Moreira (nasceu em 21-03-1848). O seu pai era médico e foi o 1.º conde de São João de Ver. Casou com Maria Emília Machado e Silva Sampaio Maia em 1911. O casal teve três filhos: Ângela da Cunha Sampaio Maia de Andrade Neves, Joaquim José Machado e Silva de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia e António Caetano Machado da Silva de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia, 2.º conde de São João de Ver.

Estudou Direito na Universidade de Coimbra, terminando o bacharelato em 1911. Fez carreira profissional na advocacia, embora fosse um grande proprietário no seu concelho. Foi director-geral do Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de São Paio de Oleiros, fundada pela sua família.

No âmbito político, passou pelo Partido Republicano Evolucionista (1919), Partido Republicano Liberal (1919-1922), Partido Republicano Nacionalista (1923) e Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1923-25). Foi eleito secretário do Grupo Parlamentar do PRN em Março de 1923. Em Dezembro de 1923 abandonou o Partido Republicano Nacionalista com mais alguns amigos de Álvaro de Castro. Fez parte do Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1924-1925). Foi governador civil de Aveiro entre 7 de Março de 1919 e 10 de Junho de 1919. Iniciou a actividade parlamentar em 1919 como deputado evolucionista por Faro. Retomou o assento na Câmara dos Deputados, em representação de Oliveira de Azeméis, em 1921 e 1922, primeiro na bancada do PRL, passando posteriormente para bancada do PRN e por último representou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Em 1925 voltou a ser eleito por Oliveira de Azeméis, desta vez como independente. Foi entre 2-12-1923 e 2-12-1924, 2.º secretário da Câmara dos Deputados. Projectos de Lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922: 3-R; 6-M; 127-D; 154-E e 122-E; 1922-23: 616-B; 1923-24: 725-B; 780-A; 817-B. Relator em 1922: 155. Foi chefe de gabinete do Ministro do Interior (Alfredo Ernesto de Sá Cardoso - 18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924) e Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Foi ministro do trabalho entre 15 de Fevereiro e 1 de Julho de 1925. Desta passagem pelo poder executivo destaca-se a publicação de uma lei reguladora do horário de trabalho.

Faleceu na Quinta da Torre, São João de Ver (Santa Maria da Feira), no dia 19 de Dezembro de 1970.

António Alves Cálem Júnior



Nasceu no Porto a 7 de Novembro de 1860. Era filho de António Alves Calém e Rita da Silva Cálem. Foi um importante comerciante na área dos vinhos do Porto. Expandiu a empresa A. A. Cálem & filho, fundada por seu pai. Tinha negócios com a firma Adriano Ramos Pinto. Secretariou a representação portuguesa na Grande Exposição Internacional de Paris em 1900. Foi Presidente da Associação Industrial Portuense entre 1901 e 1903. Presidiu à direcção Comercial do Porto em diversas ocasiões e foi nomeado presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto depois do 5 de Outubro, mantendo-se no cargo até 1929. Nesta instituição desenvolveu diversas actividades como o 2.º Congresso das Misericórdias em Março de 1924. Esteve ainda ligado à organização da festa da flor no Porto. Foi sócio-correspondente do Instituto de Coimbra e membro da Associação de Jornalistas e homens de letras.

Acompanhou os principais republicanos portuenses, como Sampaio Bruno, João Chagas e outros, na expansão do republicanismo no norte do País. Colaborou em diversos jornais do Porto, entre os quais *A Voz Pública*, de que se tornou co-proprietário. Colaborou ainda com *A Actualidade* e *O Primeiro de Janeiro*, escrevendo sobre assuntos de carácter económico e financeiro. Foi eleito deputado em 1921 e 1925 pelo círculo do Porto, nas listas do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista. Participou nas reuniões da Junta Consultiva do PRN até 1930.

Faleceu a 16 de Agosto de 1932.

António Alves de Oliveira Júnior



Nasceu a 11 de Maio de 1874 no Nordeste, na ilha de São Miguel. Era filho de António Alves de Oliveira e Júlia Augusta Sofia Machado de Oliveira. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e seguiu a carreira da magistratura. Era casado. Foi delegado do procurador da República nas comarcas de Vila Franca, Ribeira Grande e Ponta Delgada, juiz municipal no Nordeste, juiz de Direito em Vila Viçosa e Almada e magistrado do Ministério Público.

Militou na União Republicana, passando posteriormente para o PRL e PRN. Foi eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922 e do PRN entre 1923 e 1935. Foi eleito senador nas legislaturas de 1915, 1919, 1921, 1922 e 1925 pelo círculo de Ponta Delgada. Foi eleito para a 2.^a Secção do Senado - Direito e negócios estrangeiros e Comissão de Verificação dos Poderes, integrado no grupo do PRL, em 1922. Em 1925 foi eleito para 1.^a Comissão de Verificação de Poderes em representação do PRN.

António Correia



Nasceu a 8 de Novembro de 1891 em Abrantes. Era filho de António Correia e de Maria José da Cruz Correia. Era bacharel Direito e proprietário.

Prestou importantes serviços à República arriscando a própria vida em Santarém aquando da implantação da República, abandonando o quartel a que pertencia para vir colaborar com as forças republicanas. Também teve um importante papel em Portalegre, em especial no referente aos abastecimentos do distrito. Ofereceu-se em Coimbra para combater os monárquicos do norte, como oficial miliciano, a despeito de ter sido dado por incapaz pela junta; pela sua acção nos trabalhos da comissão organizadora do novo regulamento do Hospital D. Leonor das Caldas da Rainha, pelo que foi louvado pelo Ministro do trabalho, pelo que foi proposto para comendador da ordem de Cristo.

Fez parte do Partido Republicano Liberal, do Partido Republicano Nacionalista e do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Foi director do *Liberal*, órgão de imprensa do PRL no Distrito de Portalegre entre 1919 e 1920. Foi presidente do conselho fiscal do Centro Republicano Liberal Ribeiro de Carvalho em 1923.

Foi eleito deputado em 1921 pelo círculo de Leiria e em 1922 pelo de Portalegre nas listas do Partido Republicano Liberal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados de 2-12-1923 a 2-12-1924. Projectos de lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922: 143-B; 1923-24: 681-A e 717-D. Foi secretário do Ministro da Justiça, Lopes Cardoso durante o governo do PRN em 1923.

Faleceu em 1964.

António Ginestal Machado



Nasceu em Almeida em 3 de Maio de 1874. Era filho Manuel Machado (comerciante) e Maria Augusta de Almeida Ginestal Machado. Casou-se com Maria da Piedade Topinho d'Almeida Ginestal Machado (1884-1963) em 1904, tendo tido oito filhos: Manuel Almeida Ginestal Machado; Armando Almeida Ginestal Machado; Casimira; Maria Antónia; Fernanda; Maria Augusta de Almeida Ginestal Machado.

Concluiu o curso liceal na Guarda em 1892. Nesse ano foi admitido na Escola Naval de Lisboa. Em 1895 concluiu o curso de Administração Naval, passando a prestar serviço na 4.^a Repartição da Armada. Entre 1893 e 1907 frequentou com aproveitamento o Curso Superior de Letras em Lisboa. Em 1898 foi nomeado professor efectivo do 4.º grupo (História e Geografia) no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, pelo que abandonou o seu posto na Marinha. Em 1899 foi colocado em comissão de serviço no Liceu Nacional de Santarém. Em 1903 foi promovido na Marinha ao posto de Comissário de 3.^a classe, equiparado a guarda-marinha. Em 1904 fixou residência definitivamente em Santarém, após ter sido nomeado professor efectivo do Liceu Nacional da cidade escalabitana e foi eleito sócio honorário do Montepio Artístico de Santarém, vindo mais tarde a ser seu presidente. Em 1905 foi eleito director do Teatro Rosa Damasceno pela assembleia-geral do Clube de Santarém. Em 1907 foi exonerado da Marinha, conservando as honras militares (guarda-marinha honorário) e foi admitido na Real Irmandade do Santíssimo Milagre de Santarém. A 17 de Outubro de 1910 foi eleito pelo Conselho Escolar para desempenhar as funções de reitor do Liceu Nacional de Santarém, cargo no qual se manteria até Novembro de 1923. Em 1911 foi nomeado membro da Comissão de Reforma do Ensino Secundário e comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, cargo que exercerá até ao seu falecimento em 1940. Em Julho de 1915 foi eleito sócio da Renascença Portuguesa. Em Novembro de 1919 foi eleito provedor da Misericórdia de Santarém, cargo que exercerá durante cinco mandatos consecutivos (Novembro de 1919 a Junho de 1933). Em 1921 pertenceu à Comissão que reorganizou o ensino liceal, conhecida por reforma Tomé José de Barros Queirós e António Ginestal Machado (1921-1926). Colaborou com a revista Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. Em Janeiro de 1926 foi eleito sócio ordinário da Sociedade de Geografia de Lisboa e em Junho do mesmo ano foi eleito sócio honorário da Sociedade Nacional de Belas Artes, passando a sócio benemérito em Junho de 1928.

Em 1908 começou a publicar uma série de artigos sobre o republicanismo no *Correio da Estremadura* e n' *O Debate*. Deu uma conferência no Centro Eleitoral Republicano de Santarém e foi eleito para a direcção do núcleo de Santarém da Liga Nacional de Instrução. Em Novembro de 1908 foi candidato a vereador da Câmara Municipal de Santarém numa lista independente, não sendo eleito. Em 1909 fundou e presidiu à Junta Liberal de Santarém, que promoveu uma conferência de Miguel Bombarda. O seu republicanismo de cariz conservador levou-o a filiar-se no Partido da União Republicana em Maio de 1912, vindo a colaborar activamente n' *A Lucta*. Em Novembro de 1913 foi candidato a deputado da União Republicana nas eleições suplementares pelo círculo de Lisboa, não tendo sido eleito. Em Abril de 1914 foi eleito

substituto do directório do partido da União Republicana. Em Maio de 1914 discursou na inauguração do Centro União Republicana de Santarém. Em Junho de 1915 foi candidato a deputado do partido da União Republicana pelo círculo de Santarém, não tendo sido eleito. Em Novembro de 1917 foi eleito procurador à Junta Geral do Distrito de Santarém. Em Maio de 1919 foi candidato a deputado da União Republicana pelo círculo de Ponte de Lima, não tendo sido eleito.

Em 1919 teve um papel de relevo nas negociações com o Partido Republicano Evolucionista para a formação do Partido Republicano Liberal. Neste partido foi eleito membro do seu directório, em Março de 1922, durante o 3.º Congresso do PRL. Com a formação do Partido Republicano Nacionalista que agrupou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional com o Partido Republicano Liberal, foi eleito presidente do Directório, cargo que exercerá até Março de 1927. Resignou da sua função de presidente do Directório do PRN devido à doença (tuberculose) do seu filho, sendo substituído por Júlio Dantas. No entanto, manteve-se no Directório do PRN até à sua dissolução em Fevereiro de 1935.

Integrou os executivos liberais de Tomé de Barros Queirós e de António Granjo, como ministro da Instrução Pública (24-05-1921 a 30-08-1921 e 30-08-1921 a 19-10-1921). No governo nacionalista ocupou a Presidência e a pasta do Interior (15-11-1923 a 18-12-1923). Foi eleito deputado pelo círculo de Santarém em Julho de 1921 e em Janeiro de 1922 pelo PRL e em Novembro de 1925 pelo PRN. Projectos de lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1923-1924: 817-A, 817-F, 817-H; 817-J.

Em Setembro de 1925 depôs no Tribunal Militar em defesa de dois oficiais implicados no «18 de Abril». Em 1927 elaborou um projecto de revisão constitucional, que viria a ser discutida e aprovada na Junta Consultiva do PRN em 4 de Novembro de 1927. No entanto, as autoridades da Ditadura Militar não autorizaram a sua divulgação à opinião pública. Em Novembro de 1928 subscreveu um acordo político com alguns dirigentes partidários republicanos opositores ao regime. A 26 de Julho de 1931 participou na reunião para a eleição dos órgãos dirigentes da Aliança Republicano-Socialista em Santarém. Em 1931 foi-lhe estabelecida uma nota de culpa como professor do Liceu Nacional de Santarém. A 13 de Julho de 1933 foi demitido da Misericórdia de Santarém.

Faleceu em Santarém a 28 de Junho de 1940. No funeral católico discursaram Rui Leitão, reitor do Liceu de Santarém, Vasconcelos Correia, director da CP, Alberto Dias Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Santarém e António Bastos, Governador Civil de Santarém. Também tomaram a palavra alguns dos seus companheiros no Partido Republicano Nacionalista, casos de Maldonado de Freitas, Alberto Xavier, Pedro Pita e João Tamagnini Barbosa.

António Gomes de Sousa Varela



Nasceu a 2 de Abril de 1863 em São João da Ribeira (Rio Maior). Era filho de João Gomes de Sousa Varela e de Maria Joaquina Valente Varela. Era pai de José Gomes de Carvalho de Sousa Varela, deputado nas legislaturas de 1919 e 1921; de João de Sousa Varela; de Bernardo Varela; de Maria Varela Coelho casada com José Varela Coelho e de Ana Varela Espírito Santo casada com Eurico Espírito Santo. Proprietário e comerciante na zona de Rio Maior. Fixou-se na Vila da Marmeleira. Foi fiscal da Caixa Geral de Depósitos.

Propagandista da República, tomou parte no movimento do 31 de Janeiro de 1891. Amigo pessoal de António José de Almeida. Foi vereador da Câmara Municipal de Rio Maior ainda durante a Monarquia (1905-97) e o seu primeiro presidente após a implantação da República. Desempenhou ainda em Rio Maior os cargos de administrador de concelho (1911-13) e Presidente do Senado da Câmara Municipal (1914-17). Foi Presidente da Junta Geral do Distrito de Santarém e director do jornal *O Riomaioense* (1912-1921), semanário republicano defensor de Rio Maior.

Foi eleito senador em 1919, 1921 e 1922 pelo círculo de Santarém, no primeiro caso integrado nas listas do Partido Republicano Evolucionista e, depois, nas do Partido Republicano Liberal. Foi eleito Vice-secretário do Senado em 2 de Dezembro de 1922. Foi eleito para Comissão do Redacção. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista, tendo sido candidato a senador por Santarém em 1925, sem conseguir ser eleito.

Faleceu na Marmaleira em 10 de Janeiro 1945.

António Lobo de Aboim Inglês



Nasceu em Aljustrel, a 30 de Junho de 1869. Casou com Maria Luísa Morais Lopes Aboim Inglês (1875-?), de quem teve seis filhos: Maria Benedita Lopes de Aboim Inglês; Francisco Lopes de Aboim Inglês; Maria Antónia Aboim Inglês; Carlos Lopes de Aboim Inglês; António Lopes Aboim Inglês; Maria Luísa Lopes de Aboim Inglês; Henrique Lopes de Aboim Inglês.

Fez os seus estudos em Lisboa, vindo a frequentar a Escola Politécnica, onde se formou em engenharia de minas. Seguiu esta carreira, aceitando primeiramente o convite da empresa alemã concessionária das minas de S. Miguel de Huelva (Espanha) para ocupar o cargo de sub-Director destas minas (1897-1912). Com a implantação da República regressou a Portugal vindo a manter-se na mesma actividade económica, colaborando em diversos projectos mineiros e industriais. Simultaneamente seguiu a carreira docente no Instituto Superior Técnico até ao limite de idade (1912-1939). Foi delegado à Conferência Internacional do Trabalho em Londres em Fevereiro de 1928 (9.2.1928) e presidente da Associação Industrial Portuguesa em dois mandatos consecutivos nos anos vinte e trinta.

Proferiu inúmeras conferências e deixou publicados numerosos trabalhos sobre engenharia.

Foi filiado na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1935), integrando o Directório deste último partido (1926-1935) e a Junta Consultiva. Foi deputado por Silves em 1919 e por Aljustrel em 1921 e 1925. Foi ministro da Agricultura no governo liberal de António Granjo entre 3 de Setembro e 19 de Outubro de 1921. Saído do governo candidatou-se às eleições municipais de Lisboa de 1922 pelo Partido Republicano Liberal. Defendeu, na Sessão da Câmara dos Deputados de 7 de Abril de 1926, pouco antes da instauração da Ditadura, a liberdade de exploração dos tabacos.

Faleceu em Aljustrel a 18 de Outubro de 1941.

António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier



Nasceu em Nova Goa a 24 de Abril de 1881. Era filho de Francisco João Xavier e de Maria Ermelinda Matilde de Abreu Xavier. Iniciou os estudos de Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1903, tendo-os concluído em 1908. Participou na greve académica de 1907.

Após o término dos estudos superiores exerceu advocacia em Lisboa e dedicou-se ao jornalismo e à política. Exerceu as funções de administrador do 4.º bairro de Lisboa desde (Fevereiro de 1912 a Setembro de 1919), secretário-geral do Ministério das Finanças e Director-Geral da Fazenda Pública (1919-1933). Em 1924 exerceu, por algum tempo, o cargo de Administrador Geral da Casa da Moeda e administrador da Caixa Geral de Depósitos.

Foi eleito deputado nas eleições extraordinárias de 1913, e nas eleições legislativas de 1915, 1919, 1921 e 1922 pelo círculo de Estremoz. Passou sucessivamente pelo Partido Republicano Português, Partido Republicano de Reconstituição Nacional e Partido Republicano Nacionalista. Apresentou os seguintes projecto de Lei na Câmara dos Deputados em 1922: 84; 144-B e 284-E. Em Fevereiro de 1923 pertencia à Comissão de Finanças do Parlamento, em representação do PRN. Em Maio de 1923 coloca-se contra a renúncia dos parlamentares nacionalistas ao Congresso da República. Iniciou aí um certo afastamento do PRN, que culminaria com a adesão à Acção Republicana em Dezembro de 1923. Tornou-se independente no final de 1924 devido a divergências face ao Governo Rodrigues Gaspar.

Pertenceu à Maçonaria tendo sido iniciado na Loja Pátria, de Coimbra, em 1906, com o nome simbólico de Robespierre.

Manteve intensa actividade política e profissional após o início da Ditadura, aproximando-se das posições do Estado Novo. Tornou-se um dos colaboradores de Oliveira Salazar, pelo que continuou a dispor de grande influência política. Fez parte da Comissão administrativa dos palácios nacionais em 1927/1928. Foi Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas entre 1933 e 1947. Entre 1940 e 1947 foi comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Desempenhou também as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, administrador-geral da Casa da Moeda e das Lotarias da Misericórdia de Lisboa.

Publicou diversas obras da sua área de especialidade, mas também alguns ensaios e literatura. *Política Republicana em Matéria Eclesiástica*, 1912; *O Romance*, 1935; *O Romance no século XVII*, 1938; *Dom Quixote (Análise Crítica)*, 1942; *Camilo Romântico*, 1947; *Memórias da Vida Pública*, 1950; *O Imperialismo da Rússia*, 1951; *Dom João, Tipo Sedutor de Mulheres (Ensaio sobre Tirso de Molina)*, 1960. No campo jornalístico dirigiu o *Diário da Tarde* (Lisboa, 1925-1927) e colaborou, entre outras, com as seguintes publicações: *A República*, Lisboa, 1.ª Série, 1911-1927; *A República Portuguesa*, Lisboa, 1910-1911; *Jornal do Comércio*, Lisboa; *A Manhã*, Lisboa, 1917-1922; *A Vitória*, Lisboa, 1919-1922; *O Cronista*, Lisboa, 1958. Publicou ainda alguns artigos no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Faleceu em Lisboa, a 15 de Julho de 1975.

António Martins Ferreira



Médico residente na Calheta, S. Jorge, apoiado pelo jornal *A Defesa*. Foi eleito senador em 1925 pelo círculo de Angra do Heroísmo nas listas do PRN.

António Vicente Ferreira



Nasceu em Lisboa, a 30 de Abril de 1874. Filho de Manuel Vicente Ferreira (segundo sargento do batalhão de engenheiros) e de Maria das Dores Pereira de Sousa Meneses Ferreira (doméstica). Casou com Alice Raquel Pereira de Azevedo Motta Vicente Ferreira, tendo o casal duas filhas: Raquel Augusta de Azevedo Motta Ferreira e Alice Ângela de Azevedo Motta Ferreira Castela, casada com o comandante José Filipe Castela.

Frequentou o curso de Engenharia Civil e Minas da Escola do Exército, onde se diplomou. Viria a seguir a carreira de oficial do exército (praça, 1886; alferes, 1899; tenente, 1901; capitão, 1909; major, 1918; tenente-coronel, 1919; coronel, 1922), de professor, de engenheiro e de administrador em diversos lugares do aparelho do Estado. Desempenhou funções como chefe das oficinas de Luanda (1902-1903), director das Obras Públicas de São Tomé (1903-1904), e engenheiro das Obras Públicas (1909-1910) e da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1910-1914). Como docente, leccionou na Escola do Exército (1910-1923) e no Instituto Superior Técnico (1913-1944). Foi vogal do Conselho Superior das Colónias (1935), vogal (1936) e presidente do Conselho do Império Colonial (1946-1953), bem como de vogal (1940) e presidente (1943-1944) do Conselho Superior de Obras Públicas. Foi delegado de Portugal aos congressos dos Caminhos de Ferro, nos anos de 1925, 1930, 1933, 1937 e 1938.

Foi autor de numerosas obras sobre engenharia, artilharia, sistema monetário e finanças. Merece especial destaque a monografia *O Engenheiro Duarte Pacheco*, publicada em Lisboa, no ano de 1944.

Foi membro da Maçonaria desde 1911, tendo-se iniciado na loja *Pureza* com o nome simbólico de *Epicteto*. Porém, durante o Estado Novo, viria a traí-la fornecendo elementos à comissão nomeada pela Câmara Corporativa para elaborar um parecer sobre a extinção daquela organização - Lei n.º 1901 de 21 de Maio de 1935.

Filiou-se na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923), no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926). Foi eleito membro efectivo do Directório do PRL durante o 3.º Congresso em 1922. Foi candidato a vogal do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal, em Março de 1926. Após este congresso abandonou a actividade partidária.

Assumiu a pasta das Finanças de 16 de Junho de 1912 e 9 de Janeiro de 1913. Durante o seu mandato publicou-se a Lei de 24 de Junho de 1912, que delegou no Ministério das Finanças – mais especificamente, na Direcção-Geral da Fazenda Pública – a guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos Paços Reais, além de ter extinguido a Superintendência dos Paços e nacionalizado os palácios de Queluz, da Ajuda, de Belém, de Sintra, de Mafra, das Necessidades e da Pena. Voltou a ser ministro das Finanças entre 30 de Agosto de 1921 e 19 de Outubro de 1921. Reintegrou o elenco governativo do Partido Republicano Nacionalista de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923, desta feita na pasta das Colónias.

Foi eleito deputado pela Horta em 1913 e por Tomar em 1922. Foi candidato a senador por Coimbra em 1925 pelo PRN, não sendo eleito.

Foi convidado para Alto-Comissário em Angola pelo governo de António Maria da Silva em Abril de 1926. Com a instauração da Ditadura Militar o convite manteve-se em pé, tendo desempenhado efectivamente o cargo entre 16 de Setembro de 1926 e 2 de Novembro de 1928.

Durante o Estado Novo foi procurador à Câmara Corporativa até à V legislatura (1935-1953). Foi 2.º Vice-presidente da Câmara Corporativa na 1.ª e na 2.ª legislatura.

Faleceu em Lisboa, a 29 de Janeiro de 1953. O funeral saiu da Igreja de S. Sebastião da Pedreira. No funeral estiveram várias personalidades do regime como Marcelo Caetano e o Director da PIDE, Agostinho Lourenço. Norton de Matos fez-se representar.

Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso



Nasceu em Fafe (onde o seu pai exercia a magistratura) em 17 de Janeiro de 1881, sendo baptizado na Povoia do Varzim. No entanto, foi em Moncorvo, terra da sua família paterna, onde viveu durante a infância. Era filho de Júlio César Lopes Cardoso (delegado do procurador régio) e de Maria Georgina Camacho Lopes Cardoso (natural do Funchal). Era irmão de Acácio Lopes Cardoso. Casou com sua prima, Adelaide de Castro Pereira e em segundas núpcias, com Graciete Baptista Camacho Lopes Cardoso. Do primeiro casamento nasceram, Maria Inácia Lopes Cardoso de Almeida Valente, Artur Alberto de Castro Pereira Lopes Cardoso, João António Lopes Cardoso e José António Lopes Cardoso. Do segundo casamento nasceram, Maria Georgina Baptista Lopes Cardoso e Artur Jorge Baptista Lopes Cardoso.

Fez os seus estudos em Coimbra, tendo concluído o curso de Direito em 1907. Seguiu a profissão de magistrado, foi subdelegado do procurador régio em Moncorvo, delegado em Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e Bragança. Foi juiz auditor administrativo e juiz auditor do Contencioso Fiscal junto da Alfândega de Lisboa, auditor administrativo do Funchal e Bragança, Juiz desembargador da Relação de Lisboa (1929) e Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1934). Desempenhou também as funções de inspector judicial e vogal do Conselho Superior Judiciário.

Desenvolveu um importante papel em prol do desenvolvimento do seu distrito. Contribuiu para a fundação da Escola Industrial de Bragança (1931), da Escola de Arte e Ofícios de Miranda do Douro, denominada “Lopes Cardoso” (1920), da Escola de Freixo de Espada à Cinta, da Escola Infantil de Bragança, das Escolas Primárias Superiores de Moncorvo e Macedo de Cavaleiros e do Posto Agrário de Moncorvo. Obteve verbas relevantes para a recuperação das estradas do Distrito, para o restauro da Câmara Municipal de Bragança e para as Misericórdias da região. Fundou o Hospital Distrital e o Museu e Biblioteca Distrital de Bragança. Foi presidente da Junta Patriótica durante a Grande Guerra e provedor da Misericórdia da Bragança.

O seu círculo familiar tinha ligações ao campo monárquico, mas acabaria por aderir ao Partido Republicano Português, após o «5 de Outubro». Manteve-se neste partido até 1920, data em que aderiu ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Pertenceu à comissão organizadora deste último partido, com Sá Cardoso, José Barbosa, Júlio Dantas e António Ginestal Machado. Em Fevereiro de 1923 transitou para o Partido Republicano Nacionalista. Integrou, nestas duas últimas formações políticas, os respectivos Directórios entre 1920 e 1935. Dirigiu o PRN no distrito de Bragança e foi sub-líder na Câmara dos Deputados.

Foi eleito deputado por Penafiel em 1915, e por Bragança nos anos de 1919, 1921, 1922 e 1925. Apresentou os seguintes projectos de lei em 1922: 79-A e 158-C; e o seguinte Relatório em 1924-25: 838. Foi membro da comissão de indemnização às vítimas do movimento monárquico, comissão de reintegração de funcionários demitidos por motivos políticos e comissão de reforma dos serviços de contencioso fiscal.

Ocupou a pasta da Justiça em sete ocasiões: de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920; de 16 a 21 de Janeiro de 1920; de 19 de Julho a 20 de Novembro de

1920; de 20 de Novembro de 1920 a 30 de Novembro de 1920; de 30 de Novembro de 1920 a 2 de Março de 1921; de 2 de Março de 1921 a 23 de Maio de 1921; e finalmente, de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923. Foi ministro da Justiça nos ministérios presididos por Sá Cardoso, António Granjo, Álvaro de Castro, Liberato Pinto, Bernardino Machado e António Ginestal Machado.

Nos seus mandatos, regulamentou o registo predial, ampliou a autonomia administrativa dos Serviços Prisionais e dos Serviços de Protecção a Menores, criou as Escolas de Reforma de Izeda (Bragança) e de São Fiel (Castelo Branco) e aprovou o Regulamento dos Serviços de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação do Porto. Publicou o modelo de boletim de registo de condenados da Cadeia Nacional de Lisboa e restabeleceu o Conselho Disciplinar dos Oficiais de Justiça. Procedeu à reorganização dos serviços dos governos civis e do Ministério da Justiça, reconstituindo os quadros do Tribunal do Comércio do Porto.

Faleceu em Lisboa no dia 20 de Maio de 1968. O funeral partiu da Igreja do Coração de Jesus em Lisboa para o cemitério de Benfica.

Artur Brandão
[Artur Carlos de Moura Coutinho Azevedo Soeiro da Fonseca e
Silva Brandão]



Nasceu em Celorico de Bastos, em 25 de Dezembro de 1876. Filho de José Carlos da Fonseca e Silva (escrivão de direito) e de Rosa Rosalinda da Fonseca e Silva. O casal teve catorze filhos, entre os quais Arnaldo Carlos de Moura Coutinho e Álvaro Carlos de Moura Coutinho da Fonseca e Silva.

Artur Brandão casou com Jozuina de Albuquerque Viana de Lima Guimarães em 1901, tendo tido um filho - Luís de Lima Guimarães Brandão, casado com Efigénia Pedroso do Amaral Brandão Chaves. Este casal teve dois filhos: Maria de Lordes Guimarães Chaves Brandão e Artur Guimarães Chaves Brandão. Artur Brandão casou em segundas núpcias com Ilda Ferreira Brandão em 1918.

Artur Brandão concluiu o Curso Superior de Letras em 1898. Esteve ao longo da sua vida ligado à actividade editorial, ao jornalismo e à indústria hoteleira e da construção.

Em 1898 era tabelião na Figueira da Foz. Em 1899 fundou em Lisboa a *Tipografia Lusitana Editora* em conjunto com o Conselheiro Martins de Carvalho. Em 1907 tornou-se sócio de José Bastos, na *Casa Bertrand*. Foi secretário da redacção no jornal *Mala da Europa* (dirigido por Tomás Ribeiro), fundou, em 1896, *A Crítica* e dirigiu várias publicações como o *Portugal Illustrado* (1896), *A Folha* (1906), *A Tribuna* (1906) e *Ilustração*. Colaborou como correspondente, em Lisboa, com o *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*. Publicou o livro "Letras e Letrados" em 1895.

Na sequência da implantação da República partiu para o Brasil onde permaneceu durante sete anos, tendo dirigido o *Jornal do Brasil* e fundado juntamente com Carlos Malheiro Dias a *Companhia Editora Americana* que lançou a *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*.

De regresso a Portugal em 1918 fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Em 1931, com os sócios desta sociedade (Júlio Dantas; Samuel Maia Loureiro; Salvador Costa; José Caeiro da Matta; Augusto Monjardinho) assumiu a gerência da Livraria Bertrand.

Em 1939 assumiu o cargo de administrador delegado da Companhia de Seguros Sagres, da Livraria Bertrand, da Sociedade Artur Brandão & C.^a e da Companhia de Moçambique que possuía o Grande Hotel da Beira. Foi director da *Revista da Semana* e Cônsul da Grécia. Em 1940 criou a *Sociedade Nova Oeiras Limitada* com o objectivo de urbanizar a "Nova Oeiras" na Quinta de Cima, a qual fazia parte da Quinta do Marquez de Pombal em Oeiras, de que foi proprietário. Esta sociedade tinha como sócios José Espírito Santo, José Maria Pedroso, José Caeiro da Matta e José Marques Sousa. Contribuiu para que fosse construído em Oeiras o Liceu da linha de Cascais. Viveu durante alguns anos no Palácio do Marquez de Pombal, em Oeiras, que posteriormente doou para ai se estabelecer a Câmara Municipal de Oeiras. Viveu posteriormente na Rua Castilho.

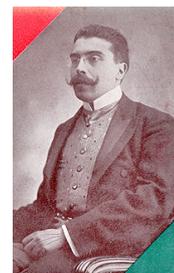
Possuía as seguintes condecorações: Comendador da Ordem Militar de Cristo e Grande Oficial da Legião de Honra de França. Era Sócio nº 1 da Sociedade de Geografia quando faleceu.

Iniciou a sua actividade partidária durante a Monarquia no Partido Regenerador. Com a implantação da República deslocou-se para o Brasil só regressando com o Sidonismo. No início dos anos vinte ingressou no Partido Republicano Liberal e em 1923 transitou para o Partido Republicano Nacionalista, fazendo parte da Comissão organizadora do PRN no distrito de Braga. Em Março de 1926 acompanhou Cunha Leal na fundação da União Liberal Republicana, sendo vogal da Junta Central. Entre 1927 e 1928 fez parte da Comissão Executiva da ULR. Posteriormente aproximar-se-ia das posições políticas do Estado Novo, sendo grande amigo de José Caeiro da Matta.

Durante o último governo de Hinze Ribeiro tornou-se redactor da Câmara dos Deputados, cargo que manteve até final da Monarquia (1906-1910). Em 1910 foi secretário de Teixeira de Sousa, último presidente de governo da Monarquia. Em 1910 foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo pelo Partido Regenerador, mas não chegou a ser proclamado. Na sequência da implantação da República partiu para o Rio de Janeiro onde permaneceu durante sete anos. De regresso a Portugal, com o Sidonismo, foi nomeado governador civil de Braga durante os governos de António Granjo (11-10-1921 a 14-11-1921) e António Ginestal Machado (20-11-1923 a 17-12-1923) e foi vereador da Câmara Municipal de Braga. Em 1922 e 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Guimarães, primeiro nas listas do Partido Republicano Liberal e posteriormente nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1922: 178-R. Foi Membro da Câmara Corporativa (1942-1945) durante o Estado Novo.

Faleceu em Braga, num quarto particular do hospital regional desta cidade, em 28 de Novembro de 1960.

Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia



Dr. Augusto de Vasconcelos

Nasceu em Lisboa, em 24 de Setembro de 1867, filho de Júlio César de Vasconcelos Correia (nasceu em 21-12-1837, engenheiro naval) e de Constança Libânia Auta de Almeida Vasconcelos (nasceu em 1840). Casado com Hermínia Laura de Albuquerque Moreira de Vasconcelos, teve quatro filhos: Maria Teresa Moreira de Vasconcelos que faleceu solteira; Júlio Moreira de Vasconcelos (nasceu em 15-07-1906, sub-director do Sanatório da Guarda), José Moreira de Vasconcelos (nasceu em 28-5-1910), casado com Maria Gabriela de Sampaio e Melo, filha do Dr. Sampaio e Melo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça; Maria Isabel Moreira de Vasconcelos Gaivão (nasceu em 3-11-1911), esposa do advogado Pedro de Sarrea Mascarenhas Gaivão.

Cursou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, pela qual se licenciou em Medicina no ano de 1891, com a tese “Higiene Hospitalar: Nosocomialismo e Microbismo”. Publicou ainda os seguintes estudos: “Estenose do piloro: tratamento cirúrgico”, 1898; “Exclusão total do intestino”, 1898.

Foi professor universitário exercendo também a carreira clínica. A 3 de Novembro de 1899, foi nomeado demonstrador da secção cirúrgica, como professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Em 1 de Outubro de 1903 tornou-se lente substituto da secção cirúrgica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Em 1906 alcançou a cátedra de Anatomia Descritiva e Topografia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, sucedendo a Curry Cabral. Tornou-se especialista de Obstetrícia, sendo um cirurgião muito considerado e activo. Foi director da enfermaria de S. Fernando no Hospital do Desterro, cirurgião-director da clínica cirúrgica do Hospital de S. José e director clínico dos Hospitais Cívicos em 1910 e 1911. Exerceu o cargo de enfermeiro-mor do Hospital de S. José entre Novembro de 1910 e 10 de Abril de 1911, quando foi nomeado ministro de Portugal em Madrid. Em 3 de Dezembro de 1926 lhe foi concedida licença sem vencimento, abandonando a carreira médica e docente, para se dedicar em exclusivo à carreira diplomática. Atingiu a jubilação em 24 de Setembro de 1937.

Aquando da sua morte em 1951 exercia as funções de presidente do conselho de administração das companhias reunidas de Gás e Electricidade.

Propagandista da República desde muito jovem, colaborador dos jornais *A Pátria*, ao lado de Higinio de Sousa e Crispiniano da Fonseca Luís Simões e n' *O País* e n' *O Mundo*.

Filiou-se primeiramente no Partido Republicano Português, a cuja Comissão Municipal de Lisboa presidiu em 1910, passou pelo «Bloco» em 1911 e, depois, pela União Republicana, 1911-1919 (amigo íntimo de Brito Camacho), sendo sub-chefe, antes de assumir um posicionamento próximo ao Sidonismo. Veio ainda a militar no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926), liderando esta última formação no Senado (Fevereiro 1923 a Abril 1926) e representando-a no Conselho Parlamentar em 1925-1926.

Abandonou actividade partidária em 7 de Abril de 1926 para tentar uma aproximação entre o PRN e a ULR. No início da Ditadura Militar ainda continuou a tentar uma aproximação entre a ULR e o PRN e um diálogo com a Ditadura, sem sucesso.

Foi senador por Castelo Branco, nos anos de 1915-17, e pelo Porto, nos anos de 1922-25 e 1925-26. Na legislatura de 1922-1925 foi eleito para a 2.^a Secção do Senado - Direito e negócios estrangeiros integrado no grupo do PRL, para a 3.^a Comissão de Finanças e para a Comissão do Orçamento. Fez parte da Comissão parlamentar internacional de Comércio nas legislaturas anteriores a 1925.

Cooperou com Governo Provisório após a implantação da República, tendo sido chamado, por portaria de 24 de Novembro de 1910, a integrar a comissão encarregada de fazer um inquérito aos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Deve-se-lhe em grande parte a legislação sobre a criação das Faculdades de Medicina (Lisboa e Porto) bem como cedência do Hospital de Santa Marta para Hospital Escolar. Por decreto de 23 de Março de 1911, foi nomeado Ministro Plenipotenciário em Madrid, tomando posse a 11 de Abril. Porém, a 12 de Outubro foi exonerado do cargo para integrar o governo.

Em 12 de Outubro de 1911, foi empossado como ministro dos Negócios Estrangeiros no governo presidido por João Pinheiro Chagas, cargo que exerceu até 12 de Novembro seguinte. Assumiu nesta data, em acumulação com a pasta anterior, a Presidência do governo, desempenhando funções até 16 de Junho de 1912. Continuou, no entanto, integrado no novo governo liderado por Duarte Leite, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, até 9 de Janeiro de 1913.

Entretanto, foi nomeado novamente, pelo decreto de 8 de Agosto de 1914, para o posto de ministro de Portugal na capital espanhola e onde se manteve até 1918. Nesse cargo teve de gerir a questão da Primeira Guerra Mundial, com a Espanha a posicionar-se na neutralidade e Portugal a querer envolver-se no conflito não só nas colónias como na frente europeia. Foi ministro de Portugal em Londres durante o Sidonismo, entre 1918 e 1919. Substituiu Teixeira Gomes neste cargo, pelo que as suas relações se deterioraram.

Com o fim da Guerra representou Portugal nas Conferências de Paz como secretário-geral em 1919. Posteriormente integrou a delegação nacional junto da Sociedade das Nações, nos anos de 1923 a 1937, na qual presidiu a várias comissões (como a do ópio, do trânsito e das finanças) e projectos políticos. Foi, por exemplo, graças à sua mediação que se resolveram alguns conflitos regionais, como o do Chaco (região pantanosa) entre Bolívia e Paraguai (1932-1935) ou a questão entre a Jugoslávia e a Hungria (1935), entre outras. Era também o director da secção da SDN no ministério dos Negócios Estrangeiros português. Ocupou a presidência da Assembleia da Sociedade das Nações entre Maio de 1935 e Maio de 1936. Em 1936 foi nomeado delegado permanente e presidente da "Comissão dos Dezoito", grupo de pressão constituído por alguns dos mais decisivos países da Sociedade das Nações. Em 9 de Outubro de 1937 abandonou a SDN por ter atingido o limite de idade.

Recebeu imensas condecorações, das quais se destacam: grã-cruz de Santiago de Espada; de Isabel, a Católica; da Coroa da Bélgica; do Mérito do Chile e do Peru; e o grande oficialato da Legião de Honra. Pertenceu à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, à Associação dos Médicos Portugueses, à Assistência Nacional aos Tuberculosos, bem como a muitas associações e institutos estrangeiros.

Faleceu em Lisboa a 27 de Setembro de 1951. No funeral estiveram presentes diversas personalidades do Regime, como Caeiro da Mata e nenhum opositor de nomeada.

Augusto Joaquim Alves dos Santos



Nasceu em Cabração (Ponte de Lima), em 14 de Outubro de 1866. Era Filho de Manuel Joaquim Rodrigues dos Santos e Ana Maria Alves Soares.

Sobrinho e afilhado do padre Manuel Joaquim Soares, seguiu as pisadas do tio e padrinho. Fez estudos em Teologia, primeiramente no Seminário de S. Pedro e S. Paulo de Braga. Recebeu ordenação sacerdotal em 26 de Julho de 1891, mas abandonou o estado clerical e casou com Maria Adélia de Oliveira. Posteriormente, iniciou os estudos de Teologia na Universidade de Coimbra. Tornou-se bacharel em 1898, licenciado em 1899 e, finalmente, doutor em 1900.

Dedicou-se à docência nas Faculdades de Teologia (1901-1911) e de Letras (cadeira de Filosofia, a partir de 1911). Foi inspector do ensino, entre 1901 e 1906 e em 1908. Alves dos Santos distinguiu-se pelos seus dotes oratórios nas cerimónias religiosas, universitárias e nos elogios fúnebres, como os das exéquias comemorativas da morte do Papa Leão XII (1903), ou as do antigo Presidente do Conselho Hintze Ribeiro (1907). Foi também ele quem fez o elogio de D. Carlos e de D. Luís Filipe, na comemoração do regicídio mandada celebrar pela Universidade de Coimbra em 1909. Após a instauração da República foi ele que proferiu, em Coimbra, o discurso de boas-vindas ao Presidente da República em 1911. Continuou os estudos de Psicologia experimental e Pedagogia, com Édouard Claparède, em França, na Suíça e na Bélgica, no biénio de 1912-1913. Quando regressou a Portugal, organizou e dirigiu o laboratório de Psicologia da Faculdade de Letras (1913) e foi director da biblioteca da Universidade de Coimbra. Após a extinção da Faculdade de Teologia, transitou para a novel Faculdade de Letras, na qual, já em 1916, viria a receber o grau de Doutor. Em 1912 viajou em missão pedagógica até França e Suíça, tendo chegado a encontrar-se com Édouard Claparède. Fundou, depois, e chegou a dirigir, o Laboratório de Psicologia Experimental anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi, ainda, Director da Biblioteca Geral da mesma Universidade. Esteve ligado à criação das Escolas Normais Superiores de Lisboa e de Coimbra, tendo trabalhado nesta última desde a data da sua fundação (1915) até à morte. Pertenceu, ainda, à Academia das Ciências de Lisboa. Deixou uma vasta obra nas áreas na Filosofia, Psicologia e Pedagogia.

Aderiu à República, militando no Partido Republicano Evolucionista, nos «Governamentais», no Partido Republicano Liberal (pertenceu à Comissão Distrital do PRL de Coimbra) e no Partido Republicano Nacionalista. Presidiu ao município de Coimbra e foi deputado por esta cidade nos anos de 1911, 1919, 1921 e 1922, tendo alcançado a vice-presidência da respectiva Câmara de 16-12-1921 a 6-02-1922. Foi chefe de gabinete de Teófilo Braga, em 1911. Desempenhou as funções de ministro do Trabalho entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922. Foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi eleito deputado em Janeiro de 1922 pelo grupo «governamental», liderado por Cunha Leal, mas ainda nesse ano ingressou no PRL e em 1923 no PRN. Projectos de lei que apresentou em 1922: 87-A; 178-J. 1922-23: 431.

Faleceu na sua residência em Coimbra, à Rua Alexandre Herculano, nº 14, em 17 de Janeiro de 1924, tendo ido a sepultar no cemitério da Conchada.

Belchior de Figueiredo



Nasceu em 1866, em Viseu. Residiu desde os primeiros anos da República no Porto, na rua Joaquim António de Aguiar, 255. Casou com Carlota Figueiredo, tendo tido cinco filhos: Armanda, Fernanda, Otília, Rodrigo e Alfreda.

Foi funcionário público, director de Finanças em Braga, Viana do Castelo e Porto. Em Dezembro de 1925 foi indigitado pelo governo para presidir à comissão que supervisionou a liquidação do Banco Popular Português.

Aderiu na juventude ao Partido Republicano Português. No dia 19 de Janeiro 1890 discursou na Guarda nos «comícios patrióticos» de repúdio ao Ultimato britânico. Em Outubro de 1910 encontrava-se colocado em Viana do Castelo, pelo que após a implantação da República foi nomeado Governador Civil desta cidade (05-10-1910 a 05-11-1910). Uma das suas primeiras tarefas foi telegrafar para todas as sedes de concelho impondo a proclamação da República, ao mesmo tempo que nomeava as Comissões Republicanas Municipais do Partido Republicano Português para assumirem o poder autárquico.

Em 1911 colaborou com José Relvas, nessa altura Ministro das Finanças, na reforma financeira do País. Aderiu ao partido da União Republicana em 1911, tendo pertencido ao seu Directório. Apoiou o Sidonismo, sendo delegado do caudilho na Junta Revolucionária do Porto em 1917.

Foi deputado em 1918-1919 pelo Partido Nacional Republicano e em 1921-1922, pelo Partido Republicano Liberal, eleito pelo círculo de Viana do Castelo. Enquanto deputado fez parte da Comissão de *Orçamento e Finanças* e apresentou e discutiu um conjunto significativo de projectos de lei sobre matéria tributária.

Aderiu ao Partido Republicano Liberal no início dos anos vinte, sendo eleito membro substituto do Directório. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN tendo feito parte do seu Directório como substituto entre 1923-1926 e como efectivo entre 1926-1930. Em Novembro de 1930 desligou-se do PRN, mas manteve-se na oposição à Ditadura. Foi Governador Civil do Porto durante o governo de António Ginestal Machado (20-11-1923 a 17-12-1923).

Pertenceu à Maçonaria desde 1907, iniciado na loja Cavalheiros da Paz e Concórdia, com o nome simbólico de Belchio.

Morreu no Porto a 28 de Janeiro de 1939, estando já aposentado. Teve um funeral civil.

Bernardo Ferreira de Matos



Nasceu a 12 de Junho de 1881 na Sobreira Formosa (Proença-a-Nova). Era filho de Bernardo Ferreira de Matos e Angélica Caetana de Andrade Matos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Fez carreira como conservador do registo predial e comercial na Sertã e em Lisboa. Quando se radicou na capital também se dedicou à advocacia. Era proprietário na sua terra natal, onde mantinha contactos familiares e amizades que lhe permitiram ser eleito como deputado. Era amigo pessoal de Egas Moniz e de Cunha Leal. Fez parte da Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1921 e 1922, eleito pelo círculo de Castelo Branco, nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou em 1922: 236-E. Ingressou em Fevereiro de 1923 no Partido Republicano Nacionalista e em Março de 1926 na União Liberal Republicana. Com a instauração da Ditadura abandonou a política activa, mas manteve amizade com vários elementos da oposição.

Faleceu em Lisboa a 4 de Agosto 1959.

Carlos Eugénio de Vasconcelos



Nasceu a 7 de Setembro de 1883 em S. Filipe, na Ilha do Fogo (Cabo Verde). Era filho de João Baptista Vieira de Vasconcelos e de Maria Fidalga do Sacramento Monteiro. Era proprietário na sua terra natal e comerciante.

Foi eleito deputado por Cabo Verde em 1921 e 1922 pelo Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Ingressou no PRP em Março de 1925, mas acabou por ser expulso deste partido com outros deputados, em Julho de 1925. Voltou a ser eleito deputado por Cabo Verde em Novembro desse ano nas listas da Esquerda Democrática. Projectos de lei que apresentou em 1922: 279-C; 1922-23: 381-A; 424-A; 485-A; 1923-24: 642-G e 784-A.

Foi ministro das Colónias no governo de José Domingues dos Santos (22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925).

Em 1926, com Alfredo Nordeste e Pina de Moraes, integrou o Conselho Político do diário *A Capital*. Foi eleito para o Directório do PRED no congresso deste partido em Abril de 1926, onde apresentou a tese “O Problema Colonial”.

Regressou a Cabo Verde em 15 de Junho de 1926. Faleceu na Praia (ilha de Santiago), no dia 29 de Julho de 1928.

César Justino de Lima Alves



Nasceu a 17 de Março de 1866 em Alpiarça. Era filho de Francisco Vicente Alves e de Maria de Jesus Lima Alves. Era pai de Mário Lima Alves. O tio de Bernardo Lima (abade de Alpiarça) apoiou os seus primeiros estudos. Frequentou a Escola da Granja do Marquês (1878-1883), que concluiu como regente agrícola, e o instituto de agronomia e Medicina Veterinária de Lisboa (1885-1889), onde alcançou o bacharelato em Agronomia. Frequentou uma especialização em Química na Alemanha e em França, (1889-1891). Em 1894 alcançou o diploma de engenheiro agrónomo. Iniciou a actividade profissional, ainda enquanto estudante, como empregado na Escola da Granja do Marquês (1883-1886). Posteriormente passou a preparador no Instituto de Agronomia (1886-1911) e em 1911 tornou-se docente de Veterinária e Higiene Veterinária neste mesmo Instituto Superior. Foi professor na Escola Politécnica da Faculdade de Ciências de Lisboa e director do Instituto Superior de Agronomia (1915-1917). Fundou a Escola Profissional e Agrícola da Paiã. Publicou diversos trabalhos da sua especialidade e dirigiu o *Notícias Agrícola* e os serviços veterinários de Angola.

Iniciou a sua actividade partidária no Partido Republicano Português, tendo transitado em 1920 para as fileiras do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, onde foi substituto do Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 seguiu Álvaro de Castro na formação do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Fez parte do Directório do novo PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) após a cisão em Dezembro de 1923.

Foi eleito senador por Coimbra em 1919 e 1922 e foi ministro da Agricultura entre 29 de Junho de 1919 e 3 de Janeiro de 1920. Desempenhou os cargos de Presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1908 na loja A Sementeira, de Lisboa, com o nome simbólico de Lavoisier.

Faleceu em Lisboa, a 4 de Março de 1942.

Constâncio de Oliveira



Nasceu a 27 de Abril de 1863 em Lisboa. Era filho de Sebastião de Oliveira e de Mariana de Jesus Oliveira. Entrou com 16 anos para aspirante da Câmara Municipal de Lisboa (em Fevereiro de 1880), onde prosseguiu carreira como funcionário na área da contabilidade, onde obteve formação. Foi nomeado chefe da Repartição de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, em 10 de Dezembro de 1910, e, em 1915, chefe da 2.^a repartição.

Participou na propaganda republicana desde a sua juventude ao lado de Elias Garcia, Latino Coelho, Sabino de Sousa e Gomes da Silva. Iniciou a sua actividade partidária no PRP, seguindo posteriormente António José de Almeida no Partido Republicano Evolucionista (1912) e no Partido Republicano Liberal. Neste último partido foi membro substituto do Directório do PRL em 1922. Ingressou no PRN em Fevereiro de 1923. Foi membro da Comissão Distrital do PRN em 1924. Abandonou o PRN em Outubro de 1925 após o Directório ter escolhido Mariano de Melo Vieira como candidato a deputado pelo Círculo de n.º 31 (Torres Vedras) em detrimento da sua candidatura. Em Março de 1926 aderiu à ULR, tendo feito parte da Junta Administrativa. Foi nomeado organizador do cadastro partidário da ULR em Lisboa e membro da Comissão de Assuntos de Secretaria da ULR.

Foi eleito deputado em 1915, 1921 e 1922 pelo círculo de Torres Vedras, e senador em 1919, por Angra do Heroísmo. Projectos de Lei que apresentou em 1922: 16-A e 46-F; 1922-23: 568-B; 1923-24: 645-B; 695-H; 717-C e 809-E; 1924-25: 948-A.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado com o nome simbólico de Juvenal e vindo a desempenhar altos cargos no Grande Oriente Lusitano Unido, nomeadamente o de Presidente do Conselho da Ordem (1921-22).

Escreve diversas crónicas para o *República* em 1923. Foi membro da Cruzada Nuno Alvares Pereira.

Morreu em Lisboa, a 31 de Maio de 1929.

Custódio Lopes de Castro



Nasceu em Gondomar a 4 de Outubro de 1888. Era filho de Ventura Martins de Castro e Ana Duarte Lopes de Castro. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e seguiu a carreira da magistratura. Foi delegado do Procurador da República em várias comarcas, exercendo na Covilhã em 1925.

Fez parte do Partido Republicano Nacionalista e aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR no Porto. Fez parte da Câmara dos Deputados na Legislatura de 1925 em representação do círculo de Vila Nova de Gaia, eleito nas listas do PRN.

Custódio Maldonado de Freitas



Nasceu a 13 de Julho de 1886 na Atalaia (Vila Nova da Barquinha), filho de António Maldonado de Freitas e Maria da Nazaré Freitas. Formou-se na Escola Superior de Farmácia de Lisboa em 1908.

Casou primeiramente com uma senhora de Santarém da qual se viria a divorciar quando já vivia com a sua futura esposa, Maria Pereira de Sousa Freitas. Deste casamento nasceram António Maldonado de Freitas, Artur Maldonado de Freitas, João Maldonado de Freitas, Custódio Maldonado de Freitas e Maria Antónia Maldonado de Freitas.

Iniciou a sua actividade profissional aos 14 anos na farmácia Dionísio do Sardoal, como ajudante de farmácia. Daí transitou para a farmácia da Misericórdia de Castelo Branco. Em 1909 comprou uma farmácia em Óbidos, situada na Rua Direita. Tornou-se então farmacêutico (ou boticário) e adquiriu uma nova farmácia nas Caldas da Rainha em 1910, situada na Rua da Liberdade, onde fixou residência. Foi presidente da primeira comissão administrativa do Hospital de Dona Leonor (1919), nas Caldas da Rainha. A 13 de Abril de 1921 tornou-se sócio da empresa de Limas União Tomé Fêteira, sendo gerente administrativo juntamente com Raul Tomé Fêteira. Manteve-se sócio desta empresa até 1924.

Era um republicano convicto, pelo que foi preso ainda durante a Monarquia. Teve uma acção destacada na proclamação da República nas Caldas da Rainha. Filiou-se no PRP em Maio de 1910 e transitou para o PRRN em 1920. Foi fundador do Partido Republicano Nacionalista em 1923. Equacionou integrar o Grupo Parlamentar de Acção Republicana (*Diário de Lisboa*, 17-12-1923, p. 8), mas manter-se-ia no PRN até 1935, sendo membro da comissão municipal das Caldas da Rainha do PRN (1923-1926). No início dos anos trinta participou na Aliança Republicano Socialista, que federou os partidos opositores da Ditadura.

Em 20 de Abril de 1911 fez parte duma comissão para a aprovação da Lei da Separação das Igrejas do Estado, a qual reuniu na residência de Francisco de Almeida Grandela, na Foz do Arelho. Estiveram nessa reunião, entre outros, Dr. Afonso Costa, Ferreira do Amaral, Sebastião de Lima e o deputado Afonso Ferreira. Nos primeiros tempos da República teve um papel importante na dinamização do Centro Republicano Almirante Cândido dos Reis nas Caldas da Rainha.

Exerceu os cargos de presidente da Junta de Freguesia (1910), administrador de concelho (1911 e 1913-1914), vereador (1913) e presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (1919-1922), delegado do Serviço das Subsistências do Ministério da Agricultura (1920) e secretário e presidente da comissão concelhia dos bens da Igreja.

Foi eleito deputado em 1919 e 1922 pelo círculo de Alcobaça, primeiro nas listas do Partido Republicano Português e depois nas listas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Apresentou os seguintes projectos de Lei: 1922: 84-C; 92-B; 146-D; 284-B e 322-D; 1922-23: 428-B; 1923-24: 642-F; 1924-25: 845-N; 845-º. Em 1921 e 1925 concorreu a deputado pelo PRRN e pelo PRN no círculo de Alcobaça, não

tendo sido eleito. Nesta última eleição a assembleia de apuramento proclamou-o deputado, mas a comissão de verificação de poderes não confirmou a eleição. Colaborou e dirigiu o jornal *Direito do Povo* (1910-1911), fundou e dirigiu *O Defensor* (1.ª série: 1-12-1913 a 5-9-1922; 2.ª série 15-6-1923 a 17-7-1923; 3.ª série: 28-2-1924 a 7-2-1925) e *O Regionalista* (23-5-1920 a 7-2-1925), este último ligado ao PRRN e ao PRN.

Durante a «Ditadura de Pimenta de Castro» realizou-se uma procissão nas Caldas da Rainha no dia 2 de Abril de 1915, a que Custódio Maldonado de Freitas e outros membros da Associação do Registo Civil se opuseram. Após a realização da procissão a sua casa foi atacada e vandalizada por uma multidão, tendo Custódio Maldonado de Freitas defendido a sua residência com o uso de bombas preparadas por si na sua farmácia. Ele e a sua família conseguiram fugir, mas foi preso e levado para a prisão do Limoeiro em Lisboa, acusado de lançar bombas. Após revolução de 14 de Maio de 1915, que depôs Pimenta de Castro, Custódio Maldonado de Freitas foi libertado. Dirigiu-se para as Caldas da Rainha com duas dezenas de marinheiros que haviam estado na Rotunda e conquistou a cidade para o republicanismo do PRP. No final da I República conspirou em Coimbra a favor dos militares que prepararam o movimento do «28 de Maio de 1926», juntamente com José de Sousa e Nápoles, da União Liberal Republicana. No entanto, rapidamente passou para a oposição à Ditadura. Esteve envolvido na revolta de Abril de 1931. No início deste mês o tenente-coronel Ultra Machado passou pela sua farmácia em direcção a Coimbra. Vinha com o intuito de preparar a revolta em Coimbra, simultaneamente à revolta das Ilhas. Custódio Maldonado de Freitas ajudou-o a sair das Caldas da Rainha, mas a polícia descobriu o seu envolvimento, pelo que foi preso passado uns dias. Custódio Maldonado de Freitas foi enviado para Lisboa, mas conseguiu fugir à polícia no dia 19 de Abril de 1931. Conseguiu estar escondido durante cerca de um ano em diversas casas em Lisboa com a ajuda de diversos amigos, entre os quais se contava João Lopes Soares. Acabaria por ser novamente preso em Abril de 1932, sendo-lhe fixada residência obrigatória em Castro de Aire, após estar envolvido em diversas conspirações revolucionárias. Manteve-se sempre na oposição ao regime vigente e com intensa actividade política até à sua morte, pelo que foi constantemente vigiado pelas autoridades e preso mais algumas vezes. A sua farmácia tornou-se no centro da oposição nas Caldas da Rainha durante várias décadas. Ainda se envolveu a 10 de Outubro de 1946 no frustrado «golpe da Mealhada», vindo a ser preso pela última vez em 1947/1948 no Aljube. Apoiou as candidaturas de Norton de Matos, Quintão Meireles, Cunha Leal e Humberto Delgado nas eleições para a presidência da República. Ao longo da sua vida defendeu intransigentemente a democracia e o apoio aos mais pobres, tendo fundado nas Caldas da Rainha a «Escola dos Filhos do Povo Trabalhador» para lutar contra o analfabetismo.

Pertenceu à Carbonária e à Maçonaria, tendo sido iniciado na loja Fraternidade de Óbidos, com o nome simbólico de Galeno (19-12-1909). Posteriormente passou para a Loja Madrugada (1915), atingindo o 7.º RF. Após a instauração da democracia em Portugal foi-lhe atribuído a Ordem da Liberdade.

Faleceu nas Caldas da Rainha a 15 de Abril de 1964.

David Augusto Rodrigues



Nasceu em Bragança, em 30 de Janeiro de 1874. Era filho de Martinho José Rodrigues e Ermelinda Gomes. Casou com Idalina da Rocha Sarsfield Rodrigues e era pai do major Daniel Alexandre Sarsfield Rodrigues, de António Sarsfield Rodrigues, de Alexandre José Sarsfield Rodrigues e de José Manuel Sarsfield Rodrigues. Fez os estudos liceais em Bragança e no Porto e seguiu a carreira militar (alferes, 1896; tenente, 1901; capitão, 1906; major, 1915; tenente-coronel, 1917; coronel, 1922; brigadeiro, 1931; general, 1934; reserva em 1939; reforma, 1944). Ocupou diversos cargos ao longo da sua carreira militar, como os de ajudante de campo da Direcção-Geral dos Serviços de Infantaria (1901), de sub-chefe e chefe interino do Estado-Maior no Quartel-General em Moçambique (1906-1908), de promotor de justiça junto do Conselho de Guerra da 1.^a Divisão Militar (1908), de promotor dos Tribunais Militares Territoriais de Lisboa (1911) e Porto (1914) e de defensor officioso junto do Supremo Tribunal Militar (1925). Escreveu diversos trabalhos de temática militar, tendo fundado em 1898, a Revista de Infantaria, a qual dirigiu até 1914.

Teve alguma actividade política durante a Monarquia, sendo vogal da Câmara Municipal de Lourenço Marques (Novembro de 1907 a Junho de 1908). Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923 e à ULR em Março de 1926, sendo o organizador do cadastro partidário da ULR em Bragança.

Em Maio de 1923 foi eleito deputado pelo círculo de Bragança (eleição suplementar) nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Escreveu algumas crónicas no jornal *A Noite*. Participou no «Movimento do 28 de Maio», tendo comandando uma coluna que se dirigiu de Braga para o Porto.

Morreu no Porto, em 1 de Junho de 1960 com os sacramentos da «Santa Madre Igreja».

Domingos Augusto Reis Costa



Nasceu a 13 de Setembro de 1891 em Bragança, filho de Aleixo Reis Costa e Maria Cândida Rodrigues Reis Costa. Professor no Funchal, na Escola Industrial, na Escola Primária Superior e no Liceu local.

Foi administrador do concelho e presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Funchal. Em 1925, concorreu a deputado pelo círculo madeirense, nas listas do Partido Republicano Nacionalista, sendo eleito. Em Março de 1926 aderiu à ULR tendo feito parte da Comissão de Propaganda.

A Elite do PRN (1923-1935)¹

Nome	Directório 1923 - 1935	Governo do PRN 1923	Deputado do PRN 1922- 1925	Senador do PRN 1922- 1925	Deputado do PRN 1925- 1926	Senador do PRN 1925- 1926
Abílio Marques Mourão			+			
Afonso de Melo Pinto Veloso			+		+	
Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos				+		+
Alberto Carlos da Silveira					+	
Alberto de Moura Pinto			+			
Alberto Jordão Marques da Costa			+		+	
Alberto Lelo Portela			+			
Albino Soares dos Reis Júnior					+	
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	+	+			+	
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso			+			
Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal				+		+
Álvaro da Cunha Ferreira Leite					+	
Álvaro Xavier de Castro	+		+			
Amaro Garcia Loureiro			+			
Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia			+			
António Alves Cálem Júnior					+	
António Alves de Oliveira Júnior				+		+
António Correia			+			
António Ginestal Machado	+	+	+		+	
António Gomes de Sousa Varela				+		
António Lobo de Aboim Inglês	+				+	
António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier			+			
António Martins Ferreira						+
António Vicente Ferreira		+	+			
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	+	+	+		+	
Artur Brandão			+		+	
Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia				+		+
Augusto Joaquim Alves dos Santos			+			
Belchior de Figueiredo	+					
Bernardo Ferreira de Matos			+			
Carlos Eugénio de Vasconcelos			+			
César Justino de Lima Alves				+		
Constâncio de Oliveira			+			
Custódio Lopes de Castro					+	
Custódio Maldonado de Freitas			+			
David Augusto Rodrigues			+			
Domingos Augusto Reis Costa					+	
Eugénio Rodrigues Aresta			+			
Filomeno da Câmara Melo Cabral	+				+	
Francisco Cruz			+		+	
Francisco Pinto Cunha Leal	+	+	+		+	
Francisco Xavier Anacleto da Silva				+		
Henrique Ferreira de Oliveira Brás						+
Hermano José de Medeiros			+			
Jaime António Palma Mira					+	
Jaime Pires Cansado			+			

¹ As biografias da elite do PRN tiveram como base inicial o estudo coordenado por A. H. de Oliveira Marques (*Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000). As fotografias da elite do PRN são provenientes do Arquivo Historico Parlamentar, em Lisboa.

João Cardoso Moniz Bacelar			+				
João de Ornelas e Silva			+		+		
João de Sousa Uva			+				
João Pereira Bastos			+				
João Raimundo Alves					+		
João Tamagnini de Sousa Barbosa	+				+		
João Vitorino Mealha			+				
Joaquim Brandão			+		+		
Joaquim Correia de Almeida Leitão						+	
Joaquim José de Oliveira			+				
Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker		+					
Joaquim Ribeiro de Carvalho			+				
Jorge de Vasconcelos Nunes			+		+		
José Augusto Ribeiro de Melo						+	
José Carvalho dos Santos			+				
José de Moura Neves					+		
José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles			+		+		
José do Vale de Matos Cid					+		
José Joaquim Fernandes de Almeida				+		+	
José Marques Loureiro			+		+		
José Mendes dos Reis				+			
José Novais de Carvalho Soares de Medeiros			+		+		
José Pedro Ferreira			+				
Júlio Dantas	+	+				+	
Júlio Ernesto de Lima Duque				+			
Lúcio de Campos Martins			+				
Manuel de Sousa Câmara			+		+		
Manuel Ferreira da Rocha			+				
Manuel Ribeiro Alegre			+				
Manuel Soares de Melo e Simas		+					
Mariano de Melo Vieira					+		
Mário de Magalhães Infante			+				
Matias Boleto Ferreira de Mira			+				
Paulo da Costa Menano			+				
Pedro Góis Pita	+	+	+		+		
Rafael Augusto de Sousa Ribeiro					+		
Raul Lelo Portela	+				+		
Ricardo País Gomes				+			
Roberto da Cunha Baptista				+			
Rodolfo Xavier da Silva				+			
Silvestre Falcão				+		+	
Tomé José de Barros Queirós			+		+		
Vasco Gonçalves Marques				+		+	
Virgílio da Conceição Costa			+				
Viriato Gomes da Fonseca			+				
Elite do PRN: 91 membros	Total:	12	9 ²	51	15	33	12

² Não foi contabilizado Óscar Carmona por ser independente.

A Elite do PRN

Nome	Profissão	Data Nasc.	Idade	Habilitações Literárias	Entrada PRN	Saída PRN	Partidos	Cargos	Posição face à Ditadura
Abílio Marques Mourão	Advogado	10 - 08- 1890	35	Direito, U. de Coimbra	1923-02	1926-03	PRL; PRN; ULR	Fez parte do Partido Republicano Liberal. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN e integrou a comissão organizadora deste partido no Porto. Integrou a Lista do Directório que Cunha Leal tencionava apresentar às eleições no IV Congresso do PRN. Após a saída de Cunha Leal do IV Congresso do PRN foi candidato pela Lista Neutra que saiu perdedora. Em Março de 1926 aderiu à ULR. Foi Vogal da Junta Central da ULR e organizador do cadastro partidário da ULR no Porto. Foi eleito deputado pelo círculo de Chaves nas legislaturas de 1921 e 1922 pelo PRL. Em 1923 fazia parte do Senado Municipal do Porto, em representação do PRN.	?
Afonso de Melo Pinto Veloso	Juiz	09- 10- 1878	47	Direito, U. de Coimbra, (1898).	1923-02	1935-02 ?	Partido Progressista; PNR; Conjunção Republicana da Beira, PRL; PRN	Filiado originalmente no Partido Progressista durante a Monarquia, converteu-se ao republicanismo conservador com o novo regime. Primeiro numa aproximação à linha <i>Pimentista</i> e logo depois, na adesão ao Sidonismo (Partido Nacional Republicano). Posteriormente passou pela Conjunção Republicana da Beira (1919), pelo PRL (1919-1923) e pelo PRN (1923-1935). Foi Governador Civil do Funchal durante a Monarquia (nomeado em 24-02-1910) e Senador pelos sindicatos agrícolas (1918) durante o Sidonismo. Integrou o executivo, como ministro da Justiça (23-12-1918 a 07-01-1919) e como ministro da Instrução Pública (15-01-1920 a 21-01-1920). Foi eleito deputado por Viseu (1919 e 1921) e Lamego (1922 e 1925), ascendeu à vice-presidência da respectiva Câmara entre Fevereiro de 1922 e Dezembro de 1925. Foi agente do governo português junto do Tribunal Internacional da Haia (1919-1920). Prosseguiu a actividade pública sob a Ditadura, vindo a ser procurador à Câmara Corporativa (secção de Justiça, 1935 -1968); secretário do Conselho Superior da Magistratura Judicial (1918-1932); Juiz desembargador do Tribunal da Relação (1927); juiz do Supremo Tribunal de Justiça (a partir de 1933); presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1947-1948); relator do Supremo Tribunal Militar; presidente do Grémio Beirão de Lisboa nos anos trinta.	Apoio
Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos	Médico	20- 10- 1865	60	Medicina, Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	1923-02	1935-02 ?	PRP; UR; PRL; PRN	Iniciou a sua actividade política no movimento republicano durante os estudos superiores. Foi redactor dos jornais académicos <i>A Pátria</i> , <i>Ultimatum</i> e <i>Justiça</i> . Esteve envolvido no movimento republicano de 31 de Janeiro de 1891 na capital. Começou a sua actividade política no Partido Republicano Português durante a Monarquia. A sua amizade com	?

								<p>Brito Camacho ditou a sua adesão à União Republicana em 1912. Aderiu em 1919 ao Partido Republicano Liberal e em 1923 ao Partido Republicano Nacionalista. Foi o líder do "bloco" constituído pelo PRRN e pelo PRL no Senado em Dezembro de 1922. Após a formação do PRN liderou o grupo parlamentar no Senado no início de 1923. Foi candidato da Lista Neutra no IV Congresso do PRN (1926) que saiu perdedora. Após a implantação da República, foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa e presidiu à primeira Comissão Municipal Republicana da capital. Foi eleito deputado na constituinte de 1911 pelo círculo de Lisboa Oriental. Posteriormente, foi eleito senador em todas as legislaturas, menos em 1918, pelo círculo de Beja. Foi Vice-Presidente do Senado em 1921, 1924 e 1925. Ocupou ainda o cargo de vogal à Junta de Crédito Público, em representação do Senado, entre 1911 e 1917. Foi iniciado maçom em 1892, na loja Fraternidade, com o nome simbólico de Schopenhauer.</p>	
Alberto Carlos da Silveira	Oficial de Artilharia	25-02-1859	66	Curso de Artilharia na Escola Militar	1923-02	1927-04	PRP; UR; PRL; PRN	<p>Assentou praça como voluntário no regimento de Infantaria n.º 13 a 25 de Julho de 1876. Fez estudos em Lisboa no Colégio Militar (1870-1876), fez o curso preparatório para a arma de artilharia na Escola Politécnica e concluiu, em 1882, o curso de Artilharia na Escola Militar. Oficial do Exército (praça, 1876; alferes, 1882; tenente, 1884; capitão, 1890; major, 1907; tenente-coronel, 1911; coronel, 1913; general, 30-03-1918; reserva, 27-2-1926), comandou o Grupo n.º 2 do Campo Entrincheirado de Lisboa durante a revolução republicana e a partir de 9 de Outubro de 1910 passou a comandar a Polícia Cívica de Lisboa. Foi também vogal do Supremo Tribunal Militar e membro do júri que, em 1922-1923, julgou os «Outubristas». Obteve a Medalha de Ouro do Ministério da Guerra da classe de bons serviços. Foi homenageado com uma Espada de Honra pelo seu desempenho como comandante de Polícia de Lisboa. Obteve o Grau de Oficial de Avis e Medalha de Ouro de Comportamento exemplar. Em data desconhecida, a Câmara Municipal de Lagos colocou o seu nome numa rua da Freguesia de Santa Maria, no Concelho de Lagos. Iniciou a sua actividade política como membro do PRP. A sua amizade com Brito Camacho fê-lo participar no «Bloco» em 1911 e filiar-se no Partido da União Republicana (1912-1919). Posteriormente aderiu ao Partido Republicano Liberal (1919-23) e ao Partido Republicano Nacionalista (1923-27). Em 1911 integrou, pela primeira vez, o elenco governativo (governo de João Pinheiro Chagas), assumindo a pasta da Guerra entre 8 de Outubro e 12 de Novembro. Reempossado nesta última data, manteve-se em funções até 16 de Junho de 1912 (governo de Augusto de Vasconcelos). Em 1921 regressaria ao executivo, de novo como ministro da Guerra, entre 23 de Maio e 30 de Agosto no governo presidido por Tomé de Barros Queirós. Deputado na</p>	?

								constituente por Silves, transitou posteriormente para o Senado (1911-1915). Foi eleito senador, por Faro, em 1915, 1919 e 1921. Foi eleito deputado por Lisboa em 1925. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1887 na loja União Independente. Faleceu em Lisboa, a 22 de Abril de 1927.	
Alberto de Moura Pinto	Magistrado	05-04-1883	42	Bacharelato na Faculdade de Direito de Coimbra	1923-02	1925-07	PRP; UR; PRL; PRN; Independente	Seguiu a carreira da magistratura. Desempenhou funções de Administrador do Concelho de Arganil (1908), de delegado do Procurador Régio em Miranda do Douro (1909) e S. João da Pesqueira (1910), e de delegado do Procurador da República em Mangualde e Leiria já depois de implantada a República. Com a República voltou a ser Administrador do Concelho de Arganil (1910). Desenvolveu actividade de propaganda em prol do regime republicano, integrando a Junta Central Revolucionária de Coimbra com os Drs. Manuel Alegre, Malva do Vale e Pires de Carvalho e promoveu a fundação de núcleos revolucionários em Águeda, Oliveira do Hospital e Arganil. Iniciou a actividade partidária no PRP. Em 1912 aderiu à União Republicana e em 1919 ao Partido Republicano Liberal, tendo feito parte do directório deste último partido. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e fez parte da Comissão que elaborou o seu programa. Abandonou o PRN e passou à condição de independente no final de Julho de 1925, conjuntamente com Ferreira de Mira e Ferreira da Rocha, na sequência do apoio ao governo de António Maria da Silva. Foi deputado por Arganil em 1911, 1915, 1921, 1922 e 1925. Apoiou o Sidonimo, tendo sido ministro da Justiça entre 11 de Dezembro de 1917 e 7 de Março de 1918. Saiu do governo com os outros ministros unionistas (Aresta Branco e Santos Viegas) em ruptura com Sidónio Pais. Foi um acérrimo adversário da Ditadura Militar e do Estado Novo. Foi preso por envolvimento no movimento revolucionário de 1928. Voltou a ser preso em 19 de Julho de 1930, sendo deportado no dia seguinte para os Açores. Conseguiu evadir-se dos Açores ainda nesse ano e refugiou-se em Espanha. Neste país juntou-se a Jaime de Morais e Jaime Cortesão, tendo formado o grupo oposicionista denominado «os budas». Mudou-se depois para França e para o Brasil, tendo-se dedicado à actividade comercial associado ao grande industrial português do Rio de Janeiro, Ricardo Seabra. Regressou do Brasil em virtude de uma amnistia em 1957. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1909 na loja Tenacidade, com o nome simbólico de Passos Manuel. Esta loja era a n.º 250 do RF, de Águeda, resultante do triângulo n.º 34, antes instalada em Sangalhos, que esteve activa entre 1905 e 1913.	Oposição revolucionária
Alberto Jordão	Reitor do Liceu de	08-01-	41	Curso Superior de	1923-02	1935-02	PRP; PRRN PRN	Iniciou a sua actividade política no PRP, transitando para o PRRN em 1920 e para o PRN em 1923, onde se manteria até 1935. Fez parte da	Oposição revolucionária

Marques da Costa	Évora	1884		Letras e Direito da Universidade Lisboa			<p>Comissão Jurídica do PRRN (1920-1923). No PRN fez parte da comissão distrital de Évora, dirigiu o centro político do PRN (1923-1928) em Évora, que se situava na rua Serpa Pinto n.º 9, 1.º andar e foi membro substituto do Directório do PRN do (1923-1935).</p> <p>Foi eleito deputado pelo círculo de Évora em três legislaturas. Em 1919 pelo PRP, em 1922 pelo PRRN e em 1925 pelo PRN. Em 1921 foi candidato a deputado pelo PRRN no círculo de Évora, não sendo eleito. Foi chefe de gabinete do Ministro do Comércio e interino do Trabalho, Pedro Pita, entre 21 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923 (Diário do Governo, II Série, 21 de Novembro de 1923).</p> <p>Exerceu o cargo de governador civil de Évora em duas ocasiões (27-12-1914 a 05-02-1915 e 24-05-1915 a 23-10-1917). Presidiu à Comissão Executiva (1923-1925) e ao Senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi Provedor da Misericórdia de Évora (1920-1923).</p> <p>Foi director de <i>O Democrático</i> (Évora), entre 28 de Fevereiro de 1915 e 7 de Maio de 1916, órgão local do PRP e da <i>Democracia do Sul</i> desde 2 de Agosto de 1917 e 1932. Durante este período este periódico eborense defendeu as cores do PRP, do PRRN e do PRN.</p> <p>Durante o Sidonismo foi transferido para Bragança e posteriormente preso e deportado para a Madeira no final de Dezembro de 1917, quando era dirigente do PRP (<i>Democracia do Sul</i>, 30-12-1917, p.1 e 2). Com o início da Ditadura Militar também começou a sofrer penalizações: Foi demitido do cargo de Reitor do Liceu André de Gouveia de Évora do Julho de 1926 e foi preso em Évora entre 8 e 14 de Fevereiro de 1927, acusado de envolvimento na revolução de Fevereiro de 1927. Nesse período liderava o PRN local (<i>Democracia do Sul</i>, 9 de Fevereiro de 1927, p. 1). A 16 de Dezembro de 1931 os postos fronteiriços receberam ordens para o prenderem, caso tentasse sair do país. Em Abril de 1932 foi transferido para o Liceu de Santarém. Conseguiu regressar ao Liceu de Évora em Outubro de 1933 com o empenhamento de António Ginestal Machado e de Júlio Dantas.</p> <p>Foi ainda preso em meados da década de trinta quando se encontrava na propriedade (Quinta das Casas Altas, Boa Fé) do seu sogro Manuel da Silva Salgueiro.</p> <p>Alberto Jordão Marques da Costa permaneceu sempre na oposição ao Estado Novo. Foi atentamente vigiado pela polícia política, que o classificava como pertencendo à «oposição crónica». De facto, o Dr. Alberto Jordão participou em inúmeras iniciativas de oposição ao Estado Novo ao longo da sua vida, com destaque para o Movimento de Unidade Democrática em 1945, as campanhas eleitorais de Norton de Matos em 1949, de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958 e pertenceu ao directório da Acção Democrato-Social na década de sessenta.</p>	ária
------------------	-------	------	--	---	--	--	--	------

								<p>Manteve um contacto próximo com os seus antigos colegas do PRN, como Júlio Dantas e António Ginestal Machado. No entanto, o político com o qual manteve maiores laços de amizade, foi com Pedro Góis Pitta. O seu filho, Alberto Jordão da Silva Salgueiro Marques da Costa, foi encarregado de levar as alianças na cerimónia de casamento entre a filha de Pedro Pitta, Maria Amélia Pitta e Cunha com Paulo Arsénio Veríssimo Cunha, futuro ministro de Salazar. Em Évora manteve como amigos políticos António Cartaxo Júnior, António Manuel Pascoal e António Amado. Afastou-se de outros antigos amigos, como João Camarate Campos, que aderiu ao Salazarismo e de Domingos Rosado. Ainda assistiu com alegria ao 25 de Abril de 1974, tendo a sua preferência partidária oscilado entre o PS e o PSD. Foi muito atacado pelo PCP, tendo inclusive as suas propriedades sido colocadas como alvos das ocupações.</p> <p>Estudou primeiro num seminário (não identificado) e posteriormente no Liceu André de Gouveia em Évora. Coursou primeiramente o Curso Superior de Letras e posteriormente a Faculdade de Direito da Universidade da Lisboa. Em 1925 encontrava-se licenciado, sem vencimento, do cargo de bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora. Foi professor no Liceu Passos Manuel de Lisboa e no Liceu de Santarém. No entanto, foi no Liceu André de Gouveia de Évora onde fez carreira, tendo sido Reitor durante a fase final da I República. Exerceu ainda advocacia em Évora até ao final da década de sessenta. Era alferes miliciano na reserva de artilharia. Faleceu em Évora em 01-03-1980.</p>	
Alberto Lelo Portela	Oficial de cavalaria	10-06-1893	32	Curso de cavalaria da Escola do Exército	1923-02	1926-02	PRE; PRL; PRN; ULR	<p>Distinguiu-se no ramo da cavalaria e da aviação, combatendo durante a I Grande Guerra como piloto na esquadilha Spad I24 do grupo de combate n.º 21 do exército francês. Piloto aviador desde 1-8-1916, curso tirado em Inglaterra, sendo o mais novo aviador português e o primeiro a ter um «brevet». Posteriormente, fez o curso da Escola de Aviação de Paris, (1922) e foi adido militar da legação portuguesa em Paris durante 8 anos (1928-1935). Durante a sua estadia em França formou-se na Escola Superior de Guerra de Paris. Também se dedicou ao jornalismo, onde ganhou alguma celebridade, sendo proprietário do jornal <i>O Sol</i> (anos quarenta). Participou nas negociações entre os aviadores revoltosos da Amadora e o Governo de Álvaro de Castro em Junho de 1924, tendo sido preso conjuntamente com os outros aviadores no Forte de S. Julião da Barra.</p> <p>Acompanhou primeiramente o Partido Republicano Evolucionista e posteriormente o Partido Republicano Liberal. Foi governador civil de Lisboa (28-07-1920 a 20-10-1921) e deputado na legislatura de 1922 pelo círculo de Vila Real, nas listas do Partido Republicano Liberal.</p>	Oposição revolucionária

								Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista e em 1926 na União Liberal Republicana. Não aderiu ao Salazarismo tendo contactos com elementos da oposição (Cunha Leal, Coronel Ribeiro de Carvalho, entre outros). Foi em 27 de Abril de 1938 preso na Casa de reclusão de Governo Militar de Lisboa. O Conselho Superior de Promoções recebeu denúncia de um legionário contra Alberto Lelo Portela por este criticar o regime de Salazar num restaurante de Sesimbra, pelo qual se ordenou uma investigação que concluiu não ter sido este oficial a declarar essas afirmações - 31-8-1937, pelo que pode ascender a tenente-coronel. Comendador da ordem Militar de Avis (1931).	
Albino Soares dos Reis Júnior	Conservador do registo civil	30-09-1888	37	Direito – U. de Coimbra (1913)	1923-02	1926-03	PRP; PRL; PRN; ULR; UN	Presidente do Senado Municipal de Oliveira de Azeméis (1914-1918) e presidente da Comissão Executiva (1919, 1923-1926). Foi ainda administrador deste concelho. Foi eleito deputado em 1921 (PRL) e em 1925 (PRN). Durante o Estado Novo ocupou importantes cargos políticos: deputado em todas as legislaturas (1935-74), Vice-presidente da Comissão Central da União Nacional desde 1932, Presidente da Assembleia Nacional (1945), Governador civil de Coimbra (11-1931 a 7-1932), Ministro do Interior no primeiro governo presidido por Oliveira Salazar (1932-1933); Vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1933); Presidente da Comissão Consultiva da União Nacional (1933-1945); Membro do Conselho de Estado (1936); Vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1945-1968); Presidente do V (e último) Congresso da União Nacional (1970); Presidente da Comissão Consultiva da Acção Nacional Popular (1970). Em termos profissionais ascendeu a Presidente do Supremo Tribunal Administrativo desde 1936.	Apoio
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	Oficial da Marinha	28-11-1872	53	Bacharelato em Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto	1923-02	1926-03	PRE; Partido Centrista Republicano; Partido Nacional Republicano; PRL; PRN; ULR	Iniciou-se na actividade política republicana durante a monarquia, vindo a ingressar no Partido Republicano Evolucionista, onde integrou a Comissão Dirigente (1912), a liderança parlamentar e a Junta Central (a partir de 1913). Abandonou este partido em 1916, filiando-se no Partido Centrista Republicano, de que fundador, sendo presidente da Comissão Central Organizadora. Aderiu ao Sidonismo e fez parte do Directório do Partido Nacional Republicano em 1918. Posteriormente aderiu ao Partido Republicano Liberal, sendo membro efectivo do Directório do PRL em 1922 (3.º Congresso do PRL, Correio da Extremadura, 11-3-1922, p. 1; República, 11-11-1922, p. 1). Em 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e foi membro do Directório em 1923, 1924 e 1925. Por fim, juntou-se às fileiras da União Liberal Republicana em Março de 1926. Neste último partido fez parte da Comissão Executiva em 1926, foi vogal da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Portalegre (Diário do Minho, 11-3-1926, p. 1.) Teve actividade conspirativa em prol da República na vigência do regime	?

								<p>monárquico, tomou parte no 5 de Outubro de 1910 como membro do Comité Revolucionário da Marinha. Foi deputado nos anos de 1911-15 (Elvas), 1915-1917 (Portalegre) e 1918-19 (Portalegre). Regressou à Câmara dos Deputados em 1921 (Portalegre). Em 1922 voltou a ser candidato, desta vez por Évora, não tendo sido eleito (Partido Republicano Liberal). Voltou à Câmara dos Deputados em 1925 pelo círculo de Silves (PRN), tendo beneficiado da desistência de José Mendes Cabeçadas Júnior.</p> <p>Foi comissário do governo junto da Companhia de Moçambique, antes de ascender, no governo de Sidónio Pais, a secretário de estado das Colónias, pasta por que foi responsável entre 15 de Maio e 8 de Outubro de 1918 e, de novo, desde esta última data até 23 de Dezembro. Tornou ao executivo, agora na pasta da Agricultura, entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923 no governo do Partido Republicano Nacionalista. Recebeu o grau de cavaleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz.</p>	
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso	Oficial de artilharia	06-06-1864	61	Artilharia, Escola do Exército	1923-02	1923-12	PRP; PRRN; PRN; AR; Ind.	<p>Filiado no Partido Republicano Português, foi membro da respectiva Junta Consultiva (1913) e chefe indigitado do partido (em 1919). Após a queda do seu executivo formou com Álvaro de Castro, e outros democráticos, o Partido Republicano de Reconstituição Nacional em Março de 1920. Até Fevereiro de 1923 fez parte do Directório deste partido. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista, tendo feito parte do Directório. Em Dezembro de 1923 aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana, de que foi presidente. Manteve-se nesta organização política até Agosto de 1925, passando posteriormente à condição de independente.</p> <p>Membro da Maçonaria desde 1893, foi iniciado na loja Portugal com o nome simbólico de Alaíde. Em 1914 desempenhou o lugar de Vice-Presidente do Conselho da Ordem Maçónica, tendo posteriormente ascendido ao grau 33. Fez parte do Supremo Conselho desde 1934.</p> <p>Teve um papel muito activo na implantação da República em Portugal. Foi secretário do Comité Militar criado após a revolta de 31 de Janeiro de 1890. Nesta organização recrutou muitos militares que viria a ficar conhecidos por «jovens turcos» e preparou a revolta de 28 de Janeiro de 1908. Integrou o Comité Militar para a proclamação da República e foi interveniente na revolução de 5 de Outubro de 1910, embora tenha abandonado a Rotunda antes da vitória final. Após a proclamação da República foi nomeado chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Correia Barreto (1910-1911), onde dirigiu os trabalhos de defesa da República contra as incursões monárquicas. Posteriormente foi nomeado governador civil da Madeira (20-03-1913 a 24-01-1914). Integrando o agrupamento «Jovem Turquia», fez parte da Junta Revolucionária do 14 de Maio de 1915. Tomou parte na resistência contra a revolta Sidonista</p>	Oposição revolucionária

								de 5 de Dezembro de 1917, tendo sido preso duas vezes durante a «Nova República». Em 1919 participou na ofensiva contra a «Monarquia do Norte». Em 1925 presidiu ao Comité de Defesa da República. Tendo assento parlamentar por Viana do Castelo, em 1913, 1915, 1919 e 1922, presidindo à Câmara dos Deputados entre 2-12-1916 e 12-3-1917; 23-1-1920 e 02-12-1920; 2-12-1922 e 2-12-1923. Candidatou-se por esse círculo em 1921 e em 1925, não sendo eleito. Foi presidente do conselho de ministros de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro do ano seguinte e, novamente, de 16 a 21 de Janeiro de 1920, acumulando as pastas do Interior (pelo mesmo período) e dos Negócios Estrangeiros (de 29 de Junho a 12 de Julho de 1919). Voltaria a participar no executivo, no ministério do Interior, entre 18 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924. Com o advento da Ditadura, foi outra vez preso em Junho de 1926. Em Janeiro de 1927 foi deportado para Cabo Verde e daí para Açores (Graciosa e Faial). Em Dezembro de 1929 regressou a Lisboa, mas em Julho de 1930 foi novamente deportado para os Açores, tendo residência obrigatória na Horta. Em Dezembro de 1932 regressou a Lisboa, mas voltou a ser preso em 1934, sendo enviado para o presídio de Santarém. Continuou a militar na oposição à Ditadura, tendo presidido à Aliança Republicana até Junho de 1936.	
Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal	Magistrado	01-03-1875	50	Direito na Universidade de Coimbra	1923-02	1926-04	PRE; PRL; PRN; ULR	Exerceu os cargos de subdelegado do Ministério Público em Reguengos de Monsaraz e delegado na ilha do Pico, em Alcácer do Sal, em Moura e em Marco de Canaveses. A partir de 1915 desempenhou funções de juiz de direito em Serpa, Setúbal e no Juízo de investigação criminal de Lisboa. No final da carreira foi desembargador no Porto e na Relação de Lisboa. Após o estabelecimento da República fez parte da Comissão Central da Execução da Lei da Separação da Igreja do Estado e do Conselho Disciplinar dos Oficiais de Justiça. A nível partidário passou pelo Partido Republicano Evolucionista, Partido Republicano Liberal, Partido Republicano Nacionalista e União Liberal Republicana. Foi eleito senador na legislatura de 1919 pelo Partido Republicano Evolucionista no distrito de Portalegre. Em 1921, 1922 e 1925 foi senador por Évora nas listas do Partido Republicano Liberal e do PRN. Foi chefe de gabinete de António Granjo (1920-21).	?
Álvaro da Cunha Ferreira Leite	Médico	25-10-1880	45	Medicina - Porto (1907)	?	1935-02 ?	PRN;	Foi governador de Bragança (20-11-1923 a 17-12-1923). Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Moncorvo pelo PRN.	?
Álvaro Xavier de	Oficial infantaria	09-11-	50	Infantaria, Escola do	1923-02	1923-12	PRP; PRRN; PRN; AR;	Exerceu advocacia e a carreira militar (praça, 1896; alferes, 1902; tenente, 1906; capitão, 1913; major, 1918; tenente-coronel, 1928). Foi	Oposição Revolucion

Castro		1878		Exército		Ind.	<p>professor do Instituto dos Pupilos do Exército, da Escola Militar e da Escola Colonial e vogal do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (1914).</p> <p>Teve uma vasta participação na imprensa e teve ainda uma colaboração (nos domínios de crítica e arte) repartida pela <i>Revista Nova</i> e pela <i>Arte e Vida</i>.</p> <p>A sua acção política iniciou-se em Coimbra, tomando parte nas conspirações de 1908 e 1910. Iniciou-se na Maçonaria na Loja "Portugal". Membro do Partido Republicano Português, cuja bancada parlamentar chefiou em 1920. Após desentendimentos relacionados com a dificuldade para formar governo em 1920 saiu do PRP e fundou e liderou nesse ano o Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Em Fevereiro de 1923 o seu partido fundiu-se com o Partido Republicano Liberal, dando lugar ao Partido Republicano Nacionalista, onde ocupou lugar no Directório e na chefia da sua bancada, na Câmara dos Deputados. Em Dezembro de 1923 abandonou o PRN e fundou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1923-1925). A partir de 1925 tornou-se independente, embora com alguma proximidade ao PRP.</p> <p>Após o triunfo republicano, foi eleito deputado por Santa Comba na constituinte, em 1911. Nos anos subsequentes fez parte do grupo denominado «Jovens Turcos». Foi diversas vezes ministro: a 9 de Janeiro de 1913 tornou-se ministro da Justiça, cargo que ocupou até 9 de Fevereiro de 1914. A 12 de Dezembro deste ano foi investido como ministro das Finanças, mantendo-se em funções até 25 de Janeiro de 1915.</p> <p>Saído do governo, veio a liderar a revolução de 14 de Maio de 1915 que conseguiu derrubar o governo de Pimenta de Castro.</p> <p>Nomeado, como todos os outros dirigentes revolucionários, para postos chaves que permitissem levar Portugal à participação activa na Grande Guerra, foi desde 20 de Setembro de 1915 a 17 de Dezembro de 1917 (decreto de exoneração de 11-1-1918), Governador-geral de Moçambique.</p> <p>Regressando à Metrópole iniciou acções contra a Ditadura de Sidónio Pais que lhe valeram o saneamento militar, tendo encabeçado a revolta de Santarém de 1919. Foi eleito deputado por Lisboa em 1919. Participou ainda, neste período, na Conferência da Paz.</p> <p>Voltou a integrar o elenco governativo em 1920, sobraçando a pasta das Colónias (de 3 a 15 de Janeiro e de 16 a 21 desse mês), e, no fim do ano, acumulando a presidência do executivo com o ministério do Interior (entre 20 e 30 de Novembro). Foi ainda ministro da Guerra desde 30 de Novembro de 1920 até 2 de Março de 1921, e, novamente, entre esta data e 23 de Maio do mesmo ano. Retomou em 1921 o assento parlamentar,</p>	ária
--------	--	------	--	----------	--	------	---	------

							<p>desta feita por Bragança. Em 1922 e 1925 foi deputado por Moçambique. Projectos de Lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922: 3-H; 6-G; 53-E; 14-B; 46-J; 60; 72-D; 154-D; 103-P; 178-C; 223-B; 223-D; 226. 1922-1923: 408-D e 44-E. 1924-1925: 842.</p> <p>A 18 de Dezembro de 1923 tornou à presidência do governo (até 6 de Julho de 1924), repartindo-se pelos ministérios das Finanças (também até 6 de Julho de 1924) e da Guerra (entre 26 de Fevereiro e 8 de Março 1924). Teve uma vasta acção no poder executivo, nomeadamente no das Finanças, onde conseguiu estabilizar o escudo (1924). A sua saúde agravou-se bastante após a instauração da Ditadura, tendo recusado o cargo de alto comissário de Moçambique em Setembro de 1926. Foi preso duas vezes em 1926, uma em Junho e outra em Outubro. Nesta última vez esteve preso no forte da Graça, em Elvas de onde fugiu em 19-20 de Novembro de 1926. No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Fugiu para Paris nesse ano sendo demitido da Escola Colonial, tendo fixando residência nessa cidade até 1928. Foi entretanto abatido ao serviço, a 8 de Janeiro de 1927. Tendo adoecido gravemente, pediu permissão para regressar ao país, tendo já chegado a Coimbra moribundo, vindo a morrer poucos dias depois.</p>	
Amaro Garcia Loureiro	Oficial do Exército	08-05-1892	33	Escola Militar	1923-02	1935-02 ?	<p>PRL; PRN; AR; Ind.; PRN; PRP</p> <p>Seguiu a carreira militar, sendo oficial do Exército (em 1924 era tenente). Em termos partidários, ingressou no PRL (1919) e transitou para o PRN (1923). Em 1924 esteve envolvido no processo sinuoso ao nível partidário, uma vez que abandonou o PRN para ingressar no Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Acabaria por abandonar este agrupamento para se tornar independente com aproximações ao PRP. No entanto, voltaria ainda em 1924 a ingressar no PRN. Foi membro do Centro Ribeiro de Carvalho em Lisboa – Centro do PRL, (República, 24-5-1922, p. 1). Esteve detido com Cunha Leal após ter sido acusado de envolvimento no golpe militar do 18 de Abril de 1925. Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Elvas pelo PRL. Em 1925 foi candidato a deputado pelo PRN no círculo de Elvas, não sendo eleito. Após a instauração da Ditadura este envolvido nalgumas conspirações que o levaram à prisão em 1935-1936.</p>	Oposição revolucionária
Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia	Advogado	21-05-1886	39	Direito na Universidade de Coimbra	1923-02	1923-12	<p>PRE; PRL; PRN; Acção Republicana; Independente</p> <p>Estudou Direito na Universidade de Coimbra, terminando o bacharelato em 1911. Fez carreira profissional na advocacia, embora fosse um grande proprietário no seu concelho. Foi director-geral do Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de São Paio de Oleiros, fundada pela sua família.</p> <p>No âmbito político, passou pelo Partido Republicano Evolucionista (1919), Partido Republicano Liberal (1919-1922), Partido Republicano Nacionalista (1923) e Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1923-</p>	?

								25). Foi eleito secretário do Grupo Parlamentar do PRN em Março de 1923. Em Dezembro de 1923 abandonou o Partido Republicano Nacionalista com mais alguns amigos de Álvaro de Castro. Fez parte do Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1924-1925). Foi governador civil de Aveiro entre 7 de Março de 1919 e 10 de Junho de 1919. Iniciou a actividade parlamentar em 1919 como deputado evolucionista por Faro. Retomou o assento na Câmara dos Deputados, em representação de Oliveira de Azeméis, em 1921 e 1922, primeiro na bancada do PRL, passando posteriormente para bancada do PRN e por último representou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Em 1925 voltou a ser eleito por Oliveira de Azeméis, desta vez como independente. Foi entre 2-12-1923 e 2-12-1924, 2.º secretário da Câmara dos Deputados. Foi chefe de gabinete do Ministro do Interior (Alfredo Ernesto de Sá Cardoso - 18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924) e Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Foi ministro do trabalho entre 15 de Fevereiro e 1 de Julho de 1925. Desta passagem pelo poder executivo destaca-se a publicação de uma lei reguladora do horário de trabalho.	
António Alves Cálem Júnior	Comerciante	07-11-1860	65	?	1923-02	1935-02 ?	PRP; PRL; PRN	Foi um importante comerciante na área dos vinhos do Porto. Expandiu a empresa A. A. Cálem & filho, fundada por seu pai. Tinha negócios com a firma Adriano Ramos Pinto. Secretariou a representação portuguesa na Grande Exposição Internacional de Paris em 1900. Foi Presidente da Associação Industrial Portuense entre 1901 e 1903. Presidiu à direcção Comercial do Porto em diversas ocasiões e foi nomeado presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto depois do 5 de Outubro, mantendo-se no cargo até 1929. Nesta instituição desenvolveu diversas actividades como o 2.º Congresso das Misericórdias em Março de 1924. Esteve ainda ligado à organização da festa da flor no Porto. Foi sócio-correspondente do Instituto de Coimbra e membro da Associação de Jornalistas e homens de letras. Acompanhou os principais republicanos portuenses, como Sampaio Bruno, João Chagas e outros, na expansão do republicanismo no norte do País. Colaborou em diversos jornais do Porto, entre os quais <i>A Voz Pública</i> , de que se tornou co-proprietário. Colaborou ainda com <i>A Actualidade</i> e <i>O Primeiro de Janeiro</i> , escrevendo sobre assuntos de carácter económico e financeiro. Foi eleito deputado em 1921 e 1925 pelo círculo do Porto, nas listas do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista. Participou nas reuniões da Junta Consultiva do PRN até 1930.	?
António Alves de Oliveira Júnior	Magistrado	11-05-1874	51	Direito na Universidade de Coimbra	1923-02	1935-02 ?	UR; PRL; PRN	Militou na União Republicana, passando posteriormente para o PRL e PRN. Foi eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922 e do PRN entre 1923 e 1935. Foi eleito senador nas legislaturas de 1915, 1919, 1921, 1922 e 1925 pelo círculo de Ponta Delgada. Foi eleito para a	?

								2.ª Secção do Senado - Direito e negócios estrangeiros e Comissão de Verificação dos Poderes, integrado no grupo do PRL, em 1922. Em 1925 foi eleito para 1.ª Comissão de Verificação de Poderes em representação do PRN.	
António Correia	Proprietário	08-11-1891	34	Bacharel em Direito	1923-02	1923-12	PRL; PRN; AR	Fez parte do Partido Republicano Liberal, do Partido Republicano Nacionalista e do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Foi director do <i>Liberal</i> , órgão de imprensa do PRL no Distrito de Portalegre entre 1919 e 1920. Foi presidente do conselho fiscal do Centro Republicano Liberal Ribeiro de Carvalho em 1923. Foi eleito deputado em 1921 pelo círculo de Leiria e em 1922 pelo de Portalegre nas listas do Partido Republicano Liberal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados de 2-12-1923 a 2-12-1924. Foi secretário do Ministro da Justiça, Lopes Cardoso durante o governo do PRN em 1923.	?
António Ginestal Machado	Professor do Liceu	03-05-1874	51	Curso Superior de Letras de Lisboa	1923-02	1935-02	PRP; UR; PRL; PRN	A partir de 1908 teve uma actividade política activa na expansão do republicanismo em Santarém. O seu republicanismo de cariz conservador levou-o a filiar-se no Partido da União Republicana em Maio de 1912, vindo a colaborar activamente n' <i>A Lucta</i> . Em Novembro de 1913 foi candidato a deputado da União Republicana nas eleições suplementares pelo círculo de Lisboa, não tendo sido eleito. Em Abril de 1914 foi eleito substituto do directório do partido da União Republicana. Em Junho de 1915 foi candidato a deputado do Partido da União Republicana pelo círculo de Santarém, não tendo sido eleito. Em Novembro de 1917 foi eleito procurador à Junta Geral do Distrito de Santarém. Em Maio de 1919 foi candidato a deputado da União Republicana pelo círculo de Ponte de Lima, não tendo sido eleito. Teve um papel de relevo nas negociações em 1919 com o Partido Republicano Evolucionista para a formação do Partido Republicano Liberal. Neste partido foi eleito membro do seu directório, em Março de 1922, durante o 3.º Congresso do PRL. Com a formação do Partido Republicano Nacionalista que agrupou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional com o Partido Republicano Liberal, foi eleito presidente do Directório, cargo que exercerá até Março de 1927. Integrou os executivos liberais de Tomé de Barros Queirós e de António Granjo, como ministro da Instrução Pública (24-05-1921 a 30-08-1921 e 30-08-1921 a 19-10-1921). No governo nacionalista ocupou a Presidência e a pasta do Interior (15-11-1923 a 18-12-1923). Foi eleito deputado pelo círculo de Santarém em Julho de 1921 e em Janeiro de 1922 pelo PRL e em Novembro de 1925 pelo PRN. Em Setembro de 1925 depôs no Tribunal Militar em defesa de dois oficiais implicados no «18 de Abril». Resignou da sua função de presidente do Directório do PRN em Março de 1927 devido à doença (tuberculose) do seu filho, sendo substituído por Júlio Dantas. Mas manteve o seu cargo no Directório até à sua dissolução em Fevereiro de	Oposição Legal

								<p>1935. Em 1927 elaborou um projecto de revisão constitucional, que viria a ser discutida e aprovada na Junta Consultiva do PRN em 4 de Novembro de 1927. Em Novembro de 1928 subscreveu um acordo político com alguns dirigentes partidários republicanos. A 26 de Julho de 1931 participou na reunião para a eleição dos órgãos dirigentes da Aliança Republicano-Socialista em Santarém. Em 1931 foi-lhe estabelecida uma nota de culpa como professor do Liceu Nacional de Santarém. A 13 de Julho de 1933 foi demitido da Misericórdia de Santarém.</p> <p>Em 1895 concluiu o curso de Administração Naval, passando a prestar serviço na 4.ª Repartição da Armada. Em 1898 foi nomeado professor efectivo do 4.º grupo (História e Geografia) no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, pelo que abandonou o seu posto na Marinha. Em 1899 foi colocado em comissão de serviço no Liceu Nacional de Santarém. Em 1904 fixou residência definitivamente em Santarém, após ter sido nomeado professor efectivo do Liceu Nacional da cidade escalabitana e foi eleito sócio honorário do Montepio Artístico de Santarém, vindo mais tarde a ser seu presidente. Em 1905 foi eleito director do Teatro Rosa Damasceno pela assembleia-geral do Clube de Santarém. Em 1907 foi admitido na Real Irmandade do Santíssimo Milagre de Santarém. A 17 de Outubro de 1910 foi eleito pelo Conselho Escolar para desempenhar as funções de reitor do Liceu Nacional de Santarém, cargo no qual se manteria até Novembro de 1923. Em 1911 foi nomeado membro da Comissão de Reforma do Ensino Secundário e comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, cargo que exercerá até ao seu falecimento em 1940. Em Julho de 1915 foi eleito sócio da Renascença Portuguesa. Em Novembro de 1919 foi eleito provedor da Misericórdia de Santarém, cargo que exercerá durante cinco mandatos consecutivos (Novembro de 1919 a Junho de 1933). Em 1921 pertenceu à Comissão que reorganizou o ensino liceal, conhecida por reforma Tomé José de Barros Queirós e António Ginestal Machado (1921-1926). Colaborou com a revista Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. Em Janeiro de 1926 foi eleito sócio ordinário da Sociedade de Geografia de Lisboa e em Junho do mesmo ano foi eleito sócio honorário da Sociedade Nacional de Belas Artes, passando a sócio benemérito em Junho de 1928. Faleceu em Santarém a 28 de Junho de 1940.</p>	
António Gomes de Sousa Varela	Proprietário	02-04-1863	62	?	1923-02	1935-02 ?	PRE; PRL; PRN	<p>Propagandista da República, tomou parte no movimento do 31 de Janeiro de 1891. Amigo pessoal de António José de Almeida. Foi vereador da Câmara Municipal de Rio Maior ainda durante a Monarquia (1905-97) e o seu primeiro presidente após a implantação da República. Desempenhou ainda em Rio Maior os cargos de administrador de</p>	?

								<p>concelho (1911-13) e Presidente do Senado da Câmara Municipal (1914-17). Foi Presidente da Junta Geral do Distrito de Santarém e director do jornal <i>O Riomaioense</i> (1912-1921), semanário republicano defensor de Rio Maior.</p> <p>Foi eleito senador em 1919, 1921 e 1922 pelo círculo de Santarém, no primeiro caso integrado nas listas do Partido Republicano Evolucionista e, depois, nas do Partido Republicano Liberal (Senador PRL, <i>República</i>, 24-2-1922). Foi eleito Vice-secretário do Senado em 2 de Dezembro de 1922. (Foi eleito para a 2.º Secção do Senado - Educação integrado no grupo do PRL, <i>Diário do Senado</i>, 2-12-1922, p. 5). Foi eleito para Comissão do Redacção (<i>Diário do Senado</i>, 5-12-1922, p. 8. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista, tendo sido candidato a senador por Santarém em 1925, sem conseguir ser eleito. Senador do PRN (<i>República</i>, 14-3-1923, p. 2).</p>	
António Lobo de Aboim Inglês	Industrial e Professor Universitário	30-06-1869	56	Engenharia de minas pela Escola Politécnica de Lisboa	1923-02	1935-02	UR; PRL; PRN	<p>Fez os seus estudos em Lisboa, vindo a frequentar a Escola Politécnica, onde se formou em engenharia de minas. Seguiu esta carreira, aceitando primeiramente o convite da empresa alemã concessionária das minas de S. Miguel de Huelva (Espanha) para ocupar o cargo de sub-Director destas minas (1897-1912). Com a implantação da República regressou a Portugal vindo a manter-se na mesma actividade económica, colaborando em diversos projectos mineiros e industriais. Simultaneamente seguiu a carreira docente no Instituto Superior Técnico até ao limite de idade (1912-1939). Foi delegado à Conferência Internacional do Trabalho em Londres em Fevereiro de 1928 (9.2.1928) e presidente da Associação Industrial Portuguesa em dois mandatos consecutivos nos anos vinte e trinta.</p> <p>Proferiu inúmeras conferências e deixou publicados numerosos trabalhos sobre engenharia.</p> <p>Foi filiado na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1935), integrando o Directório deste último partido (1926-1935) e a Junta Consultiva. Foi deputado por Silves em 1919 e por Aljustrel em 1921 e 1925. Foi ministro da Agricultura no governo liberal de António Granjo entre 3 de Setembro e 19 de Outubro de 1921. Saindo do governo candidatou-se às eleições municipais de Lisboa de 1922 pelo Partido Republicano Liberal. Defendeu, na Sessão da Câmara dos Deputados de 7 de Abril de 1926, pouco antes da instauração da Ditadura, a liberdade de exploração dos tabacos.</p>	?
António Maria Eurico Alberto Fiel	Director-Geral da Fazenda Pública	24-04-1881	44	Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra	1923-02	1923-12	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana; Independente	<p>Após o término dos estudos superiores exerceu advocacia em Lisboa e dedicou-se ao jornalismo e à política. Exerceu as funções de administrador do 4.º bairro de Lisboa desde (Fevereiro de 1912 a Setembro de 1919), secretário-geral do Ministério das Finanças e</p>	Apoio

Xavier								<p>Director-Geral da Fazenda Pública (1919-1933). Em 1924 exerceu, por algum tempo, o cargo de Administrador Geral da Casa da Moeda e administrador da Caixa Geral de Depósitos.</p> <p>Foi eleito deputado nas eleições extraordinárias de 1913, e nas eleições legislativas de 1915, 1919, 1921 e 1922 pelo círculo de Estremoz. Passou sucessivamente pelo Partido Republicano Português, Partido Republicano de Reconstituição Nacional e Partido Republicano Nacionalista. Apresentou os seguintes projecto de Lei na Câmara dos Deputados em 1922: 84; 144-B e 284-E. Em Fevereiro de 1923 pertencia à Comissão de Finanças do Parlamento, em representação do PRN. Em Maio de 1923 coloca-se contra a renúncia dos parlamentares nacionalistas ao Congresso da República. Iniciou aí um certo afastamento do PRN, que culminaria com a adesão à Acção Republicana em Dezembro de 1923. Tornou-se independente no final de 1924 devido a divergências face ao Governo Rodrigues Gaspar.</p> <p>Pertenceu à Maçonaria tendo sido iniciado na Loja Pátria, de Coimbra, em 1906, com o nome simbólico de Robespierre.</p> <p>Manteve intensa actividade política e profissional após o início da Ditadura, aproximando-se das posições do Estado Novo. Tornou-se um dos colaboradores de Oliveira Salazar, pelo que continuou a dispor de grande influência política. Fez parte da Comissão administrativa dos palácios nacionais em 1927/1928. Foi Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas entre 1933 e 1947. Entre 1940 e 1947 foi comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.</p> <p>Desempenhou também as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, administrador-geral da Casa da Moeda e das Lotarias da Misericórdia de Lisboa.</p>	
António Martins Ferreira	Médico	?	?	Licenciado em medicina	?	1935-02 ?	PRN?	<p>Médico residente na Calheta, S. Jorge, apoiado pelo jornal <i>A Defesa</i>.</p> <p>Foi eleito senador em 1925 pelo círculo de Angra do Heroísmo nas listas do PRN.</p>	?
António Vicente Ferreira	Oficial do Exército	30-04-1874	51	Engenharia Civil e Minas da Escola do Exército	1923-02	1926-03	UR; PRL; PRN: Independente	<p>Foi membro da Maçonaria desde 1911, tendo-se iniciado na loja <i>Pureza</i> com o nome simbólico de <i>Epicteto</i>. Porém, durante o Estado Novo, viria a traí-la fornecendo elementos à comissão nomeada pela Câmara Corporativa para elaborar um parecer sobre a extinção daquela organização - Lei n.º 1901 de 21 de Maio de 1935.</p> <p>Filiou-se na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923), no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926). Foi eleito membro efectivo do Directório do PRL durante o 3.º Congresso em 1922 (<i>Correio da Extremadura</i>, 11-3-1922, p. 1). Foi candidato a vogal do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal, em Março de 1926 (<i>Acção Nacionalista</i>, 6-3-1926, p. 4). Após este</p>	Apoio

							<p>congresso abandonou a actividade partidária.</p> <p>Assumiu a pasta das Finanças de 16 de Junho de 1912 e 9 de Janeiro de 1913. Durante o seu mandato publicou-se a Lei de 24 de Junho de 1912, que delegou no Ministério das Finanças – mais especificamente, na Direcção-Geral da Fazenda Pública – a guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos Paços Reais, além de ter extinguido a Superintendência dos Paços e nacionalizado os palácios de Queluz, da Ajuda, de Belém, de Sintra, de Mafra, das Necessidades e da Pena. Voltou a ser ministro das Finanças entre 30 de Agosto de 1921 e 19 de Outubro de 1921.</p> <p>Reintegrou o elenco governativo do Partido Republicano Nacionalista de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923, desta feita na pasta das Colónias.</p> <p>Foi eleito deputado pela Horta em 1913 e por Tomar em 1922 (Enviou uma carta renunciando ao lugar de deputado, aguarda resolução, Diário da Câmara dos Deputados, 20-7-1922, p. 29). Foi candidato a senador por Coimbra em 1925 pelo PRN, não sendo eleito.</p> <p>Foi convidado para Alto-Comissário em Angola pelo governo de António Maria da Silva em Abril de 1926. Com a instauração da Ditadura Militar o convite manteve-se em pé, tendo desempenhado efectivamente o cargo entre 16 de Setembro de 1926 e 2 de Novembro de 1928).</p> <p>Durante o Estado Novo foi procurador à Câmara Corporativa até à V legislatura (1935-1953). Foi 2.º Vice-presidente da Câmara Corporativa na 1.ª e na 2.ª legislatura.</p>		
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	Juiz	17-01-1881	44	Direito – U. de Coimbra (1907)	1923-02	1935-02	Monárquico; PRP; PRRN; PRN	Membro do Directório do PRRN e do PRN (1924-1926). Ministro da Justiça de 29-06-1919 a 15-01-1920; 16 a 21-01-1920; 19-07-1920 a 20-11-1920; 20-11-1920 a 30-11-1920; 30-11-1920 a 2-3-1921; 2-3-1921 a 24-5-1921; 15-11-1923 a 18-12-1923. Foi deputado por Penafiel em 1915, e por Bragança nos anos de 1919, 1921, 1922 e 1925. Foi provedor da Misericórdia da Bragança. Fez carreira na magistratura, chegando a Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça em 1934.	?
Artur Brandão	Editor	25-12-1876	48	Curso Superior de Letras	1923-02	1926-03	Monárquico (Partido Regenerador) ; PRL; PRN; ULR	Iniciou a sua actividade partidária durante a Monarquia no Partido Regenerador. Com a implantação da República deslocou-se para o Brasil só regressando com o Sidonismo. No início dos anos vinte ingressou no Partido Republicano Liberal e em 1923 transitou para o Partido Republicano Nacionalista, fazendo parte da Comissão organizadora do PRN no distrito de Braga. Em Março de 1926 acompanhou Cunha Leal na fundação da União Liberal Republicana, sendo vogal da Junta Central. Entre 1927 e 1928 fez parte da Comissão Executiva da ULR. Posteriormente aproximar-se-ia das posições políticas do Estado Novo, sendo grande amigo de José Caeiro da Matta. Durante o último governo	Apoio

de Hinze Ribeiro tornou-se redactor da Câmara dos Deputados, cargo que manteve até final da Monarquia (1906-1910). Em 1910 foi secretário de Teixeira de Sousa, último presidente de governo da Monarquia. Em 1910 foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo pelo Partido Regenerador, mas não chegou a ser proclamado. Na sequência da implantação da República partiu para o Rio de Janeiro, onde permaneceu durante sete anos. De regresso a Portugal, com o Sidonismo, foi nomeado governador civil de Braga durante os governos de António Granjo (11-10-1921 a 14-11-1921) e António Ginestal Machado (20-11-1923 a 17-12-1923) e foi vereador da Câmara Municipal de Braga. Em 1922 e 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Guimarães, primeiro nas listas do Partido Republicano Liberal e posteriormente nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1922: 178-R. Foi Membro da Câmara Corporativa (1942-1945) durante o Estado Novo.

Artur Brandão concluiu o Curso Superior de Letras em 1898. Esteve ao longo da sua vida ligado à actividade editorial, ao jornalismo e à indústria hoteleira e da construção. Em 1898 era tabelião na Figueira da Foz. Em 1899 fundou em Lisboa a *Tipografia Lusitana Editora* em conjunto com o Conselheiro Martins de Carvalho. Em 1907 tornou-se sócio de José Bastos, na *Casa Bertrand*. Foi secretário da redacção no jornal *Mala da Europa* (dirigido por Tomás Ribeiro), fundou, em 1896, *A Crítica* e dirigiu várias publicações como o *Portugal Illustrado* (1896), *A Folha* (1906), *A Tribuna* (1906) e *Ilustração*. Colaborou como correspondente, em Lisboa, com o *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*. Publicou o livro "Letras e Letrados" em 1895. Na sequência da implantação da República partiu para o Brasil onde permaneceu durante sete anos, tendo dirigido o *Jornal do Brasil* e fundado juntamente com Carlos Malheiro Dias a *Companhia Editora Americana* que lançou a *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*. De regresso a Portugal em 1918 fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Em 1931, com os sócios desta sociedade (Júlio Dantas; Samuel Maia Loureiro; Salvador Costa; José Caeiro da Matta; Augusto Monjardinho) assumiu a gerência da Livraria Bertrand. Em 1939 assumiu o cargo de administrador delegado da Companhia de Seguros Sagres, da Livraria Bertrand, da Sociedade Artur Brandão & C.^a e da Companhia de Moçambique que possuía o Grande Hotel da Beira. Foi director da Revista da Semana e Cônsul da Grécia. Em 1940 criou a *Sociedade Nova Oeiras Limitada* com o objectivo de urbanizar a "Nova Oeiras" na Quinta de Cima, a qual fazia parte da Quinta do Marquez de Pombal em Oeiras, de que foi proprietário. Esta sociedade tinha como sócios José Espírito Santo, José Maria Pedroso, José Caeiro da Matta e José Marques Sousa. Contribuiu

								para que fosse construído em Oeiras o Liceu da linha de Cascais. Viveu durante alguns anos no Palácio do Marques de Pombal, em Oeiras, que posteriormente doou para ai se estabelecer a Câmara Municipal de Oeiras. Viveu posteriormente na Rua Castilho. Possuía as seguintes condecorações: Comendador da Ordem Militar de Cristo e Grande Oficial da Legião de Honra de França. Era Sócio nº 1 da Sociedade de Geografia quando faleceu. Faleceu em Braga, no seu Solar da Quinta da Naia em 28 de Novembro de 1960.	
Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia	Médico e Prof. Universitário	24-9-1867	58	Licenciado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	1923-02	1926-02	PRP; UR; PRL; PRN	<p>Propagandista da República desde muito jovem, colaborador dos jornais <i>A Pátria</i>, ao lado de Higinio de Sousa e Crispiniano da Fonseca Luís Simões e n' <i>O País</i> e n' <i>O Mundo</i>.</p> <p>Filiado originalmente no Partido Republicano Português, a cuja Comissão Municipal de Lisboa presidiu em 1910, passou pelo «Bloco» em 1911 e, depois, pela União Republicana, 1911-1919 (amigo íntimo de Brito Camacho), sendo sub-chefe, antes de assumir um posicionamento próximo ao Sidonismo. Veio ainda a militar no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926), liderando esta última formação no Senado (Fevereiro 1923 a Abril 1926) e representando-a no Conselho Parlamentar em 1925-1926.</p> <p>Abandonou actividade partidária em 7 de Abril de 1926 para tentar uma aproximação entre o PRN e a ULR. No início da Ditadura Militar ainda continuou a tentar uma aproximação entre a ULR e o PRN e um diálogo com a Ditadura, sem sucesso¹.</p> <p>Foi senador por Castelo Branco, nos anos de 1915-17, e pelo Porto, nos anos de 1922-25² e 1925-26. Na legislatura de 1922-1925 foi eleito para a 2.º Secção do Senado - Direito e negócios estrangeiros integrado no grupo do PRL³, para a 3.ª Comissão de Finanças⁴ e para a Comissão do Orçamento⁵. Fez parte da Comissão parlamentar internacional de Comércio nas legislaturas anteriores a 1925.</p> <p>Cooperou com Governo Provisório após a implantação da República, tendo sido chamado, por portaria de 24 de Novembro de 1910, a integrar a comissão encarregada de fazer um inquérito aos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros.</p> <p>Deve-se-lhe em grande parte a legislação sobre a criação das Faculdades</p>	Apoio

¹ *Diário do Senado*, 7-4-1926; *Diário de Lisboa*, 12-3-1927, p. 4

² Senador PRL, *República*, 24-2-1922, p. 1.

³ *Diário do Senado*, 2-12-1922, p. 5.

⁴ *Diário do Senado*, 5-12-1922, p. 7.

⁵ *Diário do Senado*, 5-12-1922, p. 8.

⁶ *República Portuguesa*, 18-10-1927, p. 1

⁷ *Diário de Lisboa*, 8-9-1928, p. 8

							<p>de Medicina (Lisboa e Porto) bem como cedência do Hospital de Santa Marta para Hospital Escolar.</p> <p>Por decreto de 23 de Março de 1911, foi nomeado Ministro Plenipotenciário em Madrid, tomando posse a 11 de Abril. Porém, a 12 de Outubro foi exonerado do cargo para integrar o governo.</p> <p>Em 12 de Outubro de 1911, foi empossado como ministro dos Negócios Estrangeiros no governo o presidido por João Pinheiro Chagas, cargo que exerceu até 12 de Novembro seguinte. Assumiu nesta data, em acumulação com a pasta anterior, a Presidência do governo, desempenhando funções até 16 de Junho de 1912. Continuou, no entanto, integrado no novo governo liderado por Duarte Leite, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, até 9 de Janeiro de 1913.</p> <p>Entretanto, foi nomeado novamente, pelo decreto de 8 de Agosto de 1914, para o posto de ministro de Portugal na capital espanhola e onde se manteve até 1918. Nesse cargo teve de gerir a questão da Primeira Guerra Mundial, com a Espanha a posicionar-se na neutralidade e Portugal a querer envolver-se no conflito não só nas colónias como na frente europeia. Foi ministro de Portugal em Londres durante o Sidonismo, entre 1918 e 1919. Substituiu Teixeira Gomes neste cargo, pelo que as suas relações se deterioraram.</p> <p>Com o fim da Guerra representou Portugal nas Conferências de Paz como secretário-geral em 1919. Posteriormente integrou a delegação nacional junto da Sociedade das Nações, nos anos de 1923 a 1937⁶, na qual presidiu a várias comissões (como a do ópio, do trânsito e das finanças⁷) e projectos políticos. Foi, por exemplo, graças à sua mediação que se resolveram alguns conflitos regionais, como o do Chaco (região pantanosa) entre Bolívia e Paraguai (1932-1935) ou a questão entre a Jugoslávia e a Hungria (1935), entre outras. Era também o director da secção da SDN no ministério dos Negócios Estrangeiros português. Ocupou a presidência da Assembleia da Sociedade das Nações entre Maio de 1935 e Maio de 1936. Em 1936 foi nomeado delegado permanente e presidente da "Comissão dos Dezoito", grupo de pressão constituído por alguns dos mais decisivos países da Sociedade das Nações. Em 9 de Outubro de 1937 abandonou a SDN por ter atingido o limite de idade.</p>	
Augusto Joaquim Alves dos Santos	Professor Universitário	14-10-1866	59	Doutor em Teologia e Letras	1923-02	1924-01	<p>Monárquico; PRE; Governamental; PRL; PRN</p> <p>Dedicou-se à docência nas Faculdades de Teologia (1901-1911) e de Letras (cadeira de Filosofia, a partir de 1911). Foi inspector do ensino, entre 1901 e 1906 e em 1908. Alves dos Santos distinguiu-se pelos seus dotes oratórios nas cerimónias religiosas, universitárias e nos elogios fúnebres, como os das exéquias comemorativas da morte do Papa Leão XII (1903), ou as do antigo Presidente do Conselho Hintze Ribeiro (1907). Foi também ele quem fez o elogio de D. Carlos e de D. Luís</p>	-

								<p>Filipe, na comemoração do regicídio mandada celebrar pela Universidade de Coimbra em 1909. Após a instauração da República foi ele que proferiu, em Coimbra, o discurso de boas-vindas ao Presidente da República em 1911. Continuou os estudos de Psicologia experimental e Pedagogia, com Édouard Claparède, em França, na Suíça e na Bélgica, no biénio de 1912-1913. Quando regressou a Portugal, organizou e dirigiu o laboratório de Psicologia da Faculdade de Letras (1913) e foi director da biblioteca da Universidade de Coimbra. Após a extinção da Faculdade de Teologia, transitou para a novel Faculdade de Letras, na qual, já em 1916, viria a receber o grau de Doutor. Em 1912 viajou em missão pedagógica até França e Suíça, tendo chegado a encontrar-se com Édouard Claparède. Fundou, depois, e chegou a dirigir, o Laboratório de Psicologia Experimental anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi, ainda, Director da Biblioteca Geral da mesma Universidade. Esteve ligado à criação das Escolas Normais Superiores de Lisboa e de Coimbra, tendo trabalhado nesta última desde a data da sua fundação (1915) até à morte. Pertenceu, ainda, à Academia das Ciências de Lisboa. Deixou uma vasta obra nas áreas na Filosofia, Psicologia e Pedagogia.</p> <p>Aderiu à República, militando no Partido Republicano Evolucionista, nos «Governamentais», no Partido Republicano Liberal (pertenceu à Comissão Distrital do PRL de Coimbra) e no Partido Republicano Nacionalista. Presidiu ao município de Coimbra e foi deputado por esta cidade nos anos de 1911, 1919, 1921 e 1922, tendo alcançado a vice-presidência da respectiva Câmara de 16-12-1921 a 6-02-1922. Foi chefe de gabinete de Teófilo Braga, em 1911. Desempenhou as funções de ministro do Trabalho entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922. Foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi eleito deputado em Janeiro de 1922 pelo grupo «governamental», liderado por Cunha Leal, mas ainda nesse ano ingressou no PRL e em 1923 no PRN. Projectos de lei que apresentou em 1922: 87-A; 178-J. 1922-23: 431. Faleceu em 17 de Janeiro de 1924</p>	
Belchior de Figueiredo	Director de Finanças	1866	59	?	1923-02	1930-11	PRP; UR; PNR; PRL; PRN	<p>Aderiu na juventude ao Partido Republicano Português. No dia 19 de Janeiro 1890 discursou na Guarda nos «comícios patrióticos» de repúdio ao Ultimato britânico. Em Outubro de 1910 encontrava-se colocado em Viana do Castelo, pelo que após a implantação da República foi nomeado Governador Civil desta cidade (05-10-1910 a 05-11-1910). Uma das suas primeiras tarefas foi telegrafar para todas as sedes de concelho impondo a proclamação da República, ao mesmo tempo que nomeava as Comissões Republicanas Municipais do Partido Republicano Português para assumirem o poder autárquico.</p> <p>Em 1911 colaborou com José Relvas, nessa altura Ministro das Finanças,</p>	Oposição Legal

								<p>na reforma financeira do País. Aderiu ao partido da União Republicana em 1911, tendo pertencido ao seu Directório. Apoiou o Sidonismo, sendo delegado do caudilho na Junta Revolucionária do Porto em 1917.</p> <p>Foi deputado em 1918-1919 pelo Partido Nacional Republicano e em 1921-1922, pelo Partido Republicano Liberal, eleito pelo círculo de Viana do Castelo. Enquanto deputado fez parte da Comissão de <i>Orçamento e Finanças</i> e apresentou e discutiu um conjunto significativo de projectos de lei sobre matéria tributária.</p> <p>Aderiu ao Partido Republicano Liberal no início dos anos vinte, sendo eleito membro substituto do Directório. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN tendo feito parte do seu Directório como substituto entre 1923-1926 e como efectivo entre 1926-1930. Em Novembro de 1930 desligou-se do PRN, mas manteve-se na oposição à Ditadura. Foi Governador Civil do Porto durante o governo de António Ginestal Machado (20-11-1923 a 17-12-1923).</p> <p>Pertenceu à Maçonaria desde 1907, iniciado na loja Cavalheiros da Paz e Concórdia, com o nome simbólico de Belchio.</p>	
Bernardo Ferreira de Matos	Conservador do registo predial e comercial	12-06-1881	44	Direito, Universidade de Coimbra	1923-02	1926-03	PRL; PRN, ULR	<p>Nasceu a 12 de Junho de 1881 na Sobreira Formosa (Proença-a-Nova). Era filho de Bernardo Ferreira de Matos e Angélica Caetana de Andrade Matos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Fez carreira como conservador do registo predial e comercial na Sertã e em Lisboa. Quando se radicou na capital também se dedicou à advocacia. Era proprietário na sua terra natal, onde mantinha contactos familiares e amigos que lhe permitiram ser eleito como deputado. Era amigo pessoal de Egas Moniz e de Cunha Leal. Fez parte da Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1921 e 1922, eleito pelo círculo de Castelo Branco, nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou em 1922: 236-E. Ingressou em Fevereiro de 1923 no Partido Republicano Nacionalista e em Março de 1926 na União Liberal Republicana. Com a instauração da Ditadura abandonou a política activa, mas manteve amizade com vários elementos da oposição.</p>	?
Carlos Eugénio de Vasconcelos	Proprietário	07-09-1883	42	?	1923-02	1923-12	PRRN; PRN; AR; PRP; PRED;	<p>Foi eleito deputado por Cabo Verde em 1921 e 1922 pelo Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Ingressou no PRP em Março de 1925, mas acabou por ser expulso deste partido com outros deputados, em Julho de 1925. Voltou a ser eleito deputado por Cabo Verde em Novembro desse ano nas listas da Esquerda Democrática. Projectos de lei que apresentou em 1922: 279-C; 1922-23: 381-A; 424-A; 485-A; 1923-24: 642-G e 784-A.</p> <p>Foi ministro das Colónias no governo de José Domingues dos Santos (22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925).</p>	?

								Em 1926, com Alfredo Nordeste e Pina de Moraes, integrou o Conselho Político do diário <i>A Capital</i> . Foi eleito para o Directório do PRED no congresso deste partido em Abril de 1926, onde apresentou a tese “O Problema Colonial”.	
César Justino de Lima Alves	Professor Universitário	17-03-1866	59	Engenharia agrónomica	1923-01	1923-12	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana;	Iniciou a sua actividade partidária no Partido Republicano Português, tendo transitado em 1920 para as fileiras do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, onde foi substituído do Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 seguiu Álvaro de Castro na formação do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Fez parte do Directório do novo PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) após a cisão em Dezembro de 1923. Foi eleito senador por Coimbra em 1919 e 1922 e foi ministro da Agricultura entre 29 de Junho de 1919 e 3 de Janeiro de 1920. Desempenhou os cargos de Presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1908 na loja A Sementeira, de Lisboa, com o nome simbólico de Lavoisier.	?
Constâncio de Oliveira	Chefe da Repartição de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa	27-04-1863	62	Formação em contabilidade	1923-02	1925-10	PRP; PRE; PRL; PRN; ULR	Participou na propaganda republicana desde a sua juventude ao lado de Elias Garcia, Latino Coelho, Sabino de Sousa e Gomes da Silva. Iniciou a sua actividade partidária no PRP, seguindo posteriormente António José de Almeida no Partido Republicano Evolucionista (1912) e no Partido Republicano Liberal. Neste último partido foi membro substituído do Directório do PRL em 1922. Ingressou no PRN em Fevereiro de 1923. Foi membro da Comissão Distrital do PRN em 1924. Abandonou o PRN em Outubro de 1925 após o Directório ter escolhido Mariano de Melo Vieira como candidato a deputado pelo Círculo de n.º 31 (Torres Vedras) em detrimento da sua candidatura. Em Março de 1926 aderiu à ULR, tendo feito parte da Junta Administrativa. Foi nomeado organizador do cadastro partidário da ULR em Lisboa e membro da Comissão de Assuntos de Secretaria da ULR. Foi eleito deputado em 1915, 1921 e 1922 pelo círculo de Torres Vedras, e senador em 1919, por Angra do Heroísmo. Projectos de Lei que apresentou em 1922: 16-A e 46-F; 1922-23: 568-B; 1923-24; 645-B; 695-H; 717-C e 809-E; 1924-25: 948-A. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado com o nome simbólico de Juvenal e vindo a desempenhar altos cargos no Grande Oriente Lusitano Unido, nomeadamente o de Presidente do Conselho da Ordem (1921-22).	?
Custódio Lopes de Castro	Magistrado	04-10-1888	37	Direito	1923-02?	1926-03	PRN; ULR	Deputado por Vila Nova de Gaia (PRN).	?
Custódio	Farmacêutico	13-	39	Ciências	1923-02	1935-	PRP; PRRN;	Republicano activo nas Caldas da Rainha desde o final da Monarquia.	Oposição

Maldonado de Freitas	o	07-1886		médico-farmacéuticas (Lisboa)		02 ?	PRN;	Manteve-se no PRP até 1920, quando transitou PRRN. Em 1923 foi um dos fundadores do PRN. Equacionou integrar o Grupo Parlamentar de Acção Republicana em 1924, mas manter-se-ia no PRN até 1935. Em 1911 fez parte duma comissão para a aprovação da Lei da separação da Igreja do Estado. Exerceu os cargos de presidente da Junta de Freguesia, administrador de concelho, vereador e Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (1913, 1919-1922), delegado do Serviço das Subsistências do Ministério da Agricultura e secretário e presidente da comissão concelhia dos bens da Igreja. Foi presidente da primeira comissão administrativa do Hospital de Dona Leonor (1919), nas Caldas da Rainha. A 13 de Abril de 1921 tornou-se sócio da Empresa de Limas União Tomé Féteira, tornando-se gerente administrativo juntamente com Raul Tomé Féteira. Manteve-se sócio desta empresa até 1924. Foi eleito deputado em 1919 e 1922 pelo círculo de Alcobaça, primeiro nas listas do Partido Democrático e depois nas do Partido Reconstituente. Em 1921 e em 1925 concorreu a deputado pelo PRRN e pelo PRN pelo círculo de Alcobaça, não tendo sido eleito. Fundou e dirigiu os jornais <i>O Defensor</i> e <i>O Regionalista</i> (1920-25), este último ligado ao PRRN e ao PRN. Em 1915 participou na revolução 14 de Maio. Juntamente com José de Sousa e Nápoles, da União Liberal Republicana, conspirou em Coimbra a favor dos militares que prepararam o movimento do 28 de Maio de 1926. No entanto, nos anos seguintes participaria em diversos movimentos de resistência à Ditadura Militar e ao Estado Novo, pelo que seria preso diversas vezes. Ainda se envolveu a 10 de Outubro de 1946 no frustrado «golpe da Mealhada», vindo a ser preso pela última vez em 1947 no Aljube. Apoiou as candidaturas de Norton de Matos, Quintão Meireles, Cunha Leal e Humberto Delgado nas eleições para a presidência da República. Pertenceu à carbonária e à Maçonaria, tendo sido iniciado na loja Fraternidade de Óbidos com o nome simbólico de Galeno (19-12-1909). Passou para a Loja Madrugada (1915), atingindo o 7.º RF.	revolucionária
David Augusto Rodrigues	Oficial da Infantaria	30-01-1874	51	Curso de Infantaria da Escola do Exército	1923-05	1926-03	Monárquico ?; PRN; ULR	Vogal da Câmara Municipal de Lourenço Marques (1907-1908). Deputado por Bragança pelo PRN (1923-1925). Participou no movimento do <i>28 de Maio</i> , tendo comandando uma coluna que se dirigiu de Braga para o Porto. Atingiu a patente de general em 1934	Apoio
Domingos Augusto Reis Costa	Professor	13-09-1891	34	?	?	1926-03	PRN; ULR	Foi administrador do concelho e presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Funchal. Em 1925, concorreu a deputado pelo círculo madeirense, nas listas do Partido Republicano Nacionalista, sendo eleito. Em Março de 1926 aderiu à ULR.	?
Eugénio Rodrigues Aresta	Oficial de Infantaria	23-05-1891	34	Escola do Exército - Curso de Infantaria	1923-02	1935-02?	UR; PRL; PRN	Em termos partidário integrou-se na União Republicana de Brito Camacho, tendo transitado para o Partido Republicano Liberal (1919) e para o Partido Republicano Nacionalista (1923). Foi eleito deputado por Beja nas legislaturas de 1921 e 1922. Integrou no Congresso as	Oposição revolucionária

								<p>comissões de Guerra e Colónias. Projectos de Lei 1922: 6-H, 14-E, 36-F; 72-C, 103-H, J, H, L, 115-E, 208-G; 236-D. Relactor 1922: 7, 11, 13, 22, 132. Solicitou a renúncia ao mandato de deputado em 20-11-1923, tendo o presidente da Câmara dos Deputados realizado <i>demárches</i> para demovê-lo desta decisão. Esta decisão deveu-se à morte da sua única filha com 28 meses no verão de 1923. Foi colaborador d' <i>A Luta</i>, do <i>República</i> e de alguns jornais do Baixo Alentejo nos anos vinte. Em 1926 a Loja <i>Progreddior</i> do Porto concedeu-lhe o grau de mestre Maçon pelo Oriente Lusitano Unido. Na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926, passou à oposição. Participou activamente na preparação e execução da revolta de 3 de Fevereiro no Porto. O fracasso da revolta valeu-lhe a exoneração de oficial do exército e a deportação por mais de um ano em S. Tomé em conjunto com os outros líderes do 3 de Fevereiro (Sousa Dias, Fernando Freiria, entre outros). Em 1927 foi redactor do jornal clandestino «O Constitucional». Até ao início dos anos trinta esteve com residência fixa no norte de Portugal. Participou no Movimento de Unidade Democrática (MUD), na campanha do presidencial de Norton de Matos e no I Congresso Colonial Português (1934), tendo feito parte da sua Comissão Executiva.</p>	
Filomeno da Câmara Melo Cabral	Oficial da Marinha	10-02-1873	52	Curso da Escola Naval	1923-02	1926-06	UR; PRL; PRN	<p>Iniciou-se na política na União Republicana (1912-1919), onde transitou para o Partido Republicano Liberal (1919-1923) e para o Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) (Ernesto Castro Leal, p. 57, 62, 105). Após a dissidência de Cunha Leal ficou no PRN (O Rebate, 11-3-1926, p. 1). Participou no 2 e 3.º Congresso do PRN. Foi eleito para o Directório do PRN após o 4.º Congresso (<i>Democracia do Sul</i>, 9-3-1926, p. 1). Membro do Directório do PRN após o 4.º Congresso (6 a 8-III-1926). Afastou-se do PRN em carta enviada ao Directório, após ter sido nomeado Ministro das Finanças a 19 de Junho (<i>Diário de Lisboa</i>, 19-6-1926, p. 8; <i>Correio da Estremadura</i>, 26-6-1926, p. 1)</p> <p>É um republicano heterodoxo, defensor do presidencialismo e da Ditadura. Próximo de várias individualidades monárquicas e contrárias do regime republicano vigente. Foi um dos impulsionadores da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, sendo presidente da Direcção-Geral até Abril de 1926. Envolveu-se em diversas iniciativas nacionalistas como a <i>Acção Nacional</i> (1922-1924), que agrupava diversas individualidades da direita portuguesa, num projecto de regeneração da Pátria e de defesa de um governo de competências.</p> <p>Ganhou protagonismo político pelo envolvimento em diversas acções conspirativas durante a I República. Em Agosto de 1924 foi absolvido pelo Tribunal da Marinha (defendido por Cunha Leal), por ter aliciado diversos comandantes para um movimento revolucionário. Em conjunto com Raul Esteves e Sinel de Cordes, chefiou o movimento de 18 de</p>	Apoio / Oposição revolucionária

								<p>Abril de 1925 contra o governo. Preso e julgado, acabaria absolvido pelo Tribunal instalado na Sala do Risco do Arsenal da Armada em Setembro de 1925. Pelo decreto de 6 de Maio de 1925 foi separado do serviço pelo seu envolvimento no golpe do 18 de Abril de 1925. Em Novembro de 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Ponta Delgada nas Listas do Partido Republicano Nacionalista, com o apoio dos grupos Regionalistas. (Deputado PRN, <i>Diário de Lisboa</i>, 10-11-1925, p.1).</p> <p>Em finais de Março de 1926 pediu a demissão de presidente da direcção geral da Cruzada Nuno Alvares Pereira por ter passado a pertencer ao Directório do PRN e por ter iniciado os preparativos de um novo movimento revolucionário (<i>Diário de Lisboa</i>, 23-3-1926, p. 8).</p> <p>Foi um dos organizadores do golpe militar de 28 de Maio de 1926, alinhado com a facção conservadora do general Sinel de Cordes, no seguimento do qual vem a integrar o governo do general Gomes da Costa, à frente da pasta das Finanças, que exerce entre 19 de Junho e 9 de Julho de 1926. Foi afastado do governo pela acção da facção liderada por Óscar Carmona.</p> <p>Em 12 de Agosto de 1927 esteve envolvido com Fidelino de Figueiredo num golpe revolucionário da direita radical, conhecido por «golpe dos fifis». Esta revolução pretendia fortalecer o autoritarismo da Ditadura Militar, aproximando o novo regime dos ideais da direita europeia que tinham sido difundidos pela Cruzada Nun'Alvares e eventualmente seleccioná-lo como ditador carismático. Foi preso e enviado a 15 de Agosto de 1927 para São Tomé e depois para Angola. Por determinação do governo regressou à metrópole em Junho de 1928.</p>	
Francisco Cruz	Industrial	31 - 08- 1883	42	Direito na Universidade de Coimbra (1908)	1923-02	1935-02	PRP; PRE; PRL; PRN	<p>Nasceu a 31 de Agosto de 1883 na Freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha, filho de Tomás da Cruz e Rosa Maria da Cruz. O seu pai era proprietário da firma de serração Thomaz da Cruz & Filhos, que tinha a sua sede na Praia do Ribatejo, com fábrica de serração a vapor. Abriu sucursais em Caxarias (Ourém), Carriço (Pombal) e Pampilhosa (Mealhada).</p> <p>Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1908. Foi um dos intransigentes da greve académica de 1907. Foi advogado e industrial, administrando a firma do seu pai. Benemérito local, ofereceu, juntamente com o seu irmão Joaquim da Cruz (primeiro Presidente da Câmara Municipal de Mealhada após a implantação da República) o terreno para a construção da escola primária do Entroncamento.</p> <p>Em 1925 ainda continuava solteiro e vivia na Praia do Ribatejo. Posteriormente casou Luísa de Jesus Franco da Cruz, natural da Igrejinha, Arraiolos. O casal não deixou descendência, pelo que deixou parte da sua fortuna pessoal para a constituição da Fundação Dr. Francisco Cruz, na Praia do Ribatejo. Francisco Cruz deixou em</p>	?

							<p>testamento, elaborado em Évora, no dia 1 de Julho de 1961, no qual doou à Instituição todos os seus bens possuídos nos concelhos de Tomar e Vila Nova da Barquinha, bem como todo o seu dinheiro. Esta instituição presta apoio domiciliário e detém um Lar para idosos, que foi constituído nos anos 60 do século XX.</p> <p>Faleceu em Lisboa, a 30 de Junho de 1965.</p> <p>Propagandista da República, pertenceu à Maçonaria na Loja de Coimbra e à Carbonária, assim como aos Centros Republicanos de Coimbra e Anadia. Em termos partidários iniciou-se no PRP, passou pelo PRE (1912-1919), pelo PRL (1919-1923) e pelo PRN (1923-1935). Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo de Torres Novas (1911). Nas legislaturas da 1915 e 1919 voltou à Câmara dos Deputados pelo círculo de Tomar nas listas do Partido Republicano Evolucionista. Em 1921 e 1922, pelo mesmo círculo, foi eleito pelo Partido Republicano Liberal. Em 1925, já no PRN, foi eleito pelo círculo de Elvas. Fez parte, como vogal, do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado.</p>	
Francisco Pinto da Cunha Leal	Engenheiro	22-08-1888	37	Engenheiro civil na Escola do Exército	1923-02	1926-03	<p>Partido Centrista Republicano; PNR; Partido Republicano Popular; Governamental; PRL; PRN; ULR</p> <p>Directório do PRN (1923-1925); Presidente da Junta Central da União Liberal Republicana (1926-1930); Deputado pela Covilhã (1918-1919), por Angola (1919-1921 e 1921-1922) e por Chaves (1922-1925 e 1925-1926). Ministro das Finanças entre 20-11-1920 e 30-11-1920, entre 30-11-1920 e 2-3-1921 e entre 15-11-1923 e 18-12-1923. Presidência do governo e ministro do Interior (entre 16-12-1921 e 6-2-1922). Dirigiu o <i>Avante</i> (1910), <i>O Popular</i> (1920), <i>O Século</i> (1922-1923), <i>A Noite</i> (1926) e <i>Vida Contemporânea</i> (1934-1935 e 1936). Engenheiro-Director da Direcção das Obras Públicas de Angola (1914-1916). Director Geral dos Transportes Terrestres (1918). Director Geral da Estatística (1919-1922). Reitor da Universidade de Coimbra (1924-1925), Vice-governador do Banco Nacional Ultramarino (1925-1926). Engenheiro consultor da C.P. Delegado de Portugal à Conferência Económica Internacional de Genebra (1927), integrou o Comité Consultivo Económico da Sociedade das Nações (1928), e desempenhou as funções de governador do Banco de Angola (1926 e 1927-1930).</p>	Apoio / Oposição revolucionária
Francisco Xavier Anacleto da Silva	Magistrado	19-08-1885	40	Direito, Universidade de Coimbra	1923-02	1923-05	<p>Independente; PRL; PRN; Independente;</p> <p>Nasceu a 19 de Agosto de 1885 em Macau. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Foi delegado do Procurador da República em Macau. Ocupou diversas funções na sua terra natal: administrador do concelho; membro do Conselho Legislativo do território; membro e presidente, em algumas ocasiões, do Leal Senado de Macau. Iniciou a sua actividade política como independente. Aderiu ao Partido Republicano Liberal em Novembro de 1922 e ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923. Em 28 de Maio de 1923 abandonou o PRN, voltando à condição de independente.</p>	?

								Fez parte do Senado da República nas legislaturas de 1922 e 1925, representando o território de Macau.	
Henrique Ferreira de Oliveira Brás	Advogado	09-02-1884	41	Direito na Universidade de Coimbra	1923-02	1935-02 ?	PRP; UR; PRL; PRN	Logo após a implantação da República Portuguesa foi nomeado governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, cargo que exerceu de 5 de Outubro de 1910 a 17 de Fevereiro de 1912. Ainda no plano da política local, foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e em 1918 presidiu interinamente à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Em termos partidários iniciou-se no Partido Republicano Português (?-1912), passando posteriormente pela União Republicana (1912-1919), pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923) e pelo Partido Republicano Nacionalista (1923-?) Foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo nas eleições suplementares de 1913 e, em 1919, nas listas da União Republicana. Em 1921 e em 1925 foi eleito para o Senado pelo mesmo círculo, primeiro nas listas do Partido Republicano Liberal e posteriormente nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Desempenhou funções de chefe de gabinete de António Granjo, quando este foi Presidente do Ministério em Julho de 1920. Integrado no republicanismo moderado, com o fim da Primeira República e a consolidação do Estado Novo, abandonou a actividade política e dedicou-se à cultura e à investigação histórica, revelando-se um notável conferencista. Foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico da Ilha Terceira, instituição criada em 1942 aproveitando a norma do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes que permitia a subsídio a agremiações de cultura. Foi agraciado com o grau de comendador da Ordem de Leopoldo da Bélgica.	?
Hermano José de Medeiros	Médico	23-08-1874	51	Medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa	1923-02	1926-03	UR; PRL; PRN; ULR	Durante o regime republicano foi eleito deputado em quatro legislaturas, sempre pelo círculo de Ponta Delgada. Nas legislaturas de 1915 e 1919 foi eleito nas listas da União Republicana e, em 1921 e 1922, nas listas do Partido Republicano Liberal. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista, tendo participado no I e no III congresso deste partido. Em 1925 candidatou-se de novo a deputado por Ponta Delgada, pelo Partido Republicano Nacionalista, não sendo, porém, eleito. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, no pelouro de regas e limpezas e candidato pelo PRL em 1922 (República, 11-11-1922). Em termos partidários depois de passar pela União Republicana, pelo PRL e pelo PRN ingressaria na ULR em Março de 1926. Foi Presidente da Comissão Executiva da Cruzada Nuno Alvares Pereira até (30-1-1923) e membro da sua Junta Consultiva.	-
Jaime António	Médico	28-05-	40	Medicina na Universidade	1923-02	1935-02	UR; PRL; PRN	Aderiu ao Republicanismo em Coimbra, tendo-se inscrito no Partido da União Republicana. Foi Presidente da Comissão Distrital de Beja da	Oposição revolucion

Palma Mira		1885		de Coimbra (1913)				<p>União Republicana. Aderiu posteriormente ao Partido Republicano Liberal, sendo eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922, no 3.º Congresso do PRL. Em 1923 aderiu ao PRN. Fez parte da Comissão Organizadora do Partido Republicano Nacionalista no Distrito de Beja em 1923 e foi Presidente da Comissão Distrital de Beja do PRN em 1925.</p> <p>Foi Governador Civil de Beja entre 28-7-1920 e 15-4-1921. Foi eleito deputado pelo círculo de Beja em 1925 pelo PRN. Projecto de lei em 1926: 194-ª. Foi-lhe concedido o título de médico honorário do Montepio Bejense. Costumava veranejar com a família de Brito Camacho em Monte Gordo. O bispo de Beja frequentava a sua casa, sendo a sua família muito devota, embora ele não fosse católico praticante.</p> <p>Embora tenha dado o apoio ao “28 de Maio” como muitos outros membros do PRN, rapidamente se colocaria na oposição à Ditadura até à sua morte. Foi preso a 30-12-1931 e restituído à liberdade em 3-2-1932, com a fixação de residência em Lisboa. Voltou a ser preso em 30-10-1933, sendo transferido para o depósito de presos de Angra do Heroísmo em 19-11-1933. Foi restituído à liberdade em 23-5-1934. A 25-8-1938 voltou a ser preso para averiguações, recolhendo a uma esquadra incomunicável. A 29-8-1938 foi transferido para a cadeia d Aljube, sendo restituído à Liberdade em 9-9-1938.</p> <p>Em 1945 ainda liderou durante algum tempo o MUD em Beja, mas viria a demitir-se devido à intromissão dos comunistas.</p> <p>Cursou a escola primária em Albernoa, com o professor Ventura e posteriormente frequentou o Liceu de Beja. Cursou primeiramente Filosofia, mas acabou por formar-se em Medicina na Universidade de Coimbra em 26 de Julho de 1913, com quinze valores.</p> <p>Exerceu medicina em Beja entre 1913 e 1947. Foi mobilizado pelo CEP em 1917-1918.</p> <p>Morreu em Beja em 22 de Janeiro de 1947.</p>	ária
Jaime Pires Cansado	Oficial de infantaria	25-02-1887	38	Curso de Infantaria da Escola do Exército	1923-02	1923-12	PRRN; PRN; Acção Republicana	<p>Em termos partidários integrou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, o Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro a Dezembro de 1923) e o Grupo Parlamentar de Acção Republicana (desde Dezembro de 1923).</p> <p>Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Faro, nas listas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Projectos de Lei que apresentou: 1923-24: 620-D; 1924-25: 835-B; Relator: 1922-23: 448; 1923-24: 655 e 657.</p> <p>Foi Presidente da Câmara Municipal de Tavira de 1923 a 1925. Nas eleições administrativas de 1922 exerceu pressões para que os reconstituintes vencessem na freguesia de Luz e Conceição (Tavira).</p>	?
João	Advogado	19-	34	Direito,	1923-02	1926-	PRE; PRL;	Pertenceu sucessivamente aos seguintes partidos: PRE; PRL; PRN;	Apoio

Cardoso Moniz Bacelar		07-1891		Universidade de Coimbra		03	PRN; ULR; UN	ULR; UN. Era amigo pessoal de António José de Almeida. Colaborou em jornais como a <i>República</i> (onde chegou a ser director interino), a <i>Gazeta de Coimbra</i> e o <i>Diário de Coimbra</i> e foi director de <i>A Província</i> e <i>A Situação</i> . Pertenceu ao Directório do Partido Republicano Evolucionista. Foi Governador Civil de Coimbra de 18 de Fevereiro de 1919 a 5 de Junho de 1919. Foi deputado por Viseu em 1919 (PRE; PRL) e por Coimbra em 1921 (PRL) e 1922 (PRL; PRN). Foi candidato pelo PRN a deputado por Coimbra em 1925, não sendo eleito. Aderiu à ULR em Março de 1926, sendo o seu organizador em Coimbra. Coordenou a revolta do «28 de Maio de 1926» em Coimbra. Aderiu ao Estado Novo e à União Nacional em Agosto de 1932, por intermédio dos Drs. Bissaia Barreto e Moura Relvas. Foi presidente da Câmara Municipal de Condeixa entre Setembro de 1932 e 1934. Pertenceu provavelmente à maçonaria e presidiu ao Centro Latino Coelho (Lisboa) em 1923. Foi Director da Penitenciária de Lisboa (cadeia nacional) e da tutoria da infância de Coimbra.	
João de Ornelas e Silva	Professor	14-01-1887	38	Filosofia na Universidade de Coimbra	1923-02	1926-03	PRL; PRN; ULR	Fez parte do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista. Foi integrado no Directório do PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) em Dezembro de 1923, após a cisão. No entanto, declarou publicamente que não tinha autorizado a utilização do seu nome, pelo que continuava no «verdadeiro PRN». Era candidato a vogal substituto do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal que iria ser apresentada no IV Congresso do PRN. Mas, o abandono do Congresso por parte de Cunho Leal inviabilizou que esta Lista se apresentasse às eleições. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi vogal da Junta Central da ULR e organizador do cadastro partidário da ULR em Angra do Heroísmo. Foi Governador Civil de Évora (13-03-1919 a 08-07-1919), Vila Real (13-06-1921 a 24-09-1921) e Faro (13-01-1922 a 16-01-1922). Foi Procurador à Junta Geral do distrito de Lisboa, eleito por Aldeia Galega. Foi eleito deputado em 1919, 1921, 1922 e 1925 pelo círculo de Angra do Heroísmo. Nestas eleições foi eleito deputado e integrou o grupo parlamentar do PRL e posteriormente o do PRN, embora tivesse integrado listas de Conjunção Republicana com outros partidos. Foi 2.º secretário da Câmara dos Deputados entre 1921 e 1925. Apresentou os seguintes projectos de Lei 1922: 3C, 7A, 14H, 68E, 97-C, 156, 365-B e 371; 1922-23: 439A e 464D; 1923-24: 651G; 1924-25: 845J, 845-T; 853-ª Relator 1922: 131, 293; 1922-23: 501 e 593; 1923-24: 660. Projectos de lei em 1926: 6n, 6d, 14a, 20e, 24g, 44d, 61c, 122e, 135g, 139a, 139b, 139e, 201a.	?
João de Sousa Uva	Proprietário	13-08-	53	?	1923-02	1926-03	PRP; ?; PRL; PRN; ULR	Foi presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Faro entre 1910 e 1913. Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de	?

		1872						Faro nas Listas do PRL. Em 1925 foi candidato pelo mesmo círculo nas Listas do PRN, não sendo eleito. Pertenceu ao PRP, ao PRL, ao PRN e à ULR. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Faro	
João Pereira Bastos	Oficial de Artilharia	29-01-1865	60	Curso Artilharia da Escola do Exército	1923-02	1923-12	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana	Integrou-se no republicanismo desde a sua juventude. Filiou-se no Partido Republicano Português em 1891 e na Maçonaria em 1893, iniciado com o nome simbólico de Descartes, integrado na loja "Portugal", organização fundada a seguir à revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. Era amigo de Cândido dos Reis, Correia Barreto e Sá Cardoso. Após a Implantação da República foi nomeado Chefe de Estado Maior da 1.ª Divisão. Em 1920 seguiu Álvaro de Castro e integrou-se no PRRN, sendo substituto do Directório. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao PRN e em Dezembro de 1923 à Acção Republicana, sendo o líder do grupo parlamentar nalguns períodos. Foi eleito deputado em 1911 e 1915 por Chaves, em 1919 por Lamego e em 1922 por Moncorvo. Foi ministro da Guerra (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914) e presidente comissão da Guerra na Câmara dos Deputados (1914-1925. Participou na revolução de 14 de Maio de 1915 e conheceu a prisão durante o Sidonismo. Abandonou a política activa com a instauração da Ditadura Militar. O Governo manteve-o como Chefe de Estado Maior, mas por pouco tempo, dado que este pediu a demissão após o seu trabalho ter sido posto em causa na apresentação de um relatório sobre os Altos Estudos Militares.	?
João Raimundo Alves	Funcionário Público	10-02-1889	36	Frequência do curso superior de letras	1923-02	1935-02	PRP; PRL; PRN	Propagandista da República, dirigiu os jornais "Lápis e Pena" e "O Espectro". Proclamada a República foi nomeado administrador do Concelho de Loures, cargo que viria a ocupar outras vezes. O seu combate pela República fez com que fosse reconhecido como revolucionário civil pela Câmara dos Deputados em Fevereiro de 1916. Foi ainda Procurador da Junta Geral do Distrito de Lisboa em 1922-1925, e na legislatura de 1925, eleito deputado por Vila Franca de Xira pelo Partido Republicano Nacionalista. Membro da comissão organizadora do III Congresso Nacional Municipalista (1922). Em termos partidários iniciou-se no PRP, aderindo posteriormente ao PRL (1919-1923) e ao PRN (1923-1935). Pertenceu à Carbonária e à Maçonaria, tendo sido iniciado nesta em 1911, na loja Elias Garcia, de Lisboa, com o nome simbólico de Vítor Hugo. Decidiu continuar no PRN após a cisão de Cunha Leal, após consultar as comissões políticas. Veio para Lisboa e frequentou os liceus da Lapa e do Carmo. Matriculou-se no curso superior de letras que não chegou a concluir. Viticultor e proprietário abastado da região de Loures, fez carreira profissional na administração pública, sendo taquígrafo da Câmara dos Deputados, sub-chefe, oficial do Registo Civil, sub-inspector da Previdência Social e chefe da repartição do Governo Civil de Lisboa,	?

								cargo em que se aposentou. Também teve actividade na restauração. A sua actividade no jornalismo continuou após a implantação da República, tendo fundando e colaborado em numerosos periódicos: "Boletim Geral da Legislação"; "Quatro de Outubro"; "Catorze de Maio"; "A Economia". Faleceu em Lisboa, a 1 de Junho de 1962.	
João Tamagnini de Sousa Barbosa	Oficial da Infantaria	30-12-1883	41	Curso de engenharia da Escola do Exército e da Escola Politécnica	4-3-1925	1935-02	PRR (1911); PRE (1912-1916); dissidente do PRE (1916-1917); PCR (1917-1918); PNR (1918); PNRP (1921-1925); PRN (1925-1935).	Militou nos seguintes partidos: Partido Republicano Radical (1911); Partido Republicano Evolucionista (1912-1916); dissidente do PRE (1916-1917); Partido Centrista Republicano (de que foi co-fundador, 1917-1918); Partido Nacional Republicano (1918); Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921-1925); Partido Republicano Nacionalista (1925-1935). Directório do PRN (1926-1935). Pertenceu, a partir de 1911, à Maçonaria, tendo sido iniciado na loja Pátria e Liberdade, de Lisboa, com o nome simbólico de Wagner. Tornou-se Grão-mestre da maçonaria do rito escocês em Janeiro de 1933, quando Norton de Matos se tornou Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Foi candidato a deputado nas constituintes de 1911 no círculo de Lisboa numa lista «esquerdista» do Partido Republicano Radical, não tendo sido eleito. Foi deputado do Partido Republicano Evolucionista por Moçambique em 1915-1917 e deputado do Partido Nacional Republicano por Tomar em 1918-1919. Em 1925 foi eleito deputado por Tomar pelo PRN. Foi presidente das Câmaras Municipais de Inhambane (1912) e de Lourenço Marques (1913). Colaborador de Sidónio País, iniciou, em 1917 uma dispersa actividade ministerial. Colónias (11-12-1917 a 07-03-1918 e 07-03-1918 a 15-05-1918); Interior (15-05-1918 a 08-10-1918); Finanças (08-10-1918 a 23-12-1918). Ministro do Interior e Presidente do Governo (23-12-1918 a 27-01-1919). Como Ministro do Interior teve um papel importante na defesa da República durante a revolta de Monsanto em 1919. Defendeu em Dezembro de 1922 João de Castro Osório no processo relativo ao golpe de 8 de Julho de 1922 e os revoltosos do 18 de Abril de 1925 em Setembro de 1925. Foi vogal da Junta Consultiva da Cruzada Nuno Alvares Pereira em 1924. Não aceitou o convite feito pelo Governo para Alto-comissário nos Açores em Setembro de 1926. Foi preso a 13 de Janeiro de 1927 e solto no dia seguinte devido à declaração contra o empréstimo externo entregue nas Embaixadas. No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Foi novamente preso na sequência desta revolta e seria deportado para S. Tomé e depois para a Madeira, onde regressaria a 10 de Julho de 1927. A partir de Setembro de 1927 foi defensor no Tribunal de Santa Clara de alguns militares que participaram no movimento de Fevereiro de 1927, como o general Sousa Dias. Enquanto governador militar da Terceira (1943-	Oposição revolucionária

							<p>1944), solicitou a libertação dos presos políticos e encetou uma aproximação aos ingleses, levando Salazar a solicitar o seu regresso a Lisboa em 1944. Os serviços prestados à coroa britânica levaram a Rainha a conceder-lhe a ordem do Banho e a administração da Carris (1944-1948), então nas mãos dos ingleses. A partir de 1946 participou na Junta Militar de Libertação Nacional, conspiração putchista contra o regime conjuntamente com o almirante Mendes cabeçadas, brigadeiro Miguel Santos e capitão Queiroga. Desta conspiração resultaria o frustrado «golpe da Mealhada» em 10 de Outubro de 1946. Falecer em Lisboa a 15 de Dezembro de 1948. No seu funeral participaram diversas personalidades militares, mas nenhuma ligadas à hierarquia do Estado Novo.</p> <p>Desempenhou diversos cargos militares e na administração de empresas. Em Moçambique entre 1912-13 foi engenheiro-chefe das obras do porto de Lourenço Marques, engenheiro director dos portos e caminhos-de-ferro e engenheiro-chefe da Repartição de Obras Públicas de Inhambane. De regresso Portugal continental desempenhou os seguintes cargos: membro da comissão Técnica de Caminhos de Ferro da Metrópole; vogal do Conselho Colonial por Macau; representante da Companhia de Altos Fornos e Acerarias de Portugal (1922); administração geral dos C.T.T.; Comissão para a elaboração do regulamento de transportes Militares, 1928-1931 (Portaria de 4 de Agosto de 1928); vogal efectivo para avaliar as provas especiais de aptidão para a promoção ao posto de major em 1934; representante do comando da arma de engenharia nas provas de aptidão para a promoção a general em 1935 e 1936; professor e director do Instituto dos Pupilos do Exército (1937-1943); Comandante da Escola Prática de Engenharia (1939-1940); Director Interino dos serviços de engenharia (1941-1942); comandante militar da Ilha Terceira (1943-1944); professor na Escola Nacional, em Lisboa, 1930-1940 (fundada pelo seu irmão Artur Tamagnini Barbosa e José Vicente de Freitas); director da Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de Transportes, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e administrador da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (1944-1948). No final da sua vida foi eleito presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sport Lisboa e Benfica para os anos de 1946/47 e presidente da Direcção (1947-1948).</p> <p>Falecer em Lisboa a 15 de Dezembro de 1948.</p>		
João Vitorino Mealha	secretário-geral do governo civil de Setúbal	05-09-1876	49	Direito, Universidade de Coimbra	1923-02	1926-03	PRP; PRL; URL	<p>Em 1907 foi o responsável pela organização do Partido Republicano Português em Silves. Foi presidente da Câmara Municipal de Silves e Governador Civil de Faro (30-05-1921 a 31-10-1921). Deu um importante contributo para a construção do edifício dos Paços do Concelho de Silves.</p>	?

								<p>Em 1921 e 1922 foi eleito deputado pelo círculo de Viseu nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de Lei que apresentou: 1922-23: 401-A e 616-H. Relator 1922: 128, 129, 130, 195, 202, 207, 237, 241, 276, 280, 300. 1923-24: 710, 797, 798, 799 e 825. 1924-25: 830.</p> <p>Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN e em Março de 1926 à ULR. Foi o responsável pela organização do cadastro partidário da ULR em Coimbra em 1926.</p> <p>Foi director do periódico “O Silvense” e redactor da “Voz do Porvir”, periódico republicano de Coimbra (1897).</p>	
Joaquim Brandão	Inspector de Finanças	08-09-1876	49	Estudos secundários?	1923-02	–	PRP; PRE; PRL; PRN	<p>Activista da propaganda republicana em Setúbal desde 1899, foi secretário da Comissão Municipal Republicana setubalense e um dos fundadores do centro Republicano de Setúbal, sendo presidente da assembleia-geral até à proclamação da República. Presidiu à comissão organizadora do Congresso Republicano de Setúbal de 1909 e representou o PRP em vários congressos. Após a implantação da Republica entrou como vice-presidente da comissão administrativa do município de Setúbal, vindo a ser e Presidente da Câmara Municipal de Setúbal no ano seguinte. Foi ainda administrador do concelho da cidade sadina. Em 1917 foi secretário do Ministro do Fomento e ainda chefe de gabinete de outros ministros a partir de 1919, como António Granjo. Em termos partidários, após a militância no PRP, acompanhou a cisão de António José de Almeida, ingressando no PRE (1912-1919). Deste partido transitou para o PRL (1919-1923) e para o PRN (1923-1927), sendo eleito deputado por estes partidos. Fez parte da Câmara dos Deputados nas legislativas de 1911, 1919, 1921, 1922 e 1925, sempre pelo círculo de Setúbal.</p> <p>Em 1891, com 15 anos, tornou-se empregado de escritório de uma casa bancária em Setúbal, sendo depois guarda-livros em duas casas comerciais e, em 1907, solicitador na comarca. Foi fundador e presidente da Associação dos empregados de comércio de Setúbal e presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal. Foi adjunto do provedor da Misericórdia de Lisboa e representante das organizações operárias e económicas no conselho de administração da Junta Autónoma do Porto e Barra de Setúbal no final da I República. Em 1927 era inspector das finanças do concelho de Oeiras e membro do Conselho Administrativo da Misericórdia de Lisboa. Nos seus cargos políticos desempenhou um papel importante na canalização de investimentos para os portos de Setúbal e de Sesimbra e na melhoria das condições das misericórdias e de outras associações destas duas localidades. Defendeu a elevação do Liceu de Setúbal a Liceu Nacional e foi o autor do primeiro projecto-lei para a criação do distrito de Setúbal. Colaborou em vários jornais republicanos, fundou e foi redactor em 1899 do jornal A</p>	?

								<i>Folha</i> e em 1901 fundou e dirigiu <i>O Sul</i> . Faleceu em Lisboa a 22 de Outubro de 1927.	
Joaquim Correia de Almeida Leitão	Funcionário Público	15-5-1875	50	?	1923-02	1935-02 ?	PRL; PRN	Nasceu a 15 de Maio de 1875, em Penacova, filho de Alípio de Oliveira Leitão e Maria da Pureza Correia Leitão. Foi secretário de Finanças, subchefe e chefe da Fiscalização dos Impostos, administrador do concelho de Penacova e procurador à Junta Geral do Distrito de Coimbra. Pertenceu ao Partido Republicano Liberal, fazendo parte da Comissão Distrital do PRL de Coimbra (<i>Gazeta de Cantanhede</i> , 16-12-1922, p. 1). Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista, sendo eleito Senador por este partido na legislatura de 1925, em representação de Coimbra (<i>Diário de Notícias</i> , 8-11-1925, p. 7). Faleceu no dia 15 de Agosto de 1959 em Penacova.	?
Joaquim José de Oliveira	Conservador do Registo Civil	17-01-1880	45	Direito, Universidade de Coimbra	1923-02-1926-04	1924-01	PRRN; PRN; Acção Republicana; PRN	<p>Iniciou a actividade política na Universidade, sobressaindo como um dos mais inflexíveis impulsionadores da greve académica de 1907. Alcançou a vice-presidência do Centro Republicano Académico de Coimbra e participou na Associação Académica do Livre Pensamento, tendo presidido, após deixar a Faculdade, ao Centro Republicano de Braga. Militou nos no Partido Republicano Português (até 1920), no Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), no Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro a Dezembro de 1923). Fez parte da comissão organizadora do PRN no distrito de Braga. Em Janeiro de 1924 aderiu à Acção Republicana. Regressou ao Partido Republicano Nacionalista em Abril de 1926. Era um grande influente eleitoral em Ponte de Lima e Braga,</p> <p>Candidatou-se a deputado por Braga, em 1910, ainda durante a Monarquia. No entanto, só viria a ser eleito por Braga em 1911, 1915 e 1919. Em 1922 representou Ponte de Lima. Projectos de Lei que apresentou: 1922: 26-B; 157-B e 157-C; 1924-1925: 902-C. Relator 1922: 119; 1922-23: 439.</p> <p>Encetou uma campanha anti-jesuítica nas páginas do jornal bracarense <i>A Verdade</i> (1911). A sua actividade na imprensa estendeu-se depois à direcção do órgão do PRP em Braga, <i>O Radical</i>, e à colaboração no jornal republicano de Coimbra, <i>A Pátria</i>. Ascendeu a ministro da Instrução de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920. Foi reempossado no dia seguinte, manteve-se em exercício até 21 de Janeiro de 1920.</p> <p>Fez parte da Maçonaria, tendo sido iniciado em 1911, no triângulo n.º 146, de Braga, com o nome simbólico de Renan. Pertenceu também à Carbonária, de que foi vice-presidente em Braga, em 1910.</p>	?
Joaquim Pedro	Oficial da Marinha	09-07-	58	Escola da Armada	1923-02	Data da	PRL; PRN	Frequentou o Real Colégio Militar e alistou-se na Armada em 1884, fazendo carreira como oficial da marinha: (aspirante de 2.ª, 1886;	-

Vieira Júdice Bicker		1867				morte : 1926- 01		<p>aspirante de 1.ª, 1889; guarda-marinha, 1890; 2.º tenente, 1892; 1.º tenente, 1893; capitão-tenente, 1910; capitão de fragata, 1917; capitão de mar-e-guerra, 1925). Cumpriu algumas missões em Moçambique e na Guiné. O seu desempenho na Guiné valeu-lhe as insígnias de Comendador da Torre e Espada (17-05-1901) e a medalha de ouro de valor militar. Foi governador do distrito do Limpopo (1895), governador da Guiné (1901-1903) e de Cabo Verde (1911-1915). Comandou o batalhão expedicionário da Marinha a Moçambique (1918) e a brigada de Mecânicos Navais. Foi comissário do Governo em S. Tomé.</p> <p>Em termos partidário esteve integrado no Partido Republicano Liberal e no Partido Republicano Nacionalista. Era membro do Centro Republicano Liberal Ribeiro de Carvalho, presidente da Assembleia Geral do Centro Latino Coelho (Lisboa) em 1923 e tesoureiro da comissão política do PRN nos Restauradores.</p> <p>Teve duas passagens pelo ministério da Marinha (de 8 de Março a 26 de Junho de 1920, e de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923), desta última vez no governo nacionalista liderado por António Ginestal Machado.</p>	
Joaquim Ribeiro de Carvalho	Jornalista	07- 04- 1880	45	Estudos secundários no Seminário	1923-02	1923- 04	PRP; PRE; PRL; PRN; Acção Republicana; Independente	<p>Participou em diversas actividades políticas republicanas durante a Monarquia. Era membro Carbonária e da Maçonaria, tendo sido iniciado em 1911 no triângulo n.º 143 da Erra, Coruche, com o nome simbólico de Liberto. Participou activamente na organização e concretização do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, tendo sido ferido. Logo a seguir à revolução fundou o Centro Radical Português. E foi nomeado chefe da secretaria da Inspeção das Escolas de Lisboa. Posteriormente foi secretário-geral do conservatório de Lisboa e delegado do governo junto da sociedade Estoril.</p> <p>Joaquim Ribeiro de Carvalho teve uma longa carreira de deputado, sendo eleito pelo círculo de Leiria em todas as legislaturas, à excepção da de 1918 durante o Sidonismo. Projectos de lei que apresentou em 1922: 107-F; 1924-25: 851-D, 902-F, 904B, 968E, 974-C. Relator em 1922: 74, 88, 375; 1922-23: 474.</p> <p>Iniciou a actividade partidária no Partido Republicano Português, em 1912 transitou para o Partido Republicano Evolucionista e em 1919 integrou o Partido Republicano Liberal, sendo secretário do primeiro directório. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao PRN, mas manteve um certo distanciamento e autonomia face ao Directório. Em Dezembro de 1923 seguiu Álvaro de Castro e aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Fazia parte directório do PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) após a cisão do PRN em Dezembro de 1923. Na sequência da formação do Governo Rodrigues Gaspar distanciou-se da Acção Republicana, tornando-se independente. Em 1925 foi eleito como</p>	Oposição legal

								deputado independente. Nas eleições administrativas de 1925 concorreu à Câmara Municipal de Sintra, integrado numa lista dominada pelos esquerdistas. Veio a ocupar a presidência do Senado da Câmara Municipal de Sintra. Faleceu em 10 de Outubro de 1942.	
Jorge de Vasconcelos Nunes	Administrador de empresas	16-07-1878	47	Engenharia agrónómica Escola Nacional de Agricultura, Coimbra (1900)	1923-02	1926-03	PRP; UR; PRL; PRN; ULR	A sua actividade política republicana mais activa começou nos seus tempos de estudante em Coimbra desde 1895, tendo ingressado posteriormente no PRP. Após a Implantação da República enveredou conjuntamente com o seu pai e o seu cunhado, Manuel de Brito Camacho pelo republicanismo conservador. Em 1912 acompanhou o seu cunhado, Brito Camacho, na cisão que formou o Partido da União Republicana, onde foi membro substituto da Comissão Administrativa em 1912. Em Outubro de 1919 fez parte da comissão mista que negociou a fusão do Partido Republicano Evolucionista com o Partido da União Republicana para a formação do Partido Republicano Liberal. Manteve-se no Partido Republicano Liberal até Fevereiro de 1923, data em que este partido se fundiu com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, dando lugar ao Partido Republicano Nacionalista. Jorge de Vasconcelos Nunes permaneceu no Partido Republicano Nacionalista até Março de 1926, data em que Cunha Leal liderou uma cisão dentro deste partido, formando a União Liberal Republicana. Jorge Vasconcelos Nunes integrou este novo partido republicano conservador até 1930, data em que terá abandonado a vida política activa. Jorge de Vasconcelos Nunes foi deputado às Constituintes (1911), tomando assento parlamentar por Setúbal. Em 1915 voltou a ser deputado, desta vez por Timor. Nas legislaturas de 1919, 1921, 1922 e 1925 regressou à Câmara dos Deputados, por Setúbal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1911 e 1912. Em 1920 tornou-se vice-presidente da Câmara dos Deputados e em 1921 tornou-se seu presidente. Na legislatura de 1922-1925 renunciou ao mandato parlamentar na sessão n.º 30 de 11-2-1925. As razões da sua renúncia pretendiam-se com a suspensão de pagamentos no Banco Industrial Português, de que era director. Integrou o elenco governamental nos anos de 1919-1920, exercendo no Governo presidido por José Relvas as pastas da Agricultura (de 27 de Janeiro a 30 de Março de 1919) e interinamente dos Abastecimentos (entre 27 de Fevereiro e 30 de Março de 1919); no Governo chefiado por Domingos Pereira manteve-se na pasta da Agricultura (desde 30 de Março até 29 de Junho de 1919), e ocupou interinamente a pasta do Trabalho (entre 6 de Maio e 29 de Junho de 1919); no governo efémero de Fernandes Costa liderou o ministério do Comércio (a 15 de Janeiro de 1920); e no executivo chefiado por Domingos Pereira voltou a liderar a pasta do Comércio e Comunicações (de 21 de Janeiro a 8 de Março desse ano).	?

								Jorge Vasconcelos Nunes foi ainda procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa e vereador da Câmara Municipal de Cascais. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado, em 1910, no triângulo n.º 13 de Grândola, com o nome simbólico de Gomes Freire, passando depois para a Loja Irradiação de Lisboa. Colaborou nos periódicos <i>O País</i> , <i>A Lanterna</i> , <i>O Mundo</i> , <i>A Lucta</i> , <i>A Democracia do Sul</i> e <i>Pedro Nunes</i> . Jorge Vasconcelos Nunes foi proprietário e director de empresas. Tomando a seu cargo a administração das suas propriedades e das de seu pai (a partir de 1900), foi presidente da Associação dos Regentes Agrícolas (1912-1917) e da respectiva Assembleia-Geral (desde 1918). Para além do desempenho de funções em várias empresas industriais, foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos-de-ferro Portugueses, em representação do Estado e director do Banco Industrial Português (até 1925). Enquanto homem abastado e grande proprietário rural, defendeu os interesses dos grandes agricultores do sul e do patronato e o equilíbrio orçamental pela diminuição das despesas do Estado no Parlamento e no Governo. Veio a falecer em Lisboa a 15 de Março de 1936.	
José Augusto Ribeiro de Melo	Primeiro cônsul geral de 1.º Classe	15-11-1885	39	?	1926-03	1935-02 ?	PRP; PRR; Independente; PRN	Foi Governador Civil da Guarda (25-10-1921 a 16-11-1921). Foi chefe de gabinete do presidente do conselho de ministros, Carlos da Maia Pinto (1921) e secretário particular de vários ministros: José Relvas (Finanças), António da Fonseca (Comércio), Rego Chaves (Finanças) e Manuel Maria Coelho (Interior). Foi senador nas legislaturas de 1922 e 1925 pelo círculo da Guarda. Em 9 de Setembro de 1922 solicitou ao Senado o afastamento temporário dos trabalhos deste órgão. Em 1922 foi eleito para o Senado integrado nas Listas do PRP. No entanto passou a ser uma voz incómoda dentro do partido. Em Dezembro de 1922 criticou a formação do 3.º governo de António Maria da Silva, com a inclusão de alguns independentes e salientou-se no Parlamento na oposição ao governo de Rodrigues Gaspar em Julho de 1924, pelo que começaram a surgir notícias que apontavam para uma possível irradiação do PRP. Acabou por aderiu ao Partido Republicano Radical em Setembro de 1924 e tornou-se independente em Julho de 1925. Finalmente, aderiu ao PRN em 10 de Março de 1926, tendo feito uma declaração no Senado.	?
José Carvalho dos Santos	Comerciante	24-11-1893	32	Direito, ?	1923-02	1926-03	Governamental; PRN; ULR	Foi Governador Civil de Viseu entre 2 de Fevereiro e 30 de Maio de 1921. Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Viseu nas listas de candidatos «governamentais» apoiantes do presidente do ministério, Cunha Leal. Em 1923 era o deputado mais novo do parlamento, com 30 anos. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1922 e 1923. Apresentou os seguintes projectos de lei 1922: 72-E e 336-A. Próximo de Cunha Leal, aderiu ao PRN pela sua mão em Fevereiro de	Apoio ou oposição ?

								<p>1923 e foi o seu chefe de gabinete, enquanto Ministro das Finanças, durante o governo nacionalista de 1923. Foi candidato a deputado pelo PRN por Viseu em 1925, não sendo eleito. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra e Viseu.</p> <p>Em princípios de 1933 foi para Angola, onde exerceu a advocacia. Nesta colónia defendeu uma maior autonomia para as colónias e distanciou-se do regime. No entanto, no dia 24 de Outubro de 1957 enviou uma carta a Salazar solicitando um encontro e indicando que era “um velho nacionalista e dedicado amigo” e era conferente dos C.F.M. (província de Moçambique).</p>	
José de Moura Neves	Oficial da Infantaria	13-11-1889	36	Medicina - Porto (1907)	?	1935-02 ?	PRN	Foi eleito deputado pelo círculo de Alcobaça nas listas do Partido Republicano Nacionalista.	?
José de Vasconcelos de Sousa Nápoles	Proprietário	03-02-1863	62	?	1923-02	1926-03	PRL; PRN; independente; PRN; ULR	<p>Fez parte do Partido Republicano Liberal (foi membro da Comissão Distrital do PRL de Coimbra do PRL em 1922). Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN. Foi membro substituto da Comissão Distrital de Coimbra do PRN em Abril de 1923. No entanto, tornou-se independente passados poucos meses. Em Março de 1925 voltou a aderir ao Partido Republicano Nacionalista. Acompanhou Cunha Leal na União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra.</p> <p>Foi eleito deputado pelo círculo de Coimbra nas eleições suplementares (com base no artigo 110 da lei n.º 3 de Junho de 1913 a 1.ª Comissão de Verificação de Poderes da Câmara de Deputados validou a eleição suplementar do círculo n.º 19 - Coimbra, 29-04-1924, tendo tomado assento na Câmara a partir desse dia). Em 1925 voltou a ser eleito pelo círculo de Coimbra, nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Projecto de lei apresentado em 1924-25: 835-B.</p> <p>Esteve envolvido no «Movimento do 28 de Maio» em Coimbra.</p>	Apoio
José do Vale de Matos Cid	Advogado	27-11-1871	53	Direito na Universidade de Coimbra	1923-02	1935-02	PRP; UR; PRL; PRN	<p>Exerceu advocacia em Viseu, e em Lisboa, desde 1914. Foi professor e director da Escola Normal de Viseu (1897), bem como advogado da Câmara Municipal e do Banco Agrícola Industrial Visiense. Em Lisboa leccionou na Escola Normal, e foi adjunto da provedoria da Santa Casa da Misericórdia. Em 9 de Abril de 1919, foi nomeado vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo.</p> <p>No âmbito político, passou pelo PRP (?-1912), União Republicana (1912-1919), PRL (1919-1923) e PRN (1923-1935?). Era amigo pessoal de Brito Camacho. Foi deputado por Viseu (1911-1914) e por Beja (1921, 1925-26). Foi Ministro da Justiça entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921, no Governo presidido por Tomé de Barros Queirós. Foi várias vezes convidado para ser bastonário da Ordem dos Advogados,</p>	Oposição legal

								cargo que recusou. No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Sob o regime da Ditadura viria a aderir ao Grupo de Estudos Democráticos. Faleceu em Lisboa, a 14 de Janeiro de 1945. Foi sepultado em Viseu. A antiga elite do PRN participou no funeral: Tito de Morais; João Tamagnini Barbosa; Afonso de Melo; Cunha Leal; Alberto Xavier.	
José Joaquim Fernandes de Almeida	Médico	14 - 05-1867	58	Formado em medicina	1923-02	1926-03	PRE; PRL; PRN; ULR	Foi membro do Partido Republicano Evolucionista (1912-1919), do Partido Republicano Liberal (1919-1923), do Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) e da União Liberal Republicana (1926-1930). Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Vila Real em 1926. Foi Senador por Vila Real nas últimas quatro legislaturas da I República (1919-1921; 1921-1922; 1922-1925; 1925-1926). Foi eleito 1.º Secretário da mesa do Senado em Fevereiro de 1922 e em 2 de Dezembro foi eleito 2.º Secretário do Senado. Ocupou fugazmente a pasta do Trabalho nos dias 15 e 16 de Janeiro de 1920.	?
José Marques Loureiro	Advogado	06-03-1879	46	Direito, Universidade de Coimbra	1923-02	1935-02 ?	Partido Progressista; PRL; PRN	Foi nomeado governador Civil de Viseu em duas ocasiões (31-08-1918 a 18-02-1919 e 26-10-1920 a 02-02-1921). Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Silves, nas listas do Partido Republicano Liberal (transitando em 1923 para o PRN), e em 1925 pelo círculo de Viseu, nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Foi provedor da Misericórdia de Viseu no final da I República. Em 1933 era representante do Sindicato Agrícola de Viseu. Foi membro substituto do Directório (1924-1925) e membro da Junta Consultiva do PRN.	?
José Mendes dos Reis	Oficial de Infantaria	11-04-1873	52	Curso de Infantaria	1923-02	1923-12	Independente; PRL; PRN; AR; PRP	Esteve envolvido na defesa da República durante as incursões monárquicas de 1911-1912. Comandou um grupo de metralhadoras em operações efectuadas em Braga, Arco de Valdevez, Chaves e Montalegre e foi comandante do destacamento que sufocou a rebelião de Celorico de Bastos em 1912. Nesse ano desempenhou funções como comissário da polícia de Braga. Em 1919, voltou a defender a República durante a Monarquia do Norte e envolveu-se na «Escalada de Monsanto». Em termos partidários, deixou a independência para se aproximar dos «Governamentais», liderados por Cunha Leal em 1922. Daí transitou para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Em Dezembro de 1923 abandonou o PRN e aderiu à cisão encabeçada por Álvaro de Castro, ingressando na Acção Republicana. Em Dezembro de 1925 aderiu ao PRP. Foi eleito senador por Faro entre 1919 e 1926. Foi ministro da Guerra entre 15 e 16 de Janeiro de 1920. Enveredou pela oposição revolucionária após a instauração da Ditadura Militar. Foi um dos líderes do movimento revolucionário de Fevereiro de 1927, em Lisboa. Após este fracasso foi separado do serviço (15-11-	Oposição revolucionária

								<p>1927 a 11-7-1930), preso e deportado para Angola. Em 1929 foi transferido para os Açores e posteriormente para a Madeira. Apoiou o general Sousa Dias na revolução da Madeira de 1931. Foi outra vez preso e demitido em Abril de 1931, sendo-lhe concedida a reintegração em 1937.</p> <p>Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1927 na loja Liberdade com o nome simbólico de Marquês de Pombal.</p> <p>Teve as seguintes condecorações: Medalha de Ouro comemorativa das Campanhas do Exército Português com a legenda "Sul de Angola 1914-1915"; Medalha Comemorativa do C.E.P. com a legenda "França 1917-1918"; Medalha da Vitória com estrela; Cruz de Guerra 1.Classe; Grau de Oficial da Ordem de Torre e Espada com palma dourada; os Graus de Comendador das Ordens de Cristo e de Sant Tiago de Espada e a Ordem de Mérito Militar de Espanha com distintivo branco.</p> <p>Faleceu em Lisboa, a 19 de Novembro de 1971.</p>	
José Novais de Carvalho Soares de Medeiros	Oficial da Marinha	17-12-1874	51	Medicina e Curso da Marinha	1923-02	1926-03	PNR; PRL; PRN; ULR	Entre Março e Setembro de 1918 foi chefe de gabinete do ministro da Marinha, José Carlos da Maia. Foi deputado por Penafiel em 1918 (PNR), 1921, 1922 (PRL) e 1925 (PRN).	?
José Pedro Ferreira	Funcionário Público	12-01-1870	55	?	1923-02	1923-12	Partido Progressista; PRP; PRL; PRN; AR;	Foi director d' <i>O Círculo das Caldas</i> , quando este jornal defendia as cores do Partido Progressista. Aderiu à República tendo sido Presidente do Senado (1919) e Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (1921). Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Alcobaça nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou no Parlamento em 1922: 29-E; 1923-1924: 709-H; 1924-25: 890-A; 974-B. Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923, tendo sido membro da Comissão Política Municipal das Caldas da Rainha (1923). Aderiu à Acção Republicana em Dezembro de 1923.	?
Júlio Dantas	Professor do Conservatório	19-05-1876	49	Licenciatura em medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	1923-02	1935-02	Partido Progressista, PRRN; PRN	<p>Iniciou-se na política durante a monarquia, sendo requisitado para adido do Ministério do Reino em 1903, quando era ministro Hintze Ribeiro. Foi deputado pelo Partido progressista por Coimbra em 1905-1906. Foi eleito Senador pelas Belas Artes (1918-1919), representando as escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Foi Senador por Leiria em 1921-1922 e 1925-1926. Nesta última eleição, devido a diversas irregularidades no processo eleitoral, só foi proclamado senador em 3 de Fevereiro de 1926. Sob o Estado Novo, foi procurador à Câmara Corporativa até à 7.ª legislatura (20-1-1935 a 18-11-1960) na qualidade de representante das Academias e Institutos de Alta Cultura científica ou literária (função inerente à presidência da Academia de Ciências).</p> <p>Bernardino Machado convidou-o, em 1914, para ministro dos negócios estrangeiros, mas rejeitou. A sua primeira passagem pelo executivo só</p>	Apoio

							<p>ocorreria, em 1920, na pasta da Instrução, que ocupou entre 21 de Outubro e 20 de Novembro no Governo de António Granjo e entre esta data e 30 de Novembro no Governo de Álvaro de Castro. Voltou mais duas vezes ao governo, à frente do ministério dos negócios estrangeiros, entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922 no Gabinete de Cunha Leal, e desde 15 de Novembro até 18 de Dezembro de 1923 no Executivo de António Ginestal Machado. Durante o primeiro mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros conseguiu melhorar as relações com a Santa Sé, chegando a um acordo para que o Presidente da República voltasse a usar um direito antigo dos Reis portugueses (em prática desde D. João V) enquanto padroeiros – direito à entrega solene do barrete cardinalício aos núncios em Lisboa quando, no fim da carreira ingressassem no Sacro Colégio, que acabou por ser efectuado por António José de Almeida a 3 de Janeiro de 1923.</p> <p>Em termos partidários defendeu as cores do Partido Progressista entre 1905 e 1906. Após a implantação da República mantém-se afastado das actividades partidárias até ser convidado por Álvaro de Castro, em 1920, para a fundação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Manteve-se neste partido até Fevereiro de 1923, data da fundação do Partido Republicano Nacionalista (fusão do Partido Republicano de Reconstituição Nacional e do Partido Republicano Liberal). Teve forte protagonismo no Partido Republicano Nacionalista, fazendo parte do seu Directório (1923-1935) e redigindo alguns dos seus manifestos, com destaque para o inicial, publicado no <i>República</i> a 17 de Fevereiro de 1923. Júlio Dantas tornou-se Presidente do Directório do PRN no dia 23 de Março de 1927, substituindo António Ginestal Machado. Durante a Ditadura Militar o PRN oscilou entre o entendimento com os militares ordeiros para a edificação de um novo regime, no qual este partido teria uma posição relevante e aproximações ao «revirinho» golpista. Contudo, a afirmação da União Nacional enquanto partido da Ditadura e a abertura da Assembleia Nacional em 1935, com a presença de Júlio Dantas na Câmara Corporativa, levou à dissolução do Partido Republicano Nacionalista em 7 de Fevereiro de 1935.</p> <p>Júlio Dantas participou em inúmeras missões diplomáticas e foi membro de diversos organismos nacionais e internacionais. Foi incumbido de uma missão diplomático-literária ao Brasil em 1923. Desempenhou no final de 1926 uma missão diplomática a Londres, presidindo uma delegação de que também faziam parte Mário de Figueiredo e Armindo Monteiro, para a liquidação das dívidas de guerra à Grã-Bretanha, tendo o acordo sido assinado a 11 de Janeiro de 1927. Em 1941 outra missão o levariam ao Brasil como embaixador extraordinário, em agradecimento pela participação do país irmão nas Comemorações Centenárias de 1940.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

							<p>Regressou ainda como Embaixador extraordinário à Terra de Vera Cruz, a S. Salvador da Baía, em 1949 nas comemorações do seu IV Centenário. Foi o chefe da delegação portuguesa na Conferência Diplomática de Bruxelas (1948). Foi membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações entre 1933 e 1943. Foi Presidente da Comissão Executiva dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal (1940), da Conferência Inter-académica Luso-brasileira para a unidade da Língua Escrita (1945), da delegação à Conferência Diplomática de Bruxelas (1948), e da 1.ª e 2.ª reunião da Comissão Permanente da União de Berna em Neuchatel (1949) e Lisboa (1950). Presidiu às Comissões Executivas do Centenário de Guerra Junqueiro em 1950 e de Almeida Garrett em 1954. <i>Doutor Honoris Causa</i> pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro (1924), pela Universidade do Brasil (1949) e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1955), era cidadão honorário do Brasil desde 1941. Era membro da Academia Espanhola, da Academia de História de Madrid e da Academia Brasileira de Letras e de mais algumas dezenas de instituições culturais do mundo.</p>	
Júlio Ernesto de Lima Duque	Cirurgião-militar, oficial de artilharia	11-08-1859	66	Medicina na Universidade de Coimbra	1923-02	1923-12	<p>Partido Progressista; apoia diversos partidos monárquicos; PRE; PRL; PRN, Acção Republicana; Independente</p> <p>Iniciou a sua actividade profissional como médico municipal em Penacova. Posteriormente, ingressou no Exército, na arma de artilharia, onde exerceu funções de cirurgião-militar: tenente, 1889; capitão, 1897; major, 1911; tenente-coronel, 1911; coronel, 1917. Ocupou o cargo de inspector de saúde junto da 5.ª divisão. No final do século XIX prestou serviço em Moçambique na Companhia dirigida por Sanches de Miranda e Álvaro Andrea.</p> <p>Teve uma vasta colaboração com a imprensa, escrevendo em diversos jornais e revistas: <i>Coimbra Médica; Revista Académica de Coimbra; Imparcial de Coimbra; Elvense, O Dia; Correio da Noite</i> (substituir temporariamente o director político Anselmo de Andrade), <i>Novidades; Jornal da Noite; Jornal de Penacova; Medicina Militar; A Província</i> (onde foi Director).</p> <p>Iniciou a vida política como deputado do Partido Progressista na eleição suplementar no círculo uninominal n.º 53 de S. Pedro do Sul, que teve lugar a 3 de Julho de 1898. Foi ainda deputado pelos seguintes círculos: Penacova em 1899 e 1900; Arganil em 1901; Lamego em 1904; Viseu em 1905. Em 1910 candidatou-se por Arganil, mas a eleição não foi validada até ao 5 de Outubro. Era um poderoso influente eleitoral na região de Penacova e Poiars. Foi ainda Governador Civil de Évora (26-10-1904 a 02-05-1905). Na fase final da Monarquia abandonou os progressistas e procurou o apoio de diversos partidos para acautelar a sua eleição e influência local.</p> <p>Após o 5 de Outubro manteve durante algum tempo as ideias</p>	?

								monárquicas, tendo participado na revolução monárquica de 27 de Abril de 1913, em virtude da qual foi preso. Posteriormente, aderiu à República e filiou-se no Partido Republicano Evolucionista. Acompanhou a ala conservadora da República aderindo ao Partido Republicano Liberal (1919-1923) e ao Partido Republicano Nacionalista (1923). Fez parte da Comissão Distrital de Coimbra do PRL e foi eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922. Foi substituto do Directório do PRN e Presidente da Comissão Distrital de Coimbra do PRN em 1923. Em Dezembro de 1923 fez parte do efémero «Directório sombra» do PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) após a cisão. Em Dezembro de 1923 aderiu à dissidência liderada por Álvaro de Castro inscrevendo-se no Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Durante a República foi senador, pela primeira vez, em 1915-17, por Leiria, e em 1919-21, representando Portalegre. Em 1921-22, 1922-25 e 1925-26 voltou a ser senador, desta vez por Viseu. Em 2 de Dezembro de 1922 foi eleito 2.º Vice-Presidente do Senado. Foi ministro do Trabalho em quatro ocasiões: 19 de Julho e 20 de Novembro de 1920; 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921; 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921; 18 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924.	
Lúcio de Campos Martins	Oficial de Infantaria	28-11-1886	38	Escola do Exército	1923-03	1926-03	Governamental; PRN; ULR	Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Angola, nas listas dos «Governamentais», liderados por Cunha Leal. Ingressou no PRN por intermédio de Cunha Leal em Março de 1923. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926.	?
Manuel de Sousa da Câmara	Professor Universitário no Instituto de Agronomia	18-11-1871	53	Engenheiro Agrónomo pelo Instituto de Agronomia e Veterinária (1896).	1923-02	1935-02?	PRP; UR; PRL; PRN	Foi membro da Maçonaria, iniciado em 1909 na loja José Estêvão com o nome simbólico de Saccardo. Em 1912 e 1913 foi presidente do conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano, Aderiu à dissidência e em 1914, atingindo o grau 33 no Grémio Luso-Escocês, fazendo parte do respectivo Supremo Conselho. Em 23 de Novembro de 1925 foi um dos membros da comissão delegada do Supremo Conselho do Grau 33 (Grémio Luso-Escocês) que estabeleceu um acordo com o Grande Oriente Lusitano. Filiado inicialmente no Partido Republicano Português, transitou para a União Republicana em 1912, para o Partido Republicano Liberal em 1919 e para o Partido Republicano Nacionalista em 1923. Em 1911 foi deputado por Estremoz, transitando posteriormente para o Senado. Em 1919 foi eleito Senador pela Horta. Representou de novo Estremoz, como deputado, nas legislaturas de 1921, 1922 e 1925. Em 1922 foi candidato às eleições municipais de Lisboa. Ocupou o cargo de governador civil de Évora de 13 de Dezembro de 1917 a 16 de Março de 1918. Ascendeu à pasta da agricultura em 1921, desempenhando funções	Abandono da política e algum apoio técnico à Ditadura.

								ministeriais entre 24 de Maio e 30 de Agosto desse ano. Com o início da Ditadura abandonou a actividade política, tendo-se dedicado à sua carreira de investigador e à docência até à sua morte. No entanto, durante esse período integrou a comissão de revisão do regime cerealífero, de 1927, foi vice-presidente da Junta Geral da Campanha do Trigo (1929) e da Campanha de Produção Agrícola (1930). Estas iniciativas tiveram a liderança do seu filho, que tinha fortes ligações ao Estado Novo.	
Manuel Ferreira da Rocha	Funcionário Público	07 - 11-1885	40	Curso Superior de Comércio e Escola Naval (Administração)	1923-02	1925-07	UR; PRL; PRN; Independente	Concluiu o Curso Superior de Comércio como bacharel, Posteriormente, frequentou a Escola Naval (Administração) entre 1902 e 1910. Seguiu a carreira de oficial da Marinha (praça, 1902; aspirante, 1902; comissário de 3.ª classe, 1908; 2.º tenente, 1914) até 29 de Agosto de 1917, data em que se demitiu. Também desenvolveu actividade como comerciante e no funcionalismo público. Na Armada, alcançou a chefia da 2.ª subsecção da Contabilidade Fabril. Na área da administração pública, desenvolveu maioritariamente actividade em Macau: foi secretário-geral do governo (1911-1913), inspector da Fazenda Provincial, membro do Conselho Legislativo (1917) e delegado do governo à Conferência Internacional para a reforma das pautas aduaneiras chinesas (1917). Ocupou ainda o cargo de vogal do Conselho Colonial. Esteve filiado na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1925). No final de Julho de 1925 abandonou o PRN e tornou-se independente. Esta decisão foi tomada em conjunto com Ferreira de Mira e Moura Pinto, na sequência do apoio ao governo de António Maria da Silva. A sua actividade política esteve sempre ligada a Macau: encarregado do governo da colónia entre os anos de 1916 e 1917/18; deputado por Macau em 1919, 1921, 1922 e 1925. Projectos de lei que apresentou em 1924-25: 830-E; Relator 1922: 136. Teve duas passagens pelo governo, como ministro das Colónias: de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920 e de 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921. Abandonou a actividade política activa na sequência da instauração da Ditadura Militar, dedicando-se aos negócios, em particular à direcção da Companhia de Seguros «Tagus», onde era sócio.	?
Manuel Ribeiro Alegre	Funcionário Público	31-01-1881	44	Direito na Universidade de Coimbra (1906)	1923-02	1923-12	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana; PRP? Independente ?	Foi delegado da carbonária em Aveiro, conspirou activamente contra a Monarquia na região centro e deu um grande contributo para o sucesso da implantação da República em 1910 na Beira Litoral. Trabalhou como Conservador do Registo Predial de Santarém. Foi Governador Civil de Santarém (24-05-1915 a 13-12-1917). Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1911, por Aveiro, e deputado nas legislaturas de 1919, 1922, e 1925 pelo mesmo círculo, primeiro nas Listas do Partido Republicano Português (1911 e 1919) e	?

								depois nas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1922) e em 1925 como independente, com o apoio do Partido Republicano Português. Em 1921 foi candidato a deputado pelo círculo de Aveiro, não sendo eleito. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 aderiu à cisão protagonizada por Álvaro de Castro, aderindo ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana.	
Manuel Soares de Melo e Simas	Oficial de artilharia	10-07-1870	55	Curso de Artilharia na Escola Militar e curso na Escola Politécnica de Lisboa	1923-04	1934-08?	UR; Partido Reformista, Federação Nacional Republicana; PRN	<p>Estudou no Liceu da Horta em 1881. Frequentou o curso preparatório da arma de artilharia na Universidade de Coimbra (1887) e o curso de Artilharia na Escola Militar (1889). Posteriormente frequentou Escola Politécnica de Lisboa (1905), tendo-se especializado em Estudos Astronómicos.</p> <p>Assentou praça como voluntário no regimento de Infantaria n.º 23 em 27 de Novembro de 1889. Seguiu a carreira militar: praça, 1889; alferes, 1893; 2.º tenente, 1893; tenente, 1895; capitão, 1907; major, 1917; tenente-coronel, 1918; coronel, 1922; reserva, 1930. Serviu em várias unidades militares de Artilharia e participou na I Grande Guerra integrado no Corpo Expedicionário Português. Foi professor na Escola do Exército, contudo, foi na área da astronomia que teve maior projecção. Trabalhou no Observatório Astronómico da Tapada da Ajuda desde 1911. Em 1931 tornou-se subdirector desta instituição. Em 1912 deu a primeira lição na Universidade Livre sobre Astronomia. Na Academia das Ciências de Lisboa foi eleito membro correspondente em 1907 e membro efectivo em 1931, ocupando a cadeira 18 (Ciências Matemáticas). Integrou também a Sociedade Astronómica de Espanha e América e a Sociedade Astronómica de França de que foi um dos fundadores.</p> <p>Foi eleito senador pelo círculo da Horta em 1915. Em 1921 foi candidato a deputado por Ponta Delgada pela Federação Nacional Republicana, não sendo eleito.</p> <p>Esteve filiado na União Republicana, no Centro Reformista desde 1914 (vulgarmente designado de Partido Reformista) e na Federação Nacional Republicana desde 1919, fazendo parte dos seus corpos gerentes. Em Abril de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista com outros correligionários. Foi substituto do Directório do PRN desde o 2.º Congresso (1924-1935). Foi ministro da Instrução no governo nacionalista liderado por António Ginestal Machado, entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923. Publicou diversas obras no seu domínio da especialidade e colaborou com jornais e revistas: <i>Revista de Artilharia</i> (1906-1907); <i>Sociedade Futura</i>; <i>O Século</i>; <i>Diários dos Açores</i>; <i>Folha</i>; <i>O Fayalense</i>; <i>Gazeta de Notícias</i>; <i>O Telégrafo</i>.</p>	?
Mariano de Melo Vieira	Advogado	09-01-	40	Direito na Universidade	1923-02	1935-02	PRP; UR; PRL; PRN	<p>Foi o fundador do bi-semanário <i>Humanidade</i> de Coimbra e do <i>Voz do Povo</i>, (órgão da União Republicana no concelho de Oeiras). Foi o</p>	Oposição legal

		1885		de Coimbra (1909)				<p>director de <i>O Debate</i> (órgão do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista no concelho de Oeiras) e da <i>República Portuguesa</i> (órgão do Partido Republicano Nacionalista) e colaborador d'<i>A Lucta</i>, <i>República</i> e <i>Povo de Oeiras</i>.</p> <p>Iniciou a sua actividade partidária no PRP, passou em 1912 para a União Republicana, em 1919 para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Foi governador civil de Beja de 6 de Junho a 17 de Agosto de 1921. Em 1925 foi eleito deputado pelo PRN pelo círculo de Torres Vedras. Foi 2.º secretário da Câmara dos Deputados. Apresentou os seguintes projectos de lei em 1926: 7a, 44l. Fez parte, como vogal, do Conselho de Administração do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e presidiu à Sociedade Portuguesa de Instrução e Educação. Manteve uma oposição à Ditadura nas páginas d'<i>O Debate</i> até 1932. Pertenceu à Maçonaria, tendo feito parte do Supremo Conselho dissidente.</p>	
Mário de Magalhães Infante	Proprietário	30-11-1875	49	?	1923-02	1927-12	PRL; PRN; ULR	<p>Nasceu a 30 de Novembro de 1875 em Cantanhede. Era filho de Carlos Augusto Magalhães Infante e Maria Lúcia Pessoa Infante. Era proprietário e foi Tesoureiro da Fazenda Pública de Vila Franca de Xira em 1918-1919. Exerceu ainda as funções de vogal do Conselho Superior dos Seguros Sociais.</p> <p>Foi eleito deputado em 1921 e 1922, pelo círculo de Vila Franca de Xira, nas listas do Partido Republicano Liberal. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista e à União Liberal Republicana em Dezembro de 1927.</p>	?
Matias Boleto Ferreira de Mira	Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa	21-11-1875	49	Medicina, Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	1923-02	1925-07	UR; PRL; PRN; Independente	<p>Publicou uma vasta obra na área da ciência médica, didáctica e pedagogia. Colaborou em várias revistas nacionais e internacionais, como a revista <i>Seara Nova</i> e os jornais <i>A Lucta</i> (de que foi redactor principal de 1918 a 1922 e Director em 1922), <i>O Diabo</i> e <i>Diário de Notícias</i>. Era membro da Sociedade das Ciências Médicas, da Sociedade de Estudos Pedagógicos e presidiu à Sociedade Portuguesa de Biologia. Deu uma conferência na Universidade Popular em Lisboa em 10 de Outubro de 1934 sobre "Defesa contra a Tuberculose".</p> <p>Iniciou a sua actividade partidária na União Republicana. Em 1919 transitou para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Foi o relator das bases dum programa para o PRL. Em 1923 era presidente do Centro Republicano Liberal de Lisboa. Foi eleito sub-líder dos deputados do PRN em Março de 1923. Abandonou o PRN no final de Julho de 1925 conjuntamente com Ferreira da Rocha e Moura Pinto, na sequência do apoio ao Governo de António Maria da Silva. O Directório do PRN ainda tentou que ele regressa-se a este partido. No entanto, em Setembro de 1925 informou</p>	?

								António Ginestal Machado da sua decisão de não retornar ao PRN. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, uma vez por eleição e duas por comissão. Foi eleito deputado em 1921 e em 1922 pelo círculo de Santarém nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou em 1922: 27-B.	
Paulo da Costa Menano	Juiz	12-12-1881	43	Direito, Universidade de Coimbra	1923-02	1935-02?	PRE; PRL; PRN	Exerceu os cargos de delegado do Procurador da República nas comarcas de Castelo de Vide, Penela, Estremoz, Mafra, Covilhã e Lisboa, de juiz de Direito na ilha do Pico e nas comarcas de Fronteira e Lisboa e de Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa a partir de Novembro de 1922 até Dezembro de 1923. Em Junho de 1924 deslocou-se a S. Paulo para estudar a organização policial dessa cidade. À data do seu falecimento presidia a direcção da Companhia Eléctrica da Beira, que ajudou a fundar, e encontrava-se aposentado da carreira de Juiz de Direito. Integrou o Partido Republicano Evolucionista e aderiu em 1919 ao Partido Republicano Liberal. Foi eleito membro substituto do Directório do PRL no 3.º Congresso em Março de 1922. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Foi eleito substituto do Directório do PRN em 1923 e 1924. Foi eleito deputado pelo PRL nas legislaturas de 1921 e 1922 pelos círculos de Gouveia e Arganil. Foi o 2.º vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1922. Projectos de lei que apresentou em 1922: 84-D e 259-G; 1922-23: 380-B; 397-C , 437C e 566. Relator 1922: 152.	?
Pedro Góis Pita	Advogado	26-05-1891	34	Direito U. de Coimbra (1914)	1923-02	1935-02	PRP; PRRN; PRN	No domínio político, abandonou em 1920 a militância no Partido Republicano Português, para aderir ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, vindo depois a transitar em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista, de cujo Directório foi membro desde a sua fundação até à sua dissolução (1923-1935). Durante este período foi secretário do Directório, apresentando o relatório do Directório em todos os congressos do PRN. Tornou-se sub-líder do PRN na Câmara dos Deputados em 1926. Foi deputado nos anos de 1919 a 1926 (representando o Funchal em 1919, 1921 e 1922 e Castelo Branco em 1925). Desempenhou funções como ministro do Comércio e interino do Trabalho, entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923. Participou na campanha eleitoral do MUD, integrando a segunda Comissão Central do MUD, constituída a 10 de Novembro de 1945 durante uma reunião no Teatro Taborda. Participou ainda na campanha presidencial do general Norton de Matos, em que falou numa das sessões do salão da Voz do Operário, presidida pelo Prof. Barbosa de Magalhães, tendo o seu discurso originado a intervenção da autoridade. Apoiou o Bloco Académico Anti-Fascista na recolha de fundos para apoiar os presos políticos. Manteve ligações	Oposição legal

								permanentes com a corrente republicana de oposição ao Estado Novo, mas sempre num quadro de oposição legal e não violenta. Foi bastonário da Ordem dos Advogados (quatro mandatos sucessivos de 1957 a 1971). Durante este período desempenhou um papel importante na defesa dos presos políticos e na manutenção de uma certa autonomia da advocacia face ao Estado Novo.	
Rafael Augusto de Sousa Ribeiro	Funcionário Público	10-12-1886	38	?	1923-02	1935-02 ?	PRL; PRN	<p>Pertenceu ao Partido Republicano Liberal e ao Partido Republicano Nacionalista (1923-1935).</p> <p>Foi Governador Civil de Faro entre 31-10-1921 e 14-11-1921 e secretário dos ministros da Instrução Pública (entre 22 de Dezembro de 1921 e 4 de Fevereiro de 1922), da Justiça e Cultos (de 14 de Dezembro de 1922 a 16 de Novembro de 1923) e da Instrução Pública (de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924). Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Viana do Castelo nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Participou nas Comissões de Estatísticas, Obras Públicas e Minas.</p> <p>Foi preso em 14 de Junho de 1929 por ter feito algumas afirmações contra o Governo no café Martinho. Foi libertado a 15 Junho de 1929, tendo entregue no Governo Civil de Lisboa a quantia de 1000\$00 com destino à assistência. No Verão de 1930 voltou a ser preso no Aljube, tendo nessa ocasião escrito a António Ginestal Machado a solicitar o apoio do partido. Publicou um artigo sobre a necessidade de defender a imprensa republicana n' <i>O Debate</i>, a 1 de Junho de 1930. Pelo Decreto 25.317 Foi desligado do funcionalismo público por decisão do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935, com base no decreto 25317 de 13 de Maio de 1935. Em 1947 pertenceu ao MUD em Valença.</p> <p>Colaborou em vários jornais e publicou diversas obras.</p>	Oposição revolucionária
Raul Lelo Portela	Advogado	04-09-1888	37	Bacharel em Direito	1923-02	1926-03	PRE; PRL; PRN; ULR; ARS	<p>No final da Monarquia participou nas comissões de protesto antifranquistas. Passou pelo Partido Republicano Evolucionista (1911-1919) e pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923). Neste último partido foi eleito membro efectivo do Directório no 3.º Congresso em 1922. Em Fevereiro de 1923 ingressou no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926), tendo feito parte do seu directório entre 1923 e 1926. Neste último ano ingressou na União Liberal Republicana (1926-1931), onde foi 1.º secretário da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Vila Real. No verão de 1931 aderiu à Aliança Republicano-Socialista. Foi eleito deputado por Vila Real em 1919 e 1921 pelo PRL e em 1925 pelo PRN. Apresentou dois projectos de lei em 1926: 24c, 206B. Representava Vila Real no Parlamento quando, em 1919, se insurgiu contra as expropriações dos bens dos monárquicos. Foi Ministro da Justiça entre 30 de Agosto e 19 de Outubro de 1921, no gabinete formado por António Granjo. Enquanto foi ministro reuniu</p>	Oposição legal

								<p>todos os conselhos disciplinares do Ministério da Justiça no Conselho Superior Judiciário. Já na vigência da Ditadura, foi colaborador do periódico <i>O Sol</i>, propriedade do seu irmão Alberto Lelo Portela (Coronel). Durante o Estado Novo fez parte «oposição possível» dentro da legalidade, com particular empenho no domínio económico. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1909 na loja Estrela de Alva com o nome simbólico de João de Deus.</p>	
Ricardo País Gomes	Director geral da Administração Política e Civil	12-03-1868	57	Direito Universidade de Coimbra	1923-02	1928-01 ?	PRP; PRE; PRL; PRN	<p>Foi um dos mais importantes propagandistas da República em Viseu desde 1890. Em 1904 foi um dos fundadores do Instituto Liberal de Instrução e Recreio de Viseu e no ano seguinte participou na criação do Centro Democrático Republicano de Viseu. Em 1909-1910 fundou o centro Federal Republicano da Beira Alta.</p> <p>Filiado inicialmente no Partido Republicano Português (desde 1890), passou sucessivamente pelos partidos Evolucionista (PRE), Liberal (PRL) e Nacionalista (PRN). Foi presidente da Comissão Distrital Republicana de Viseu (1910).</p> <p>Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1899, no triângulo na 18, de Viseu, com o nome simbólico de Capmourdin.</p> <p>Foi candidato republicano nas últimas eleições durante a Monarquia em Agosto de 1910, não sendo eleito. Foi deputado por Pinhel na constituinte (1911), passando depois para o Senado. Foi vice-secretário do Senado (1913). Retomou o lugar nesta Câmara, como senador por Viseu, em 1915 e 1919. Regressou ao Senado, por Viseu, ainda em 1921 e, por Coimbra, em 1922 (PRL; PRN).</p> <p>Foi o primeiro governador civil de Viseu após o triunfo republicano (05-10-1910 a 12-07-1911). Ocupou a pasta da Marinha entre 19 de Julho e 20 de Novembro de 1920; entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921; e desde 30 de Agosto de 1921 até 19 de Outubro de 1921.</p>	?
Roberto da Cunha Baptista	Oficial de Artilharia	22-07-1874	51	Curso do Estado Maior	1923-02	1923-12	Partido Regenerador-Liberal, PRP; PRRN; PRN; Independente;	<p>Em termos partidários teve um percurso variado. Durante a Monarquia integrou o Partido Regenerador-Liberal. Após a implantação da República integrou o Partido Republicano Português. Em 1920 aderiu ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, sendo substituído do Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e a 18 de Dezembro do mesmo ano abandonou este partido para se tornar independente, mas próximo de Álvaro de Castro.</p> <p>Durante a Monarquia foi deputado pelo Partido Regenerador-Liberal (1908-1910) e ajudante do ministro Sebastião Teles (1909). Já durante a República colaborou com os «Jovens Turcos» e foi chefe de gabinete do ministro Pereira Bastos (1913-1914). Esteve preso em 1918. Foi Ministro da Guerra de 20 a 30 de Novembro de 1920. Foi candidato a deputado pelo PRRN pelo círculo de Viseu em 1921, não sendo eleito. Foi eleito</p>	Oposição legal

								senador por Viseu em 1922 pelo PRRN e em 1925 transitou para a nova legislatura, mantendo-se no Parlamento até ao seu encerramento a 31 de Maio de 1926. Aderiu ao Grupo de Estudos Democráticos em 1931.	
Rodolfo Xavier da Silva	Médico	09-07-1877	48	Medicina, Escola Médico-Cirúrgica	1923-02	1923-12	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana	<p>Iniciou a sua actividade política durante os estudos superiores, tendo ligações à Maçonaria e ao republicanismo. Aderiu ao Partido Republicano Português e em 1920 ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, tendo pertencido ao seu Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Fez parte da Comissão para elaborar o programa do PRN. Em Dezembro de 1923 abandonou o PRN e aderiu à Acção Republicana. Ainda fez parte do Directório do PRN liderado por Álvaro de Castro que se enfrentou ao Directório liderado por António Ginestal Machado em Dezembro de 1923.</p> <p>Ocupou o cargo de governador civil de Lisboa de 30 de Abril a 9 de Agosto de 1917. Em 1919 foi eleito deputado pelo círculo por Lisboa Ocidental. Em 1921 Foi candidato a deputado pelo PRRN no círculo de Alcobaça, não sendo eleito. No entanto, viria a ser eleito senador por Moçambique pelo PRRN em 1922.</p> <p>Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 30 de Março e 28 de Junho de 1919. Foi novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 8 de Março e 26 de Junho de 1920. Representou a o Grupo Parlamentar de Acção Republicana, enquanto Ministro do Trabalho (de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924) e enquanto Ministro da Instrução (de 15 de Fevereiro a 1 de Julho de 1925).</p> <p>Faleceu em Lisboa, em 3 de Abril de 1955. Alguns membros da Esquerda Republicana estiveram presentes no seu funeral, entre eles, um representante de José Domingues dos Santos.</p>	Oposição legal
Silvestre Falcão	Médico	29-06-1866	59	Medicina, Universidade de Coimbra	1923-02	1927-03	PRP; UR; PRL; PRN	<p>Fez parte do comité académico, em Coimbra, que colaborou na revolta de 1891. Iniciou a actividade política no PRP. Fez parte do «Bloco» em 1911, aderiu depois à União Republicana, onde desempenhou diversos cargos. Em 1919 aderiu ao Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista.</p> <p>Foi Provedor da Misericórdia de Tavira e Governador Civil de Coimbra de 30 de Junho de 1911 a 4 de Dezembro de 1911. Foi empossado como ministro do Interior a 12 de Novembro de 1911, pasta que ocupou até 16 de Junho de 1912. Em Fevereiro de 1912, institucionalizou o 1.º selo branco em Portugal. Foi deputado por Faro em 1921 e senador pela mesma cidade, entre 1922 e 1926.</p>	?
Tomé José de Barros Queiroz	Conselho de Administração da Companhia	02-02-1872	53	Escola Elementar do Comércio	1923-02	-	PRP; UR; PRL; PRN	<p>Foi primeiramente aprendiz de oficina e marçano. Em 1887 empregou-se como caixeiro na Casa José de Oliveira (candeeiros e canalizações). Depois de uma aprendizagem como autodidacta inscreveu-se nas aulas nocturnas da Escola Elementar do Comércio (1894-1897). Na Casa José</p>	-

de Caminhos de Ferro Portugueses																					<p>de Oliveira foi ascendendo, desde empregado a comerciante, passando de caixeiro a gerente (1891), depois a sócio do mesmo estabelecimento (1902), até alcançar a propriedade da loja de candeeiros em Lisboa (1911). Viria a ser proprietário único da referida firma. Sempre ligado à actividade comercial, fez incursões na área da imprensa, fundando A Voz do Caixeiro e colaborando n' O Caixeiro. Na primeira década da I República foi redactor assíduo do jornal <i>A Lucta</i>, o jornal dirigido por Brito Camacho. Fundou o "Centro Nocturno da Associação dos Caixeiros" para que estes pudessem estudar. Foi presidente da Associação Comercial de Lisboa em 1913. Foi Membro de várias comissões de sindicância e reforma dos serviços públicos, desempenhou os cargos de director da Companhia do Boror, de director e co-fundador da Companhia de Seguros «Mutualidade Portuguesa», e de vogal, vice-presidente e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (de Dezembro de 1910 a Maio de 1926). Publicou a seguinte obra: Apontamentos para o estudo dos impostos proporcional e progressivo, Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1917. Pertenceu à direcção central de todos os partidos onde militou: no Partido Republicano Português, a que aderiu em 1888, inscrevendo-se no Centro de Fraternidade Republicana do Pátio do Salema, chegando a ser co-director do mesmo (1889), esteve associado ao Grupo Republicano de Estudos Sociais (1896), foi membro da comissão instaladora do Centro de S. Carlos e presidente da comissão paroquial do PRP de Santa Justa. No final da Monarquia foi presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa e membro da vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa (substituto em 1908 e efectivo entre 1909-1911). No dia 5 de Outubro de 1910 proclamou a República em Sintra, em nome da Junta Revolucionária. Filiou-se posteriormente na União Republicana, onde se manteve entre 1911 e 1919, integrou, durante esse período, o respectivo Directório. No Partido Republicano Liberal, para onde passou em 1919, presidiu ao Directório desde aquele ano e liderou o grupo parlamentar até Julho de 1922. Finalmente, aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista, onde chefiou a bancada parlamentar. Após a implantação da República ingressou no ministério das Finanças, onde foi presidente do conselho disciplinar, secretário e secretário-geral da Fazenda Pública, sendo de sua autoria a reforma tributária de 1911. Nesse ano presidiu à comissão de reforma aduaneira e de serviços fiscais. Iniciou a sua carreira parlamentar como deputado da constituinte, eleito no círculo de Torres Vedras (1911-1915). Esse círculo englobava Torres Vedras, Lourinhã, Sintra e Cascais, entre outros locais, tendo obtido 7609 votos. Nessa legislatura alcançou a vice-presidência da respectiva Câmara (1912) e destacou-se com a formulação de um parecer sobre lei</p>
----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

								de receita e despesa de 1912-1913. Após o Sidonismo regressou à actividade parlamentar, sendo eleito deputado por Lisboa oriental (1919 e 1921). Em 1922 voltou a ser eleito para a Câmara dos Deputados, desta vez pela Horta. Em 1925 seria novamente eleito por Lisboa oriental. Renunciou ao mandato de deputado em Junho de 1924. Integrou o elenco governativo, pela primeira vez, como ministro das Finanças, entre 15 de Maio e 18 de Junho de 1915. Tornou ao executivo, agora como Ministro interino da Agricultura e da Instrução Pública entre 23 e 24 de Maio de 1921 e chefe do governo e ministro das Finanças, entre 23 de Maio e 30 de Agosto de 1921. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1912 na loja Acácia com o nome simbólico de Garibaldi. Foi convidado a candidatar-se à Presidência da República, no final de 1925, mas recusou.	
Vasco Gonçalves Marques	Médico	29-08-1877	48	Licenciado em medicina	1923-02	1926-03	PRP; PRRN; PRN; ULR	Integrou o Partido Republicano Português (?-1920), o Partido Republicano da Reconstituição Nacional (1920-1923), o Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) e a União Liberal Republicana (1926-?). Foi chefe de gabinete do ministro do interior, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, num governo também presidido por este republicano (29-06-1919 a 15-1-1920). Foi eleito senador pelo Funchal em 1915-17, 1919-21, 1921, 1922-25 e 1925-26. Exerceu, de Abril de 1912 a Dezembro de 1913, as funções de administrador do concelho do Funchal. A partir de Janeiro de 1914 ocupou o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal, cargo de que foi demitido durante o Sidonismo e a que voltou após o fim deste regime. Foi Presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial do Funchal e director de <i>O Liberal</i> . Auxiliou Cunha Leal a fugir do Funchal para Londres em Dezembro de 1930.	Oposição legal
Virgílio da Conceição Costa	Engenheiro-chefe da Repartição de Estatística e Informações do Ministério do Comércio	17-10-1889	36	Engenharia, IST	1923-03	1935-02 ?	PRE; «Governamental»; Independente; PRN	Foi um dos primeiros alunos do Instituto Superior Técnico, matriculado em 1911/1912, completou o curso de Engenharia em 1930/1931. Trabalhou na Direcção dos Serviços da Carta Agrícola e na 1.ª Direcção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa. Foi engenheiro-chefe da Repartição de Estatística e Informações do Ministério do Comércio e professor de Física e Mecânica das Escolas Industriais. Em 1919 foi eleito deputado pelo círculo de Elvas nas listas do Partido Republicano Evolucionista e, em 1922, por Aveiro nas Listas dos «governamentais» de Cunha Leal. Depois de algum tempo como independente ingressou em Março de 1923 no Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1922: 376c. 1922-23: 397d. Relator: 1922-23: 561. Foi preso preventivamente em Junho de	?

								1922, em virtude de ser acusado de ter estado envolvido no 19 de Outubro, é no entanto, defendido por Cunha Leal.	
Viriato Gomes da Fonseca	Oficial de Artilharia	13- 12- 1863	62	Curso de Artilharia na Escola do Exército	1923-02	1923- 12	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana	Desempenhou diversos cargos militares e políticos em Cabo Verde e na Guiné: Comandante Militar da Ilha de S. Vicente em 1904; chefe da Repartição de Agrimensura; Comandante da Artilharia na Campanha da Guiné, nas chamadas «guerras de pacificação» contra os povos indígenas (1907-1908); Chefe do Estado-Maior da Província da Guiné; Director das Obras Públicas na Guiné; presidente da Câmara Municipal do Mindelo; administrador do concelho e presidente da Comissão Municipal da ilha de S. Antão (1909). O abastecimento de água à Vila da Ponta do Sol, o estudo das levadas e um levantamento topográfico do Concelho do Paul, são algumas das obras mais salientes que realizou na Ilha de Santo Antão (Dezembro de 1910 a Novembro de 1912). Na metrópole fez parte dos Serviços Geométricos de Cadastro (brigada do Alentejo) e do Instituto Geográfico Cadastral. Fez vários estudos sobre cadastro da propriedade rural. Pertenceu ao Conselho Colonial. Presidiu à Comissão Central de Vencimentos, que funcionou de 1923 a 1925. Foi eleito deputado em 1919 e 1922 (proclamado a 18-5-1922) pelo círculo de Cabo Verde. Fez parte do Partido Republicano Português, do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), do Partido Republicano Nacionalista (1923) e da Acção Republicana (1924-1925). Abandonou o PRN em Dezembro de 1923, após a cisão de Álvaro de Castro.	?

Eugénio Rodrigues Aresta



Nasceu em Moura em 23 de Maio de 1891. Era filho de Manuel Aresta Jorge e Inácia Rodrigues Acabado Aresta. Casou com Adelina Emília Borges. Efetuou os estudos secundários no liceu de Évora e transitou para a Escola do Exército (Curso de Infantaria - 1913), seguindo infantaria (praça, 1909; alferes, 1914; tenente, 1917; capitão, 1919). Oficial instrutor de Metralhadoras pesadas da Escola Militar foi, também adjunto à comissão técnica da Arma de Infantaria. Em 1915 fez parte da Coluna Expedicionária enviada a Angola sob o comando do General Pereira d'Eça Coutinho, na qual manteve contacto com o então tenente-coronel Sousa Dias. Esta coluna teve como principal missão ocupar a região do Cuanhama. Em 22 de Fevereiro de 1917, após ter regressado à metrópole é enviado para França integrado no Corpo Expedicionário Português. Manteve-se na Flandres até ao Armistício. A sua coragem e heroísmo no campo de batalha valeram-lhe várias distinções militares, de entre as quais se destacam a Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito, Cruz de Guerra de 2.º e 4.º Classe, Ordem Militar de Avis e Medalha de Ouro do Valor Militar. Participou na revolução do Porto em Fevereiro de 1927. Ausentou-se sem licença desde 3 de Fevereiro de 1927 e finda a revolta ficou preso na casa de reclusão 1 da Região Militar. No dia 8 de Fevereiro foi enviado para o paquete Infante Sagres e nesse dia separado do serviço. Foi deportado para S. Tomé só regressando no final de 1927. Foi reintegrado no serviço activo do exército nos termos do art. 4 seus 2 e 3 do D. N.º 18252 de 26 de Abril de 1930. Colocado na reserva em 1937. Foi amnistiado nos termos do decreto n.º 21140 de 9 de Abril de 1932. Formou-se em Ciências Filosóficas na Universidade do Porto nos anos vinte. Entre 1928 e 1932 passou a exercer a docência no ensino secundário até que, em 1933 foi reintegrado no Exército como Capitão do Quartel-General da 1.ª Região Militar. Em 1937 passou voluntariamente à reserva e dedicou-se exclusivamente à docência nos Colégios Almeida Garret e João de Deus dado que lhe estava vedado o acesso à docência universitária e ao ensino secundário oficial. Foi um dos maiores discípulos da chamada Escola Filosófica Portuense liderada por Leonardo Coimbra. Publicou diversos manuais para o liceu, um romance sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial (*A Guerra de Sempre* - 1920) e pertenceu ao Conselho de Administração da Renascença Portuguesa.

Em termos partidário integrou-se na União Republicana de Brito Camacho, tendo transitado para o Partido Republicano Liberal (1919) e para o Partido Republicano Nacionalista (1923). Foi eleito deputado por Beja nas legislaturas de 1921 e 1922. Integrou no Congresso as comissões de Guerra e Colónias. Projectos de Lei 1922: 6-H, 14-E, 36-F; 72-C, 103-H, J, H, L, 115-E, 208-G; 236-D. Relactor 1922: 7,11,13,22,132. Solicitou a renúncia ao mandato de deputado em 20-11-1923, tendo o presidente da Câmara dos Deputados realizado *demárches* para demovê-lo desta decisão. Esta decisão deveu-se à morte da sua única filha com 28 meses no verão de 1923. Foi colaborador d' *A Luta*, do *República* e de alguns jornais do Baixo Alentejo nos anos vinte. Em 1926 a Loja *Progrebior* do Porto concedeu-lhe o grau de mestre Maçon pelo Oriente Lusitano Unido. Na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926, passou à oposição. Participou activamente na preparação e execução da revolta de 3 de

Fevereiro no Porto. O fracasso da revolta valeu-lhe a exoneração de oficial do exército e a deportação por mais de um ano em S. Tomé em conjunto com os outros líderes do 3 de Fevereiro (Sousa Dias, Fernando Freiria, entre outros). Em 1927 foi redactor do jornal clandestino «O Constitucional». Até ao início dos anos trinta esteve com residência fixa no norte de Portugal. Participou no Movimento de Unidade Democrática (MUD), na campanha do presidencial de Norton de Matos e no I Congresso Colonial Português (1934), tendo feito parte da sua Comissão Executiva.

Faleceu no Porto, a 24 de Agosto de 1956.

Filomeno da Câmara Melo Cabral



Filomeno da Câmara de Melo Cabral nasceu a 10 de Fevereiro de 1873, em Ponta Delgada, onde tinha fortes laços familiares às mais influentes famílias da ilha de São Miguel. Era filho de Filomeno da Câmara Melo Cabral, médico, professor de Medicina e reitor da Universidade de Coimbra (1919-1921), e de Maria Ana Portocarrero da Câmara. Filomeno da Câmara teve duas irmãs. Casou com Maria Amália Correia Possolo Gama Noronha, de quem teve um filho, Filomeno de Noronha Melo Cabral da Câmara. Com Elvira Adelaide de Bolhões Maldonado, ao tempo em Luanda, teve uma filha, Maria Augusta da Câmara Gomes.

Alistou-se na Armada a 8 de Novembro de 1890, prosseguindo carreira neste braço armado. Foi promovido a guarda-marinha em 1893, a segundo-tenente em 1895, a primeiro-tenente em 1902, a capitão-tenente em 1915, a capitão-de-fragata em 1917 e a capitão-de-mar-e-guerra em 1929. Em 1931, com o posto de comodoro, comandou 10 navios em manobras liderados pelo Guadiana. Em 1934, à data da sua morte, desempenhava as funções de Chefe de Estado Maior Naval.

Na sequência da Implantação da República foi nomeado Governador da Província de Timor. Manteve-se neste cargo, nos períodos de 1911 a 1913 e de 1914 a 1917. Durante o seu primeiro mandato conseguiu a pacificação pela força da região do Manufai.

Durante o «Sidonismo», entre 1918 e 1919, desempenhou o cargo de governador de Angola, tendo como secretário António Ferro. De 1920 a 1925 esteve ao serviço da Companhia de Moçambique. Entre 28 de Agosto de 1926 e 6 de Março de 1927 esteve em Angola na administração da Companhia do Amboim.

Em 24 de Novembro de 1928 foi nomeado alto-comissário de Angola, tendo partido para esta colónia em 19 de Janeiro de 1929. Foi destituído do cargo em Março de 1930 após uma revolta contra a sua administração, que causou a morte ao seu chefe de Gabinete, Morais Sarmento. Regressou a Lisboa a 25 de Abril de 1930.

Detinha as comendas de Torre e Espada, de Cristo e de Avis.

Iniciou-se na política na União Republicana (1912-1919), onde transitou para o Partido Republicano Liberal (1919-1923) e para o Partido Republicano Nacionalista (1923-1926). Foi eleito para o Directório do PRN, após o 4.º Congresso em Março de 1926. Não acompanhou a dissidência liderada por Cunha Leal. Mas, afastou-se do PRN em carta enviada ao Directório, após ter sido nomeado Ministro das Finanças a 19 de Junho.

Era um republicano heterodoxo, defensor do presidencialismo e da Ditadura. Próximo de várias individualidades monárquicas e contrárias do regime republicano vigente. Foi um dos impulsionadores da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, sendo presidente da Direcção-Geral até Abril de 1926. Em finais de Março de 1926 pediu a demissão de presidente da direcção geral da Cruzada Nuno Álvares Pereira por ter passado a pertencer ao Directório do PRN e por ter iniciado os preparativos de um novo movimento revolucionário. Envolveu-se em diversas iniciativas nacionalistas como a *Acção Nacional* (1922-1924), que agrupava diversas individualidades da direita

portuguesa, num projecto de regeneração da Pátria e de defesa de um governo de competências.

Ganhou protagonismo político pelo envolvimento em diversas acções conspirativas durante a I República. Em Agosto de 1924 foi absolvido pelo Tribunal da Marinha (defendido por Cunha Leal), por ter aliciado diversos comandantes para um movimento revolucionário. Em conjunto com Raul Esteves e Sinel de Cordes, chefiou o movimento de 18 de Abril de 1925 contra o governo. Preso e julgado, acabaria absolvido pelo Tribunal instalado na Sala do Risco do Arsenal da Armada em Setembro de 1925. Pelo decreto de 6 de Maio de 1925 foi separado do serviço pelo seu envolvimento no golpe do 18 de Abril de 1925. Em Novembro de 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Ponta Delgada nas Listas do Partido Republicano Nacionalista, com o apoio dos grupos Regionalistas. Projectos de lei em 1926 na Câmara dos Deputados: 5e, 5f, 5j. Relator 1926: 57, 58, 61, 103.

Foi um dos organizadores do golpe militar de 28 de Maio de 1926, alinhado com a facção conservadora do general Sinel de Cordes, no seguimento do qual vem a integrar o governo do general Gomes da Costa, à frente da pasta das Finanças, que exerce entre 19 de Junho e 9 de Julho de 1926. Foi afastado do governo pela acção da facção liderada por Óscar Carmona.

Em 12 de Agosto de 1927 esteve envolvido com Fidelino de Figueiredo num golpe revolucionário da direita radical, conhecido por «golpe dos fífis». Esta revolução pretendia fortalecer o autoritarismo da Ditadura Militar, aproximando o novo regime dos ideais da direita europeia que tinham sido difundidos pela Cruzada Nun'Alvares e eventualmente seleccioná-lo como ditador carismático. Foi preso e enviado a 15 de Agosto de 1927 para São Tomé e depois para Angola. Por determinação do governo regressou à metrópole em Junho de 1928.

Falecer a 27 de Janeiro de 1934. No seu funeral participam algumas individualidades da Ditadura Militar (Ivens Ferraz e Domingos de Oliveira), representantes do governo e ninguém da oposição.

Francisco Cruz



Nasceu a 31 de Agosto de 1883 na Freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha, filho de Tomás da Cruz e Rosa Maria da Cruz. O seu pai era proprietário da firma de serração Thomaz da Cruz & Filhos, que tinha a sua sede na Praia do Ribatejo, com fábrica de serração a vapor. Abriu sucursais em Caxarias (Ourém), Carriço (Pombal) e Pampilhosa (Mealhada).

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1908. Foi um dos intransigentes da greve académica de 1907. Foi advogado e industrial, administrando a firma do seu pai. Foi um grande benemérito na sua terra, tendo oferecido, juntamente com o seu irmão Joaquim da Cruz (primeiro Presidente da Câmara Municipal de Mealhada após a implantação da República), o terreno para a construção da escola primária do Entroncamento.

Em 1925 ainda continuava solteiro e vivia na Praia do Ribatejo. Posteriormente casou Luísa de Jesus Franco da Cruz, natural da Igreja, Arraiolos. O casal não deixou descendência, pelo que deixou parte da sua fortuna pessoal para a constituição da Fundação Dr. Francisco Cruz, na Praia do Ribatejo. Francisco Cruz deixou em testamento, elaborado em Évora, no dia 1 de Julho de 1961, todos os seus bens situados nos concelhos de Tomar e Vila Nova da Barquinha, bem como todo o seu dinheiro, à Fundação Dr. Francisco Cruz. Esta instituição presta apoio domiciliário e detém um Lar para idosos, tendo sido fundada em 10 de Junho de 1966.

Francisco Cruz foi um propagandista da República, pertenceu à Maçonaria na Loja de Coimbra e à Carbonária, assim como aos Centros Republicanos de Coimbra e Anadia. Em termos partidários iniciou-se no PRP, passou pelo PRE (1912-1919), pelo PRL (1919-1923) e pelo PRN (1923-1935). Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo de Torres Novas (1911). Nas legislaturas da 1915 e 1919 voltou à Câmara dos Deputados pelo círculo de Tomar nas listas do Partido Republicano Evolucionista. Em 1921 e 1922, pelo mesmo círculo, foi eleito pelo Partido Republicano Liberal. Em 1925, já no PRN, foi eleito pelo círculo de Elvas. Fez parte, como vogal, do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado.

Faleceu em Lisboa, a 30 de Junho de 1965.

Francisco Pinto Cunha Leal



Nasceu em Pedrógão (concelho de Penamacor), em 22 de Agosto de 1888. Era filho de José Pinto da Cunha (pequeno proprietário e funcionário público) e de Maria da Piedade de Carvalho. Casou com Maria José Videira (filha de um advogado de Luanda) no ano de 1914.

Estudou em Alcaide (Fundão), terra da mãe e onde residiu durante a infância e em Castelo Branco, onde iniciou os estudos secundários no Liceu local (1899). Posteriormente mudou-se para Lisboa, cidade onde concluiu o liceu (1900-1905), cursando em seguida a Escola Politécnica (1905-1908). Formou-se em 1912 como engenheiro civil na Escola do Exército (1908-1912).

Fez carreira de oficial do exército (alferes, 1912; tenente, 1913; Capitão, 1917), integrando o Serviço de Torpedeiros (1912-1913) e a Escola Prática de engenharia de Tancos (1913-1914). Esteve em Angola entre 1914 e 1916 como Engenheiro-Director da Direcção das Obras Públicas de Angola e posteriormente participou na Grande Guerra (1917-1918) em França. De regresso da frente de combate em Março de 1918 foi nomeado Director Geral dos Transportes Terrestres por iniciativa de Machado Santos. Em Abril de 1919 foi empossado no cargo de Director Geral da Estatística, cargo que ocuparia até Fevereiro de 1922. Nesse mesmo mês solicitou a passagem, como militar, a licença ilimitada. Foi reitor da Universidade de Coimbra entre Agosto de 1924 e Abril de 1925 (nomeação - decreto de 16-8-1924; exoneração - decreto de 22-4-1925). Foi nomeado vice-governador do Banco Nacional Ultramarino (1925-1926) e engenheiro consultor da C.P.. Renunciou à vida militar em 17 de Junho de 1926, na sequência do afastamento de José Mendes Cabeçadas do governo da Ditadura.

Associou-se em Março de 1918 no Partido Centrista Republicano, que se integrará no mês seguinte no Partido Nacional Republicano. Posteriormente foi filiado no Grupo Parlamentar Popular/Partido Republicano Popular (1919-1921), no Grupo Parlamentar Governamental/independente (1921-1922), no Partido Republicano Liberal (14 de Maio de 1922 - Fevereiro de 1923), no Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro de 1923-Março de 1926) de cuja bancada na Câmara dos Deputados foi sub-líder (1923-1924) e líder (1924; 1925; 1926). Foi membro do Directório do PRN entre 1923 e 1926. Abandonou o IV Congresso do PRN, para fundar e chefiar, em Março de 1926, a União Liberal Republicana. Neste partido foi Presidente da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Castelo Branco.

Manteve uma actividade regular na imprensa, tendo dirigido o jornal estudantil «Avante» (1910), colaborador de «O Intransigente» desde 1911, director de «O Popular» (1920), de «O Século» (29-10-1922 a 16-03-1923) e fundador e director de «A Noite» (1926), órgão da União Liberal Republicana. Foi ainda director da revista «Vida Contemporânea» (1934-1935 e 1936).

Assumiu o lugar de deputado pela Covilhã (1918-1919), por Angola (1919-1921 e 1921-1922), por Chaves (1922-1925) e (1925-1926). Projectos de lei 1922: 3P, 6t, 60 e 236-C; 1923-24: 764, 809D e 811-C; 1924-1925: 967. Chefiou a revolução de Santarém, em 1919, em virtude da qual foi preso. Sobraçou no ano seguinte a pasta ministerial das Finanças, entre 20 e 30 de Novembro de 1920, e, novamente, desde esta

última data até 2 de Março de 1921. Protector de António Granjo e, por isso, ferido durante a «Noite sangrenta» (19 de Outubro de 1921), viu a sua popularidade subir em flecha. No final de 1921 retomou ao executivo, acumulando a Presidência do governo com a pasta do Interior (entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922). Fez uma última passagem pelo elenco governamental, de novo como ministro das Finanças, em 1923 (de 15 de Novembro a 18 de Dezembro) num governo do Partido Republicano Nacionalista. Passou a defender o estabelecimento de um regime ditatorial transitório como forma de regeneração da República. Participou na conspiração que levou à revolta militar de 18 de Abril de 1925, tendo sido preso durante alguns dias. Defendeu os implicados nesta intentona no Tribunal Militar. Apoiantes do «28 de Maio de 1926», continuou por alguns anos a ocupar cargos públicos: foi nomeado delegado de Portugal à Conferência Económica Internacional de Genebra (1927), integrou o Comité Consultivo Económico da Sociedade das Nações (1928), e desempenhou as funções de governador do Banco de Angola (1926 e 1927-1930). Tornou-se inimigo de Salazar desde o início de 1930 por discordar da sua política para as Colónias e por ter escrito três livros tidos por ofensivos ao Ministro das Finanças e Colónias, tendo sido preso em sua casa às 21 horas do dia 21 de Maio de 1930, de onde foi levado para o Aljube. Foi exilado nesse mês em Ponta Delgada, nos Açores, (foi enviado no dia 26 na canhoneira Damão) e em Outubro partiu para o Funchal (Madeira), tendo conseguido evadir-se em 5 de Dezembro de 1930 antes de ser transferido para as Flores (Açores). Fixou-se em Espanha, em particular na Galiza. Regressou a Portugal após a amnistia de 5 de Dezembro de 1932. Após ter realizado um almoço comemorativo da revista «Vida Contemporânea» no dia 5 de Maio de 1935 voltou a ser preso e partiu para novo para o exílio em Espanha (1935-1937). Foi preso em 7-5-1935 e foi acompanhado pela polícia à fronteira (art. 45 do dec. 23203 de 6-11-1933) e proibido de residir em território nacional durante dois anos a contar de 6-5-1935. Nas últimas décadas de vida, distinguiu-se entre os maiores opositores ao Estado Novo, participando em diversas iniciativas políticas e eleitorais, sendo preso novamente em 1952. Em 1958 perfilou-se como candidato à Presidência da República apoiado pela Oposição Democrática, mas desistiu por razões de saúde, tendo apoiado Humberto Delgado. Presidiu o Directório da Acção Democrático-Social (1965-1970).

Tem uma vasta obra sobre assuntos políticos e económicos.

Faleceu em Lisboa, a 26 de Abril de 1970.

Francisco Xavier Anacleto da Silva

Nasceu a 19 de Agosto de 1885 em Macau. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Foi delegado do Procurador da República em Macau. Ocupou diversas funções na sua terra natal: administrador do concelho; membro do Conselho Legislativo do território; membro e presidente, em algumas ocasiões, do Leal Senado de Macau.

Iniciou a sua actividade política como independente. Aderiu ao Partido Republicano Liberal em Novembro de 1922 e ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923. Em 28 de Maio de 1923 abandonou o PRN, voltando à condição de independente.

Fez parte do Senado da República nas legislaturas de 1922 e 1925, representando o território de Macau.

Henrique Ferreira de Oliveira Brás



Nasceu a 9 de Fevereiro de 1884 em Angra do Heroísmo. Era filho de José Joaquim de Oliveira Brás e Bernardina Brasil de Oliveira Brás.

Estudou em Angra do Heroísmo, frequentando o Liceu Nacional, mas apenas concluiu o curso complementar dos liceus em Lisboa. Enquanto estudante liceal em Angra do Heroísmo, colaborou no periódico estudantil *Vida Académica* e publicou um livro de versos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1909, onde se distinguiu pela sua participação na comissão que organizou a greve académica de 1907 e pela sua militância no grupo estudantil designado por *intransigente*. Participou em conferências e comícios, nos quais se revelou um orador de mérito, colaborou no periódico *Alma Académica* e dirigiu a *Revista Atlântida* de Coimbra. Foi redactor de jornais como *A República* e *A Defesa*, colaborando ainda em *A Lucta*. A experiência estudantil em Coimbra levou-a a desenvolver um apego ao republicanismo democrático que o marcaria profundamente.

Terminado o curso fixou-se em Angra do Heroísmo passando a exercer a advocacia e o notariado, sendo director da secretaria notarial daquela cidade. Também se dedicou à docência, pertenceu ao corpo docente do Liceu Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, ao jornalismo, à investigação histórica e à política, sendo conhecido pelos seus dotes de oratória.

Como escritor, dedicou-se à poesia e à literatura de viagens, relatando impressões das suas viagens pela Europa. Foi contudo no campo da historiografia, com destaque para o estudo das viagens de açorianos no Atlântico Norte e da sua participação no descobrimento da América que conseguiu maior projecção. Também se dedicou à história local, publicando um estudo sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Angra do Heroísmo, que intitulou *Ruas da Cidade*, obra que se mantém como o mais importante estudo sobre o tema. Obras Principais: (1912), *Vagidos (primeiros versos)*. Angra do Heroísmo, Sousa e Andrade; (1934), *Longe do meu horizonte: Crónicas de viagens*. Angra do Heroísmo, Tip. Medina; (1943), *José Fernandes Lavrador*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira; (1944), *A descoberta da Terra Nova do bacalhau*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira; (1945), *A propósito da descoberta pré-colombiana de terras da América*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira [polémica com Duarte Leite]; (1947), *Ruas da Cidade (notas históricas e anedóticas. Subsídios para a toponímia da cidade de Angra)*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira. (1985), *Ruas da Cidade e outros escritos*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira [compilação dos seus principais trabalhos].

Logo após a implantação da República Portuguesa foi nomeado governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, cargo que exerceu de 5 de Outubro de 1910 a 17 de Fevereiro de 1912. Ainda no plano da política local, foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e em 1918 presidiu interinamente à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.

Em termos partidários iniciou-se no Partido Republicano Português (?-1912), passando posteriormente pela União Republicana (1912-1919), pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923) e pelo Partido Republicano Nacionalista (1923-?)

Foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo nas eleições suplementares de 1913 e, em 1919, nas listas da União Republicana. Em 1921 e em 1925 foi eleito para o Senado pelo mesmo círculo, primeiro nas listas do Partido Republicano Liberal e posteriormente nas listas do Partido Republicano Nacionalista.

Desempenhou funções de chefe de gabinete de António Granjo, quando este foi Presidente do Ministério em Julho de 1920.

Integrado no republicanismo moderado, com o fim da Primeira República e a consolidação do Estado Novo, abandonou a actividade política e dedicou-se à cultura e à investigação histórica, revelando-se um notável conferencista. Foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico da Ilha Terceira, instituição criada em 1942 aproveitando a norma do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes que permitia a subsidiação a agremiações de cultura. Foi agraciado com o grau de comendador da Ordem de Leopoldo da Bélgica.

Morreu nas Furnas (Povoação, São Miguel) em 11 de Agosto de 1947.

Hermano José de Medeiros



Nasceu a 23 de Agosto de 1874 na Povoação, ilha de São Miguel. Era filho de José Francisco de Medeiros Correia e de Maria dos Anjos Medeiros.

Estudou no Seminário de Angra do Heroísmo e formou-se em Medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa.

Foi médico-cirurgião assistente, professor da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Cívicos de Lisboa, chefe da 6.ª secção do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de São José e director-geral dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Emigrou durante algum tempo para o Brasil, tendo trabalhado no Rio de Janeiro. Em 1922 fixou-se temporariamente em Ponta Delgada, onde abriu consultório.

Foi eleito deputado em quatro legislaturas, sempre pelo círculo de Ponta Delgada: nas legislaturas de 1915 e 1919 foi eleito nas listas da União Republicana e, em 1921 e 1922, nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei apresentados em 1924-1925: 833-A; 835-R. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista, tendo participado no I e no III Congresso deste partido. Em 1925 candidatou-se de novo a deputado por Ponta Delgada, pelo Partido Republicano Nacionalista. No entanto, não foi eleito. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, no pelouro de regas e limpezas e candidato pelo PRL em 1922. Em termos partidários depois de passar pela União Republicana, pelo PRL e pelo PRN ingressaria na ULR em Março de 1926.

Fez parte da Junta Consultiva e foi presidente da Comissão Executiva da Cruzada Nuno Alvares Pereira até 30 de Janeiro de 1923. Em Janeiro de 1923 reuniu, em sua casa, uma comissão encarregada de estudar a possibilidade de constituir um Ministério Nacional, com o apoio e colaboração dos Partidos. Por esse motivo informou a direcção da Cruzada que como presidente da dita comissão desistia de os acompanhar nesses e em quaisquer trabalhos.

Faleceu em 18 de Maio de 1926 em Lisboa

Jaime António da Palma Mira



Nasceu a 28 de Maio de 1885 em Albernoa, concelho de Beja. Era filho de José Francisco Mira professor primário em Aldeia Nova de S. Bento e posteriormente administrador das propriedades da sua esposa Maria Isabel Palma Mira.

Casou em Beja em 9 de Setembro de 1912 com Maria de Mello Garrido. O casal teve dois filhos: Palmira Vitória Rosa Garrido Palma Mira Delgado e Jaime Garrido Palma Mira.

Cursou a escola primária em Albernoa, com o professor Ventura e posteriormente frequentou o Liceu de Beja. Cursou primeiramente Filosofia, mas acabou por formar-se em Medicina na Universidade de Coimbra em 26 de Julho de 1913, com quinze valores.

Exerceu medicina em Beja entre 1913 e 1947. Foi mobilizado pelo CEP em 1917-1918.

Aderiu ao Republicanismo em Coimbra, tendo-se inscrito na União Republicana. Foi Presidente da Comissão Distrital de Beja da União Republicana. Aderiu posteriormente ao Partido Republicano Liberal, sendo eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922, no 3.º Congresso do PRL. Em 1923 aderiu ao PRN. Fez parte da Comissão Organizadora do Partido Republicano Nacionalista no Distrito de Beja em 1923 e foi Presidente da Comissão Distrital de Beja do PRN em 1925.

Foi Governador Civil de Beja entre 28-7-1920 e 15-4-1921. Foi eleito deputado pelo círculo de Beja em 1925 pelo PRN. Projecto de lei que apresentou em 1926: 194-A. Foi-lhe concedido o título de médico honorário do Montepio Bejense. Costumava veranejar com a família de Brito Camacho em Monte Gordo. O bispo de Beja frequentava a sua casa, sendo a sua família muito devota, embora ele não fosse católico praticante.

Embora tenha dado apoio ao “Movimento do 28 de Maio”, como muitos outros membros do PRN, rapidamente se colocaria na oposição à Ditadura até à sua morte. Foi preso a 30-12-1931 e restituído à liberdade em 3-2-1932, com a fixação de residência em Lisboa. Voltou a ser preso em 30-10-1933, sendo transferido para o depósito de presos de Angra do Heroísmo em 19-11-1933. Foi restituído à liberdade em 23-5-1934. A 25-8-1938 voltou a ser preso para averiguações, recolhendo a uma esquadra incomunicável. A 29-8-1938 foi transferido para a cadeia d Aljube, sendo restituído à Liberdade em 9-9-1938.

Em 1945 ainda liderou durante algum tempo o MUD em Beja, mas viria a demitir-se devido à intromissão dos comunistas.

Morreu em Beja em 22 de Janeiro de 1947. Foi considerado um símbolo e um modelo para os membros da oposição Bejense, dado o apoio financeiro e moral que concedeu aos presos políticos e às suas famílias. A tradição oral local relata que numa das muitas romagens à sua campa Luciano da Fonseca Aresta Branco, enquanto discursava terá dito: “Alerta Jaime, os chacais rodam a tua campa”. Estava a referir-se aos agentes da PIDE que vigiavam, razão suficiente para ser detido.

Jaime Pires Cansado



Nasceu a 25 de Fevereiro de 1887 em Tavira. Era filho de José Vicente Cansado e de Eulália Lúcia Tavares Pires Cansado. Casou com Hilda C. Campos, tendo tido dois filhos: Rogério Jaime Campos Cansado e Fausto Jaime Campos Cansado.

Seguiu a carreira militar, na arma de Infantaria. Completou o Curso de Infantaria da Escola do Exército em 1907, passando à reserva, como coronel, em 1942. Participou na I Guerra Mundial, tendo sido prisioneiro das tropas alemães.

Em termos partidários integrou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, o Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro a Dezembro de 1923) e o Grupo Parlamentar de Acção Republicana (desde Dezembro de 1923).

Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Faro, nas listas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Projectos de Lei que apresentou: 1923-24: 620-D; 1924-25: 835-B; Relator: 1922-23: 448; 1923-24: 655 e 657.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Tavira de 1923 a 1925. Nas eleições administrativas de 1922 exerceu pressões para que os reconstituintes vencessem na freguesia de Luz e Conceição (Tavira).

Faleceu em Tavira em 21 de Julho de 1962.

João Cardoso Moniz Bacelar



Nasceu em Estarreja em 19 de Julho de 1881. Era o filho mais novo de José de Abreu Bacelar Cardoso Moniz de Castelo Branco (n. 1830 - juiz) e Maria Luísa Tavares de Carvalho de Ornelas e Nápoles (n. 1840). Estudou em Coimbra, tendo frequentado o seminário e a Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito em 1905. Foi advogado, director da Cadeia Nacional de Lisboa (1919-1923), director do refúgio da Tutoria Central da Infância (1925-1931) e director da Tutoria da Infância de Coimbra (anos 40). Casou com Berta Mendes Bacelar Castelo-Branco, tendo tido quatro filhos: José Júlio Mendes Bacelar; Maria José Bacelar Moniz Castelo-Branco (n. 21.03.1920; f. em 2003) casada com Bento Rodrigues da Silva Marques; Maria Luísa Bacelar d'Ornelas; Maria Guilhermina Mendes Bacelar.

Pertenceu sucessivamente aos seguintes partidos: PRE; PRL; PRN; ULR; UN. Era amigo pessoal de António José de Almeida, tendo iniciado a carreira política ao seu lado. Colaborou em diversos jornais como a *República* (onde chegou a ser director interino), a *Gazeta de Coimbra* e o *Diário de Coimbra* e foi director de *A Província* e d'*A Situação*. Pertenceu ao Directório do Partido Republicano Evolucionista. Foi Governador Civil de Coimbra de 18 de Fevereiro de 1919 a 5 de Junho de 1919. Em 1922 esteve próximo dos governamentais de Cunha Leal. Foi presidente do Centro Latino Coelho (Lisboa) em 1923. Participou no I Congresso do Partido Republicano Nacionalista em 1923 e no IV Congresso em 1926. Foi deputado por Viseu em 1919-1921 (PRE; PRL) e por Coimbra em 1921 (PRL) e 1922-1925 (PRL; PRN). Apresentou os seguintes projecto de lei 1922: 3X, 15G, 39F, 134A, 158-D, 365F; 1922-23: 465F. Foi candidato pelo PRN a deputado por Coimbra em 1925, não sendo eleito. Aderiu à ULR em Março de 1926, sendo o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra. Durante a revolta de «28 de Maio de 1926» as tropas de Coimbra estiveram durante algum tempo sob a sua orientação civil, sendo João Cardoso Moniz Bacelar o delegado das oposições parlamentares. Aderiu ao Estado Novo e à União Nacional em Agosto de 1932 por intermédio dos Drs. Bissaia Barreto e Moura Relvas. Foi presidente da Câmara Municipal de Condeixa entre Setembro de 1932 e 1934. Foi muito provavelmente maçom.

Faleceu em Condeixa em 20 de Agosto de 1940.

João de Ornelas e Silva



Nasceu a 14 de Janeiro de 1887 na Praia da Vitória (ilha Terceira), filho de Vitorino Inácio da Silva e Lucinda Nívia. Casou-se no dia 25 de Novembro de 1922. Formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra (Bacharel). Foi professor do Liceu Central de Passos Manuel, na Escola Primária Superior D. António da Costa, em Lisboa, e funcionário da Presidência da República. Nos últimos anos da sua vida foi Director da Companhia de Seguros Tagus.

Fez parte do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista. Foi integrado no Directório do PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) em Dezembro de 1923, após a cisão. No entanto, declarou publicamente que não tinha autorizado a utilização do seu nome, pelo que continuava no «verdadeiro PRN». Era candidato a vogal substituto do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal que iria ser apresentada no IV Congresso do PRN. Mas, o abandono do Congresso por parte de Cunha Leal inviabilizou que esta Lista se apresentasse às eleições. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi vogal da Junta Central da ULR e organizador do cadastro partidário da ULR em Angra do Heroísmo.

Foi Governador Civil de Évora (13-03-1919 a 08-07-1919), Vila Real (13-06-1921 a 24-09-1921) e Faro (13-01-1922 a 16-01-1922). Foi Procurador à Junta Geral do distrito de Lisboa, eleito por Aldeia Galega.

Foi eleito deputado em 1919, 1921, 1922 e 1925 pelo círculo de Angra do Heroísmo. Nestas eleições foi eleito deputado e integrou o grupo parlamentar do PRL e posteriormente o do PRN, embora tivesse integrado listas de Conjunção Republicana com outros partidos. Foi 2.º secretário da Câmara dos Deputados entre 1921 e 1925. Apresentou os seguintes projectos de Lei 1922: 3C, 7A, 14H, 68E, 97-C, 156, 365-B e 371; 1922-23: 439A e 464D; 1923-24: 651G; 1924-25: 845J, 845-T; 853-ª Relator 1922: 131, 293; 1922-23: 501 e 593; 1923-24: 660. Projectos de lei em 1926: 6n, 6d, 14a, 20e, 24g, 44d, 61c, 122e, 135g, 139a, 139b, 139e, 201a.

Faleceu em Lisboa a 14 de Fevereiro de 1942.

João de Sousa Uva



Nasceu em São Brás de Alportel (concelho de Faro) a 13 de Agosto de 1872. Filho de João de Sousa Uva (n. 1835) e Francisca Soares Pires Uva (n. 1846). Casou com Antónia Joaquina Dias em São Brás de Alportel no dia 13 de Janeiro de 1892. O casal teve dois filhos: Antónia Dias de Sousa Uva (1894) que casou com Henrique Mateus Cansado; João Dias de Sousa Uva (1895 a 10-03-1958) que casou com Elisa Fernandes Lince Dias Uva. Era proprietário em São Brás de Alportel.

Foi presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Faro entre 1910 e 1913. Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Faro nas Listas do Partido Republicano Liberal. Em 1925 foi candidato pelo mesmo círculo nas Listas do Partido Republicano Nacionalista, não sendo eleito. Pertenceu ao PRP, ao PRL, ao PRN e à ULR. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Faro.

João Pereira Bastos



Nasceu em Lisboa, a 29 de Janeiro de 1865. Era filho de João Duarte Figueiredo Bastos e de D. Casimira Sant'Ana Pereira. Casou com Virgínia Romano Perry Vidal (1897) e em segundas núpcias com Maria Adelaide Ricca Pereira Bastos (1944). Teve três filhos, João Djalme Bastos, Carlos Perry Vidal Pereira Bastos e Olímpia Perry Vidal Pereira Bastos, casada com o Dr. Mariano de Melo Vieira.

Fez estudos preparatórios da Escola Politécnica, e ingressou posteriormente na Escola do Exército (armas de Artilharia e Estado Maior). Em 1902 teve instrução prática de tiro. A sua carreira militar desenvolveu-se da seguinte forma: aspirante, 1882; 2.º tenente, 1888; 1.º tenente, 1890; capitão, 1901; major, 1910; tenente-coronel, 1915; Coronel, 1917; general, 1922; reforma, Abril de 1935. Integrou a Brigada de Artilharia de Montanha (1892), o regimento de Artilharia 2 (1901), o grupo de Guarnição n.º 4 (1902), Artilharia 1 (1902), e o Estado Maior (1904). Chefiou o Estado Maior da 1.ª Divisão entre 5 de Outubro de 1910 e 1912, fundou e dirigiu a Escola de Oficiais Milicianos (1916-1917), e desempenhou o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército entre 1924 e 1926. Participou em missões Suíça e a Madrid (1925).

Teve uma extensa em periódicos: *A Pátria*, *A Capital*, *Notícias da Beira* (1911); *O Mundo* (1911-1912); *O Século* (1914-1915); *Diário de Notícias* (1922-1926 e 1930); *A Montanha* (1929-1930); *República*.

Integrou-se no republicanismo desde a sua juventude. Filiou-se no Partido Republicano Português em 1891 e na Maçonaria em 1893, iniciado com o nome simbólico de Descartes, integrado na loja "*Portugal*", organização fundada a seguir à revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. Era amigo de Cândido dos Reis, Correia Barreto e Sá Cardoso. Após a Implantação da República foi nomeado Chefe de Estado Maior da 1.ª Divisão. Em 1920 seguiu Álvaro de Castro e integrou-se no PRRN, sendo substituto do Directório. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao PRN e em Dezembro de 1923 à Acção Republicana, sendo o líder do grupo parlamentar nalguns períodos.

Foi eleito deputado em 1911 e 1915 por Chaves, em 1919 por Lamego e em 1922 por Moncorvo. Foi ministro da Guerra (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914) e presidente comissão da Guerra na Câmara dos Deputados (1914-1925). Participou na revolução de 14 de Maio de 1915 e conheceu a prisão durante o Sidonismo. Abandonou a política activa com a instauração da Ditadura Militar. O Governo manteve-o como Chefe de Estado Maior, mas por pouco tempo, dado que este pediu a demissão após o seu trabalho ter sido posto em causa na apresentação de um relatório sobre os Altos Estudos Militares.

Faleceu em Lisboa, a 3 de Agosto de 1951. No funeral estiveram presentes altas individualidades militares e da oposição (Norton de Matos e Tito de Morais).

João Raimundo Alves



Nasceu a 10 de Fevereiro de 1889 em Vilela do Tâmega (Chaves). Era filho de Daniel Alves e de Constança Raimundo Alves. Casado com Olinda Maria Pires de Almeida Cortegaça Alves e pai de Constância Beatriz de Almeida Cortegaça Alves. Veio para Lisboa e frequentou os liceus da Lapa e do Carmo. Matriculou-se no curso superior de letras que não chegou a concluir. Era viticultor e proprietário abastado da região de Loures. Também teve actividade na restauração. Fez carreira profissional na administração pública, sendo taquígrafo da Câmara dos Deputados, sub-chefe, oficial do Registo Civil, sub-inspector da Previdência Social e chefe da repartição do Governo Civil de Lisboa, cargo em que se aposentou. Teve extensa actividade no jornalismo fundando e colaborado com numerosos periódicos: "Lápis e Pena"; "O Espectro"; "Boletim Geral da Legislação"; "Quatro de Outubro"; "Catorze de Maio"; "A Economia".

Foi um propagandista da República, sendo nomeado administrador do Concelho de Loures logo após o 5 de Outubro, cargo que viria a ocupar outras vezes. O seu combate pela República fez com que fosse reconhecido como revolucionário civil pela Câmara dos Deputados em Fevereiro de 1916. Foi ainda Procurador da Junta Geral do Distrito de Lisboa em 1922-1925, e na legislatura de 1925, eleito deputado por Vila Franca de Xira pelo Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1926: 121a, 186a. Pertenceu à comissão organizadora do III Congresso Nacional Municipalista (1922). Em termos partidários iniciou-se no PRP, aderindo posteriormente ao PRL (1919-1923) e ao PRN (1923-1935). Deixou a política activa com a Ditadura, mas manteve uma actividade profissional activa, pelo que colaborou com as novas autoridades. Pertenceu à Maçonaria e à Carbonária, tendo sido iniciado na primeira organização em 1911, na loja Elias Garcia, de Lisboa, com o nome simbólico de Vítor Hugo.

Faleceu em Lisboa, a 1 de Junho de 1962.

João Tamagnini de Sousa Barbosa



João Tamagnini de Sousa Barbosa nasceu em Macau, em 30 de Dezembro 1883. Era descendente de uma nobre família italiana. Filho do conselheiro Artur da Mota Tamagnini Barbosa (06.06.1852), inspector-geral da fazenda do Ultramar e de Fátima Carolina Correia de Sousa Barbosa (1855). Casou com Maria Luísa da Cunha e Silva Tamagnini Barbosa em 1912. O casal teve três filhos: Maria Helena Tamagnini Barbosa (1914) que viria a casar com Armando Vieira Mendes de Carvalho; Luís Artur Tamagnini Barbosa (19.07.1915) que viria a casar com Yolanda de Almeida Vasconcelos Wahnnon; Maria Albertina Tamagnini Barbosa (1916-1951). Uma das irmãs de João Tamagnini de Sousa Barbosa, Fátima Barbosa de Oliveira, era casada com o ministro do Estado Novo, major Luís Alberto de Oliveira.

Fez os primeiros estudos no Colégio Jesuíta de Macau, tendo ingressado, em 1904, na Escola do Exército (curso de engenharia), e em 1905 na Escola Politécnica. Oficial do Exército (praça, 1904; alferes, 1909; tenente, 1910; capitão, 1917; major, 1920; tenente-coronel, 1927; coronel, 1939; brigadeiro, 1942).

Desempenhou diversos cargos militares e na administração de empresas. Em Moçambique entre 1912-13 foi engenheiro-chefe das obras do porto de Lourenço Marques, engenheiro director dos portos e caminhos-de-ferro e engenheiro-chefe da Repartição de Obras Públicas de Inhambane. De regresso Portugal continental desempenhou os seguintes cargos: membro da comissão Técnica de Caminhos de Ferro da Metrópole; vogal do Conselho Colonial por Macau; representante da Companhia de Altos Fornos e Acerarias de Portugal (1922); administração geral dos C.T.T.; Comissão para a elaboração do regulamento de transportes Militares, 1928-1931 (Portaria de 4 de Agosto de 1928); vogal efectivo para avaliar as provas especiais de aptidão para a promoção ao posto de major em 1934; representante do comando da arma de engenharia nas provas de aptidão para a promoção a general em 1935 e 1936; professor (desde 1933) e director do Instituto dos Pupilos do Exército (1938-1943); Comandante da Escola Prática de Engenharia (1939-1940); Director Interino dos serviços de engenharia (1941-1942); comandante militar da Ilha Terceira (1943-1944); professor na Escola Nacional, em Lisboa, 1930-1940 (fundada pelo seu irmão Artur Tamagnini Barbosa e por José Vicente de Freitas); director da Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de Transportes, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e administrador da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (1944-1948). No final da sua vida foi eleito presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sport Lisboa e Benfica para os anos de 1946/47 e presidente da Direcção (1947-1948).

Militou nos seguintes partidos: Partido Republicano Radical (1911); Partido Republicano Evolucionista (1912-1916); dissidente do Partido Republicano Evolucionista (1916-1917); Partido Centrista Republicano (de que foi co-fundador, 1917-1918); Partido Nacional Republicano (1918); Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921-1925); Partido Republicano Nacionalista (1925-1935). Fez parte da primeira Comissão Executiva do Centro Republicano Dr. Sidónio Pais (1921) e foi membro da Comissão Política do Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921).

Pertenceu, a partir de 1911, à Maçonaria, tendo sido iniciado na loja Pátria e Liberdade, de Lisboa, com o nome simbólico de Wagner. Tornou-se Grão-mestre da maçonaria do rito escocês em Janeiro de 1933, quando Norton de Matos se tornou Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano.

Foi candidato a deputado nas constituintes de 1911 no círculo de Lisboa numa lista «esquerdista» do Partido Republicano Radical, não tendo sido eleito. Foi deputado do Partido Republicano Evolucionista por Moçambique em 1915-1917 e deputado do Partido Nacional Republicano por Tomar em 1918-1919. Em 1925 foi eleito deputado por Tomar pelo PRN. Foi presidente das Câmaras Municipais de Inhambane (1912) e de Lourenço Marques (1913).

Colaborador de Sidónio País, iniciou, em 1917 uma dispersa actividade ministerial. Colónias (11-12-1917 a 07-03-1918 e de 07-03-1918 a 15-05-1918); Interior (15-05-1918 a 08-10-1918); Finanças (08-10-1918 a 23-12-1918). Ministro do Interior e Presidente do Ministério (23-12-1918 a 27-01-1919). Como Ministro do Interior teve um papel importante na defesa da República durante a revolta de Monsanto em 1919.

Durante a revolução de 19 de Outubro de 1921 a sua casa em Lisboa foi assaltada. No entanto, seria em Oeiras, onde estava a passar férias com a família, que seria capturado. Contudo, revoltosos acabaram por o deixar em liberdade.

Em Dezembro de 1922 defendeu João de Castro Osório no processo relativo ao golpe de 8 de Julho de 1922 e em Setembro de 1925 defendeu os revoltosos do 18 de Abril de 1925.

Foi vogal da Junta Consultiva da Cruzada Nuno Alvares Pereira em 1924.

Não aceitou o convite feito pelo Governo para Alto-comissário nos Açores em Setembro de 1926. Foi preso a 13 de Janeiro de 1927 e solto no dia seguinte devido à declaração contra o empréstimo externo entregue nas Embaixadas. No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Foi novamente preso na sequência desta revolta e seria deportado para S. Tomé e depois para a Madeira, onde regressaria a 10 de Julho de 1927. A partir de Setembro de 1927 foi defensor no Tribunal de Santa Clara de alguns militares que participaram no movimento de Fevereiro de 1927, como o general Sousa Dias. Durante os anos trinta foi chamado a defender muitos oficiais, revelando além de vastos conhecimentos jurídicos, uma palavra sugestiva e arrebatadora. Voltou a ser preso em Julho de 1930 acusado de estar envolvido numa conspiração. Enquanto governador militar da Terceira (1943-1944), solicitou a libertação dos presos políticos e encetou uma aproximação aos ingleses, levando Salazar a solicitar o seu regresso a Lisboa em 1944. Os serviços prestados à coroa britânica levaram a Rainha a conceder-lhe a ordem do Banho e a administração da Carris (1944-1948), então nas mãos dos ingleses. A partir de 1946 participou na Junta Militar de Libertação Nacional, conspiração putchista contra o regime conjuntamente com o almirante Mendes cabeçadas, brigadeiro Miguel Santos e capitão Queiroga. Desta conspiração resultaria o frustrado «golpe da Mealhada» em 10 de Outubro de 1946.

Falecer em Lisboa a 15 de Dezembro de 1948. No seu funeral participaram diversas personalidades militares, mas nenhuma ligada à hierarquia do Estado Novo, com excepção de Raul Esteves e Júlio Dantas. Da oposição participaram Cunha Leal, Vasco de Barros Queirós e Tito de Morais. Norton de Matos fez-se representar pelo Dr. Ramon la Féria.

João Vitorino Mealha



Nasceu a 5 de Setembro de 1876 em Silves. Era filho de José Vitorino Mealha e de Maria da Conceição de Sousa Mealha. Era casado com Julieta Formozinho Mealha e desta união resultou descendência.

Formando-se em Direito na Universidade de Coimbra, exerceu as funções de advogado e secretário-geral do governo civil de Setúbal, cargo em que atingiu a aposentação.

Em 1907 foi o responsável pela organização do Partido Republicano Português em Silves. Foi presidente da Câmara Municipal de Silves e Governador Civil de Faro (30-05-1921 a 31-10-1921). Deu um importante contributo para a construção do edifício dos Paços do Concelho de Silves.

Em 1921 e 1922 foi eleito deputado pelo círculo de Viseu nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de Lei que apresentou: 1922-23: 401-A e 616-H. Relator 1922: 128, 129, 130, 195, 202, 207, 237, 241, 276, 280, 300. 1923-24: 710, 797, 798, 799 e 825. 1924-25: 830.

Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN e em Março de 1926 à ULR. Foi o responsável pela organização do cadastro partidário da ULR em Coimbra em 1926.

Foi director do periódico “O Silvense” e redactor da “Voz do Porvir”, periódico republicano de Coimbra (1897).

Morreu em Lisboa a 18 de Janeiro de 1946.

Joaquim Brandão



Nasceu em Sesimbra em 8 de Setembro de 1876. Era filho de José Maria Brandão e de Maria da Arrábida Preto Brandão. Fez os estudos primários na sua terra natal, tendo por professor Marques Pólvora. Em 1891, com 15 anos, tornou-se empregado de escritório de uma casa bancária em Setúbal. Posteriormente, tornou-se guarda-livros em duas casas comerciais e, em 1907, solicitador na comarca. Foi fundador e presidente da Associação dos empregados de comércio de Setúbal e presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal. Foi adjunto do provedor da Misericórdia de Lisboa e representante das organizações operárias e económicas no conselho de administração da Junta Autónoma do Porto e Barra de Setúbal no final da I República. Em 1927 era inspector das finanças do concelho de Oeiras e membro do Conselho Administrativo da Misericórdia de Lisboa. Nos seus cargos políticos desempenhou um papel importante na canalização de investimentos para os portos de Setúbal e de Sesimbra e na melhoria das condições das misericórdias e de outras associações destas duas localidades. Defendeu a elevação do Liceu de Setúbal a Liceu Nacional e foi o autor do primeiro projecto-lei para a criação do distrito de Setúbal. Colaborou em vários jornais republicanos, fundou e foi redactor em 1899 do jornal *A Folha* e em 1901 fundou e dirigiu *O Sul*.

Teve um papel importante na expansão do republicanismo em Setúbal desde 1899. Foi secretário da Comissão Municipal Republicana setubalense e um dos fundadores do centro Republicano de Setúbal, sendo presidente da assembleia-geral até à proclamação da República. Presidiu à comissão organizadora do Congresso Republicano de Setúbal de 1909 e representou o PRP em vários congressos. Após a implantação da República entrou como vice-presidente da comissão administrativa do município de Setúbal, vindo a ser e Presidente da Câmara Municipal de Setúbal no ano seguinte. Foi ainda administrador do concelho da cidade sadina. Em 1917 foi secretário do Ministro do Fomento e ainda chefe de gabinete de outros ministros a partir de 1919, como António Granjo. Em termos partidários, após a militância no PRP, acompanhou a cisão de António José de Almeida, ingressando no PRE (1912-1919). Deste partido transitou para o PRL (1919-1923) e para o PRN (1923-1927), sendo eleito deputado por estes partidos. Fez parte da Câmara dos Deputados nas legislativas de 1911, 1919, 1921, 1922 e 1925, sempre pelo círculo de Setúbal. Apresentou o projecto de Lei n.º 10 - H, na V Legislativa (1921) que pretendia criar o Distrito de Setúbal. Na Legislatura seguinte renovou a iniciativa. Outros projectos de lei que apresentou em 1922: 2-D; 2-E; 167-A, 207-A; 259-B e 271-ª 1923-24: 821-B; 1924-25: 927-A, 951-C. Projectos de lei que apresentou em 1926: 5c, 5d, 6a, 7j, 36n, 44g, 67a. Relator em 1926: 24, 107, 108, 109, 110, 113, 161, 162.

Faleceu em Lisboa a 22 de Outubro de 1927 depois de uma operação cirúrgica.

Joaquim Correia de Almeida Leitão



Nasceu a 15 de Maio de 1875, em Penacova. Era filho de Alípio de Oliveira Leitão e de Maria da Pureza Correia Leitão. Era proprietário na sua terra natal e foi secretário de Finanças, subchefe e chefe da Fiscalização dos Impostos, administrador do concelho de Penacova e procurador à Junta Geral do Distrito de Coimbra. Pertenceu ao Partido Republicano Liberal, fazendo parte da Comissão Distrital do PRL de Coimbra. Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista, sendo eleito Senador por este partido na legislatura de 1925, em representação de Coimbra.

Faleceu no dia 15 de Agosto de 1959 em Penacova.

Joaquim José de Oliveira



Nasceu em Marrancos (Vila Verde), em 17 de Janeiro de 1880. Era filho de Tomás José de Oliveira (emigrante no Brasil que regressou rico a Portugal) e de Maximina de Oliveira. Casou com Maria da Purificação Teixeira de Oliveira (abastada proprietária), de quem teve dois filhos, Manuel e Maria.

Estudou no Seminário (1896-1897), e Liceu de Braga. Seguiu depois para Coimbra onde frequentou os cursos de Teologia (1898-1901) e de Direito (1903-1907), alcançando o bacharelato nos dois estudos. Tornou-se advogado em Vila Verde, conservador da Biblioteca Pública de Braga, presidente da Comissão Municipal e de conservador do Registo Civil (até 1935). Era um grande proprietário na sua região de origem (Marrancos, Geraz do Lima, etc.),

Iniciou a actividade política na Universidade, sobressaindo como um dos mais inflexíveis impulsionadores da greve académica de 1907. Alcançou a vice-presidência do Centro Republicano Académico de Coimbra e participou na Associação Académica do Livre Pensamento, tendo presidido, após deixar a Faculdade, ao Centro Republicano de Braga.

Militou nos no Partido Republicano Português (até 1920), no Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), no Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro a Dezembro de 1923). Fez parte da comissão organizadora do PRN no distrito de Braga. Em Janeiro de 1924 aderiu à Acção Republicana. Regressou ao Partido Republicano Nacionalista em Abril de 1926. Era um grande influente eleitoral em Ponte de Lima e Braga,

Candidatou-se a deputado por Braga, em 1910, ainda durante a Monarquia. No entanto, só viria a ser eleito por Braga em 1911, 1915 e 1919. Em 1922 representou Ponte de Lima. Projectos de Lei que apresentou: 1922: 26-B; 157-B e 157-C; 1924-1925: 902-C. Relator 1922: 119; 1922-23: 439.

Encetou uma campanha anti-jesuítica nas páginas do jornal bracarense *A Verdade* (1911). A sua actividade na imprensa estendeu-se depois à direcção do órgão do PRP em Braga, *O Radical*, e à colaboração no jornal republicano de Coimbra, *A Pátria*. Ascendeu a ministro da Instrução de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920. Foi reempossado no dia seguinte, manteve-se em exercício até 21 de Janeiro de 1920.

Fez parte da Maçonaria, tendo sido iniciado em 1911, no triângulo n.º 146, de Braga, com o nome simbólico de Renan. Pertenceu também à Carbonária, de que foi vice-presidente em Braga, em 1910.

Faleceu em Marrancos (Vila Verde), a 13 de Novembro de 1935.

Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker



Nasceu em Portimão, em 9 de Julho de 1867. Era descendente de uma distinta família algarvia. Era filho de Pedro Firmino Júdice Bicker e de Adelaide Eloisa Vieira Judice Biker. Era casado com Maria José de Andrade Corvo Barroso Judice Bicker.

Frequentou o Real Colégio Militar e alistou-se na Armada em 1884, fazendo carreira como oficial da marinha: (aspirante de 2.^a, 1886; aspirante de 1.^a, 1889; guarda-marinha, 1890; 2.º tenente, 1892; 1.º tenente, 1893; capitão-tenente, 1910; capitão de fragata, 1917; capitão de mar-e-guerra, 1925). Cumpriu algumas missões em Moçambique e na Guiné. O seu desempenho na Guiné valeu-lhe as insígnias de Comendador da Torre e Espada (17-05-1901) e a medalha de ouro de valor militar. Foi governador do distrito do Limpopo (1895), governador da Guiné (1901-1903) e de Cabo Verde (1911-1915). Comandou o batalhão expedicionário da Marinha a Moçambique (1918) e a brigada de Mecânicos Navais. Foi comissário do Governo em S. Tomé.

Em termos partidário esteve integrado no Partido Republicano Liberal e no Partido Republicano Nacionalista. Era membro do Centro Republicano Liberal Ribeiro de Carvalho, presidente da Assembleia Geral do Centro Latino Coelho (Lisboa) em 1923 e tesoureiro da comissão política do PRN nos Restauradores.

Teve duas passagens pelo ministério da Marinha (de 8 de Março a 26 de Junho de 1920, e de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923), desta última vez no governo nacionalista liderado por António Ginestal Machado.

Faleceu em 21 de Janeiro de 1926 em Lisboa.

Joaquim Ribeiro de Carvalho



Nasceu em 7 de Abril de 1880 em Arnal, (Maceira), concelho de Leiria. Era filho de Manuel Ribeiro da Costa e de Maria da Encarnação Carvalho. Era casado com Maria Brizida Assunção Dantas Ribeiro de Carvalho, pai de Irondina Ribeiro Cardoso de Carvalho e avô de Rui Medeiros Ribeiro de Carvalho, funcionário do grémio dos comerciantes de Carnes de Lisboa.

Frequentou o seminário de Leiria, mas acabaria por seguir a carreira jornalística. Iniciou-se no jornal republicano *A Integridade*, de Leiria. Posteriormente, fixou-se em Lisboa como amanuense da 1.^a Circunscrição Escolar. No entanto, é o jornalismo, a tradução e a escrita que o atraí, Traduziu diversas obras de autores russos e franceses, como Tiolstoi, Gorki e Mirbeau. Destacou-se como director da *República* (1920-1924; 1930-1941). Escreveu as obras " História das Religiões"; "Maldita seja a Guerra" (1919); a "Eterna canção"; "Livro dum Sonhador" (1897); "Margaritas - Versos do Coração" (1892); "Terra de Portugal - Poesias" (1901); "O que era a Rússia antes dos Bolchevistas" (1932). Recebeu a ordem de S. Tiago em 1906. Em 1923 foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Participou em diversas actividades políticas republicanas durante a Monarquia. Era membro Carbonária e da Maçonaria, tendo sido iniciado em 1911 no triângulo n.º 143 da Erra, Coruche, com o nome simbólico de Liberto. Participou activamente na organização e concretização do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, tendo sido ferido. Logo a seguir à revolução fundou o Centro Radical Português. E foi nomeado chefe da secretaria da Inspeção das Escolas de Lisboa. Posteriormente foi secretário-geral do conservatório de Lisboa e delegado do governo junto da sociedade Estoril.

Joaquim Ribeiro de Carvalho teve uma longa carreira de deputado, sendo eleito pelo círculo de Leiria em todas as legislaturas, à excepção da de 1918 durante o Sidonismo. Projectos de lei que apresentou em 1922: 107-F; 1924-25: 851-D, 902-F, 904B, 968E, 974-C. Relator em 1922: 74, 88, 375; 1922-23: 474.

Iniciou a actividade partidária no Partido Republicano Português, em 1912 transitou para o Partido Republicano Evolucionista e em 1919 integrou o Partido Republicano Liberal, sendo secretário do primeiro directório. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao PRN, mas manteve um certo distanciamento e autonomia face ao Directório. Em Dezembro de 1923 seguiu Álvaro de Castro e aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Fazia parte directório do PRN (grupo pró-Alvaro de Castro) após a cisão do PRN em Dezembro de 1923. Na sequência da formação do Governo Rodrigues Gaspar distanciou-se da Acção Republicana, tornando-se independente. Em 1925 foi eleito como deputado independente. Nas eleições administrativas de 1925 concorreu à Câmara Municipal de Sintra, integrado numa lista dominada pelos esquerdistas. Veio a ocupar a presidência do Senado da Câmara Municipal de Sintra.

Faleceu em 10 de Outubro de 1942.

Jorge de Vasconcelos Nunes



Jorge de Vasconcelos Nunes nasceu em Grândola, a 16 de Julho de 1878, no seio de uma família notável, pertencente à elite local. O seu pai, José Jacinto Nunes (1839-1931), era um destacado republicano, bacharel formado em leis, advogado e grande proprietário local. Embora fosse natural de Pedrógão Grande, radicou-se na vila de Grândola, após ter sido nomeado administrador do concelho em 1866. Nesta vila alentejana conheceria e viria a casar em 7 de Junho de 1869, na igreja de Santa Margarida da Serra, com Maria da Natividade Pais e Vasconcelos, natural de Grândola, descendente de uma importante família da nobreza local. Deste casamento nasceriam três filhas e um filho. A irmã mais velha de Jorge de Vasconcelos Nunes, Maria da Luz Pais de Vasconcelos Nunes Camacho (n. 1872), viria a casar civilmente, na residência de seu pai (actuais Paços do Concelho), em Grândola, a 23 de Outubro de 1898, com Manuel de Brito Camacho. A ligação familiar a Manuel de Brito Camacho viria a ser decisiva no rumo político que Jorge de Vasconcelos Nunes e seu pai, José Jacinto Nunes, viriam a ter durante a I República. Jorge de Vasconcelos Nunes teve ainda mais três irmãs, Clara de Vasconcelos Nunes (n. 13.11.1877), Camila Pais de Vasconcelos Nunes (1879-1955) e Maria Lúcia Nunes, (n. 1883) “...filha natural de mãe que, segundo a lei se não pode nomear e do Doutor José Jacinto Nunes...¹”.

Jorge de Vasconcelos Nunes casou com Maria Francisca Mendes (natural de Grândola, filha de Domingos Mendes, proprietário e de Maria Pereira), tendo tido dois filhos. José de Vasconcelos Nunes nasceu em Grândola, a 6 de Maio de 1905, tendo os seus pais efectuado o registo civil, conforme a idealismo republicana compelia em 26 de Fevereiro de 1910. O seu filho primogénito viria a falecer ainda em criança. O seu segundo filho, Jorge Jacinto Nunes de Vasconcelos, nasceu em Grândola, a 9 de Julho de 1909, tendo sido registado civilmente na mesma data do seu irmão mais velho. Viria a casar em Badajoz, com Maria Antonieta Areosa Ribeiro Nunes de Vasconcelos, natural de Pontevel, a 29 de Maio de 1939, de quem teve geração em Maria Clara Nunes de Vasconcelos, Maria Rosália Nunes de Vasconcelos e Maria Nunes de Vasconcelos. Jorge Jacinto Nunes de Vasconcelos faleceu a 22 de Maio de 1977.

Jorge de Vasconcelos Nunes fez os primeiros estudos em Lisboa, ingressando em 1895, em Coimbra, na Escola Central da Agricultura Morais Soares, também conhecida por Escola Nacional de Agricultura, onde se manteve até 1900, quando se formou como engenheiro agrónomo.

Jorge de Vasconcelos Nunes acompanhou de perto a carreira política do pai, José Jacinto Nunes que a partir de 1870 exerceu, quase ininterruptamente, a presidência da Câmara Municipal de Grândola. Fez ainda parte do Directório do Partido Republicano Português, tendo sido vítima de perseguições e preso por duas vezes.

¹ Arquivo Municipal de Grândola, *Câmara Municipal de Grândola*, A.G1/5, f. 7v.

Embora candidato em 1870, apenas foi eleito deputado em 1893, pelo círculo de Lisboa, tendo sido um dos primeiros deputados republicanos a entrar no Parlamento. Por isso, desde sua juventude, Jorge Vasconcelos Nunes empreendeu acção política como propagandista da causa republicana. A sua actividade política republicana mais activa começou nos seus tempos de estudante em Coimbra desde 1895. Aquando da proclamação da República, percorreu em motorizada algumas aldeias do concelho de Grândola e Santiago do Cacém anunciando vibrantemente a chegada do novo regime com gritos de “Viva a República”, facto que deixou atónitos muito dos aldeãos.

Em termos partidários Jorge de Vasconcelos Nunes enveredou conjuntamente com o seu pai e o seu cunhado, Manuel de Brito Camacho pelo republicanismo conservador. Ingressou ainda durante a monarquia no Partido Republicano Português. Em 1912 acompanhou o seu cunhado, Brito Camacho, na cisão que formou o Partido da União Republicana, onde foi membro substituto da Comissão Administrativa em 1912. Em Outubro de 1919 fez parte da comissão mista que negociou a fusão do Partido Republicano Evolucionista com o Partido da União Republicana para a formação do Partido Republicano Liberal. Manteve-se no Partido Republicano Liberal até Fevereiro de 1923, data em que este partido se fundiu com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, dando lugar ao Partido Republicano Nacionalista. Jorge de Vasconcelos Nunes permaneceu no Partido Republicano Nacionalista até Março de 1926, data em que Cunha Leal liderou uma cisão dentro deste partido, formando a União Liberal Republicana. Jorge Vasconcelos Nunes integrou este novo partido republicano conservador até 1930, data em que terá abandonado a vida política activa.

Jorge de Vasconcelos Nunes foi deputado às Constituintes (1911), tomando assento parlamentar por Setúbal. Em 1915 voltou a ser deputado, desta vez por Timor. Nas legislaturas de 1919, 1921, 1922 e 1925 regressou à Câmara dos Deputados, por Setúbal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1911 e 1912. Em 1920 tornou-se vice-presidente da Câmara dos Deputados e em 1921 tornou-se seu presidente. Na legislatura de 1922-1925 renunciou ao mandato parlamentar na sessão n.º 30 de 11-2-1925, tendo enviado uma carta explicando os motivos da sua decisão ao Presidente da Câmara dos Deputados. Os vários grupos parlamentares e a mesa da Câmara dos Deputados ainda tentaram demovê-lo da sua atitude, por todos considerada muito nobre, mas acabariam por aceitar a sua renúncia no dia 18-2-1925. As razões da sua renúncia pretendiam-se com a suspensão de pagamentos no Banco Industrial Português, de que era director. Na Câmara dos Deputados foi autor de diversos projectos de lei. A título de exemplo refira-se os apresentados em 1922 (178-H; 261-A, que destinou 1:500.000\$ para o início da construção da linha férrea do Seixal a Sesimbra); em 1924-25 (843-C, pelo qual se tornam extensivas aos notários interinos, servindo em sede de comarcas, seja qual for a sua classe, as disposições da alínea g) do artigo 1.º da lei n.º 1:364, de 18 de Setembro de 1922); em 1926 (6-V, criando a assembleia eleitoral de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém).

Integrou o elenco governamental nos anos de 1919-1920, exercendo no Governo presidido por José Relvas as pastas da Agricultura (de 27 de Janeiro a 30 de Março de 1919) e interinamente dos Abastecimentos (entre 27 de Fevereiro e 30 de Março de 1919); no Governo chefiado por Domingos Pereira manteve-se na pasta da Agricultura (desde 30 de Março até 29 de Junho de 1919), e ocupou interinamente a pasta do Trabalho (entre 6 de Maio e 29 de Junho de 1919); no governo efémero de Fernandes Costa liderou o ministério do Comércio (a 15 de Janeiro de 1920); e no executivo chefiado por Domingos Pereira voltou a liderar a pasta do Comércio e Comunicações (de 21 de Janeiro a 8 de Março desse ano). Neste última passagem pelo governo

elaborou uma proposta de lei referente à melhoria do pessoal ferroviário do Estado e encetou uma reorganização do porto de Lisboa.

Jorge Vasconcelos Nunes foi ainda procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa e vereador da Câmara Municipal de Cascais. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado, em 1910, no triângulo n.º 13 de Grândola, com o nome simbólico de Gomes Freire, passando depois para a Loja Irradiação de Lisboa. Colaborou nos periódicos *O País*, *A Lanterna*, *O Mundo*, *A Lucta*, *A Democracia do Sul* e *Pedro Nunes*.

Jorge Vasconcelos Nunes enquanto deputado e ministro contribuiu para o desenvolvimento e para os interesses da sua região. Contribuiu para a construção do porto de abrigo de Sesimbra, bem como para o apoio na assistência pública por intermédio da Misericórdia desta localidade. Com o seu pai deu ainda um importante contributo para a construção da linha de caminho-de-ferro do Vale do Sado. Esta defesa dos interesses de Grândola levou os seus conterrâneos a dar o seu nome à maior avenida da Vila – que vai da Praça da República, onde se localiza a estátua de seu pai, à estação do caminho-de-ferro.

Jorge Vasconcelos Nunes foi proprietário e director de empresas. Tomando a seu cargo a administração das suas propriedades e das de seu pai (a partir de 1900), foi presidente da Associação dos Regentes Agrícolas (1912-1917) e da respectiva Assembleia-Geral (desde 1918). Para além do desempenho de funções em várias empresas industriais, foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos-de-ferro Portugueses, em representação do Estado e director do Banco Industrial Português (até 1925). Enquanto homem abastado e grande proprietário rural, defendeu os interesses dos grandes agricultores do sul e do patronato e o equilíbrio orçamental pela diminuição das despesas do Estado no Parlamento e no Governo.

A partir de 1930, com a desagregação da União Liberal Republicana e a institucionalização da Ditadura, Jorge Vasconcelos Nunes abandonou a política activa, tendo-se dedicado em exclusivo à vida empresarial. Veio a falecer em Lisboa a 15 de Março de 1936.

José Augusto Ribeiro de Melo



Nasceu a 15 de Novembro de 1885 em Trancoso. Era filho de Luís Augusto Ribeiro Alvares de Melo e de Maria Emília da Silva Botelho Ribeiro de Melo. Foi amanuense da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e primeiro cônsul geral de 1.º Classe. Casou com Benedita de Almeida Bicand, tendo o casal tido oito filhos.

Foi Governador Civil da Guarda (25-10-1921 a 16-11-1921). Foi chefe de gabinete do presidente do conselho de ministros, Carlos da Maia Pinto (1921) e secretário particular de vários ministros: José Relvas (Finanças), António da Fonseca (Comércio), Rego Chaves (Finanças) e Manuel Maria Coelho (Interior). Foi senador nas legislaturas de 1922 e 1925 pelo círculo da Guarda. Em 9 de Setembro de 1922 solicitou ao Senado o afastamento temporário dos trabalhos deste órgão.

Em 1922 foi eleito para o Senado integrado nas Listas do PRP. No entanto passou a ser uma voz incómoda dentro do partido. Em Dezembro de 1922 criticou a formação do 3.º governo de António Maria da Silva, com a inclusão de alguns independentes e salientou-se no Parlamento na oposição ao governo de Rodrigues Gaspar em Julho de 1924, pelo que começaram a surgir notícias que apontavam para uma possível irradiação do PRP. Acabou por aderir ao Partido Republicano Radical em Setembro de 1924 e tornou-se independente em Julho de 1925. Finalmente, aderiu ao PRN em 10 de Março de 1926, tendo feito uma declaração no Senado.

Faleceu em Trancoso, a 5 de Agosto de 1963.

José Carvalho dos Santos



Nasceu em Almeida, a 24 de Novembro de 1893. Era filho de Joaquim Carvalho dos Santos e Gracinda dos Reis Carvalho. Era comerciante e mais tarde tornou-se advogado. No dia 18 de Dezembro de 1924 foi nomeado comissário do Governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta.

Foi Governador Civil de Viseu entre 2 de Fevereiro e 30 de Maio de 1921. Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Viseu nas listas de candidatos «governamentais» apoiantes do presidente do ministério, Cunha Leal. Em 1923 era o deputado mais novo do parlamento, com 30 anos. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1922 e 1923. Apresentou os seguintes projectos de lei 1922: 72-E e 336-A.

Próximo de Cunha Leal, aderiu ao PRN pela sua mão em Fevereiro de 1923 e foi o seu chefe de gabinete, enquanto Ministro das Finanças, durante o governo nacionalista de 1923. Foi candidato a deputado pelo PRN por Viseu em 1925, não sendo eleito. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra e Viseu.

Em princípios de 1933 foi para Angola, onde exerceu a advocacia. Nesta colónia defendeu uma maior autonomia para as colónias e distanciou-se do regime. No entanto, no dia 24 de Outubro de 1957 enviou uma carta a Salazar solicitando um encontro e indicando que era “um velho nacionalista e dedicado amigo” e era conferente dos C.F.M. (província de Moçambique).

José de Moura Neves



Nasceu a 13 de Novembro de 1889 em Lisboa. Era filho de José Vitorino de Andrade Neves e de Amélia de Moura Neves. Era formado em Medicina. Seguiu a carreira militar, tendo assentado praça em 1916, chegou ao posto de tenente-coronel em 1944 (alferes, 1916; tenente, 1917; capitão, 1921; major, 1938; tenente-coronel, 1944). Foi médico militar e inspector clínico do Hospital de Dona Leonor, nas Caldas da Rainha. Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Alcobaça nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Na Câmara dos Deputados foi relator em 1926: 22, 23, 85, 86, 89, 114, 115, 116, 166, 184, 189, 196.

José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles



Nasceu a 3 de Fevereiro de 1863 na Granja do Ulmeiro (Soure). Era filho de António de Vasconcelos Sousa Arnaut Nápoles e de Maria da Glória de Magalhães e Nápoles. Era proprietário.

Fez parte do Partido Republicano Liberal (foi membro da Comissão Distrital do PRL de Coimbra do PRL em 1922). Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN. Foi membro substituto da Comissão Distrital de Coimbra do PRN em Abril de 1923. No entanto, tornou-se independente passados poucos meses. Em Março de 1925 voltou a aderir ao Partido Republicano Nacionalista. Acompanhou Cunha Leal na União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra.

Foi eleito deputado pelo círculo de Coimbra nas eleições suplementares (com base no artigo 110 da lei n.º 3 de Junho de 1913 a 1.ª Comissão de Verificação de Poderes da Câmara de Deputados validou a eleição suplementar do círculo n.º 19 - Coimbra, 29-04-1924, tendo tomado assento na Câmara a partir desse dia). Em 1925 voltou a ser eleito pelo círculo de Coimbra, nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Projecto de lei apresentado em 1924-25: 835-B.

Esteve envolvido no «Movimento do 28 de Maio de 1926» em Coimbra.

Faleceu na Granja do Ulmeiro (Soure), a 16 de Dezembro de 1927.

José do Vale de Matos Cid

Nasceu em 27 de Novembro de 1871 em Viseu. Era filho de Agostinho Seixas do Vale e de Maria Henriqueta de Matos Cid. Casou com Joana Augusta Cordeiro de Matos Cid. Teve como sobrinhos: Maria Helena Cid Saldanha da Gama e Alexandre Cid Saldanha da Gama.

Iniciou os seus estudos em Viseu, frequentando o Liceu local. Posteriormente fez estudos elementares em Coimbra e Lisboa. Coursou Direito na Universidade de Coimbra, alcançado o bacharelato (1888-1893).

Exerceu advocacia em Viseu, e em Lisboa, desde 1914. Foi professor e director da Escola Normal de Viseu (1897), bem como advogado da Câmara Municipal e do Banco Agrícola Industrial Visiense. Em Lisboa leccionou na Escola Normal, e foi adjunto da provedoria da Santa Casa da Misericórdia. Em 9 de Abril de 1919, foi nomeado vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo.

No âmbito político, passou pelo PRP (?-1912), União Republicana (1912-1919), PRL (1919-1923) e PRN (1923-1935?). Era amigo pessoal de Brito Camacho. Foi deputado por Viseu (1911-1914) e por Beja (1921, 1925-26). Foi Ministro da Justiça entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921, no Governo presidido por Tomé de Barros Queirós. Foi várias vezes convidado para ser bastonário da Ordem dos Advogados, cargo que recusou.

No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Sob o regime da Ditadura viria a aderir ao Grupo de Estudos Democráticos.

Faleceu em Lisboa, a 14 de Janeiro de 1945. Foi sepultado em Viseu. A antiga elite do PRN participou no funeral: Tito de Moraes; João Tamagnini Barbosa; Afonso de Melo; Cunha Leal; Alberto Xavier.

José Joaquim Fernandes de Almeida



Nasceu em Ribeira de Pena em 14 de Maio de 1867. Era filho de Ana Joaquina Fernandes. Em 1925 encontrava-se viúvo. Era pai de José Júlio Fernandes de Almeida. Formou-se em medicina e exerceu a profissão de médico. Foi presidente da Comissão Executiva da Assistência Nacional aos Tuberculosos em 1913. Foi director do jornal *Evolução* de Vila Real.

Foi membro do Partido Republicano Evolucionista (1912-1919), do Partido Republicano Liberal (1919-1923), do Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) e da União Liberal Republicana (1926-1930). Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Vila Real em 1926.

Foi Senador por Vila Real nas últimas quatro legislaturas da I República (1919-1921; 1921-1922; 1922-1925; 1925-1926). Foi eleito 1.º Secretário da mesa do Senado em Fevereiro de 1922 e em 2 de Dezembro foi eleito 2.º Secretário do Senado. Ocupou fugazmente a pasta do Trabalho nos dias 15 e 16 de Janeiro de 1920.

José Marques Loureiro



Nasceu a 6 de Março de 1879 em Campo de Besteiros (Tondela). Era filho de António Marques Loureiro e de Felicidade de Jesus Horta e Vale. Era formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Dedicou-se à advocacia. A sua esposa faleceu em Março de 1923.

Iniciou a sua actividade política durante a Monarquia pelo Partido Progressista. Depois de um período de afastamento da política foi nomeado Governador Civil de Viseu em duas ocasiões (31-08-1918 a 18-02-1919 e 26-10-1920 a 02-02-1921). Regressou à política com o Sidonismo e aderiu posteriormente ao Partido Republicano Liberal, de onde transitou, em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. No dia 6 de Agosto de 1924, após uma pequena discussão na Câmara dos Deputados com os seus correligionários, solicitou em plena sala a sua saída do PRN, mas tal acabou por não se concretizar. Foi substituto do Directório do PRN entre 1924 e 1935.

Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Silves, nas listas do Partido Republicano Liberal e em 1925 pelo círculo de Viseu, nas Listas do Partido Republicano Nacionalista. Nestas últimas eleições os democráticos publicitaram um acordo eleitoral com José Marques Loureiro, tendo-lhe dado cerca de mil votos. Na sessão de 11 de Maio de 1926 apresentou a sua renúncia como deputado, mas as diligências da mesa fizeram com que reconsiderasse, pelo que regressou aos trabalhos parlamentares no dia 20 de Maio. Projectos de Lei que apresentou em 1924-1925: 958. Relator 1922: 15, 289, 290, 291, 292. 1922-1923: 502, 503 e 504. Projectos de Lei 1926: 6u, 194d.

Foi provedor da Misericórdia de Viseu no final da I República. Em 1933 era representante do Sindicato Agrícola de Viseu.

Faleceu em Viseu a 19 de Abril de 1956.

José Mendes dos Reis



Nasceu a 11 de Abril de 1873, em Macapá, estado do Pará, Brasil. Era filho de José dos Reis e de Maria Águeda Mendes Lemos, naturais da Vila de Loriga.

Veio para Portugal, e a 19 de Novembro de 1889 ingressou como voluntário em Infantaria 5, tendo concluído posteriormente o curso no exército, na arma de infantaria. Seguiu a carreira de oficial (alferes, 1895; tenente, 1899; capitão, 1907; major, 1915; tenente-coronel, 1917; coronel 1922; reformado, 1930) e, em simultâneo, foi professor em várias escolas: Escola Prática de Infantaria de Mafra; Escola do Exército; Escola Prática de Cavalaria e no Centro Nacional de Esgrima. Foi professor de esgrima na Escola Prática de Cavalaria, tendo sido muitas vezes premiado em diversos concursos dessa disciplina. Foi vogal da Comissão Técnica de Infantaria e 2.º comandante da Escola de Guerra, antes de partir em serviço para Moçambique e Angola (Naulila, 1914). Participou no Corpo Expedicionário Português em França em 1918 e comandou a guarnição de Lisboa em 1919. Foi governador militar de Viana do Castelo, presidente da Comissão Executiva de Educação Física do Exército e vogal da comissão de estudo do regime dos tabacos em 1924. Em 1924-1925 participou no inquérito à Companhia do Niassa.

Esteve envolvido na defesa da República durante as incursões monárquicas de 1911-1912. Comandou um grupo de metralhadoras em operações efectuadas em Braga, Arco de Valdevez, Chaves e Montalegre e foi comandante do destacamento que sufocou a rebelião de Celorico de Bastos em 1912. Nesse ano desempenhou funções como comissário da polícia de Braga. Em 1919, voltou a defender a República durante a Monarquia do Norte e envolveu-se na «Escalada de Monsanto».

Em termos partidários, deixou a independência para se aproximar dos «Governamentais», liderados por Cunha Leal em 1922. Daí transitou para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Em Dezembro de 1923 abandonou o PRN e aderiu à cisão encabeçada por Álvaro de Castro, ingressando na Acção Republicana. Em Dezembro de 1925 aderiu ao PRP.

Foi eleito senador por Faro entre 1919 e 1926. Foi ministro da Guerra entre 15 e 16 de Janeiro de 1920.

Enveredou pela oposição revolucionária após a instauração da Ditadura Militar. Foi um dos líderes do movimento revolucionário de Fevereiro de 1927, em Lisboa. Após este fracasso foi separado do serviço (15-11-1927 a 11-7-1930), preso e deportado para Angola. Em 1929 foi transferido para os Açores e posteriormente para a Madeira. Apoiou o general Sousa Dias na revolução da Madeira de 1931. Foi outra vez preso e demitido em Abril de 1931, sendo-lhe concedida a reintegração em 1937.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1927 na loja Liberdade com o nome simbólico de Marquês de Pombal.

Teve as seguintes condecorações: Medalha de Ouro comemorativa das Campanhas do Exército Português com a legenda "Sul de Angola 1914-1915"; Medalha Comemorativa do C.E.P. com a legenda "França 1917-1918"; Medalha da Vitória com estrela; Cruz de Guerra 1.ª Classe; Grau de Oficial da Ordem de Torre e Espada com palma dourada; os Graus de Comendador das Ordens de Cristo e de Sant' Tiago de Espada e a Ordem de Mérito Militar de Espanha com distintivo branco.

Faleceu em Lisboa, a 19 de Novembro de 1971.

José Novais de Carvalho Soares de Medeiros



Nasceu a 17 de Dezembro de 1874 em Vila Nova da Lixa (Felgueiras). Era filho de Álvaro Novais de Carvalho Soares e de Maria Cândida de Medeiros Novais. Era licenciado em medicina. Seguiu a carreira militar na armada, como oficial-médico, tendo atingido a patente de capitão-de-mar-e-guerra. Em 1902 participou como médico numa expedição militar em Angola. Durante a sua permanência em Angola, exerceu ainda as funções de secretário do governo do Congo.

Entre Março e Setembro de 1918 foi chefe de gabinete do ministro da Marinha, José Carlos da Maia. Foi eleito deputado pelo círculo de Penafiel nas legislaturas de 1918 (pelo Partido Nacional Republicano), 1921, 1922, (pelo Partido Republicano Liberal) e 1925 (pelo Partido Republicano nacionalista). Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926.

Morreu a 22 de Março de 1938 na Escalheira (Lixa).

José Pedro Ferreira



Nasceu a 12 de Janeiro de 1870 nas Caldas da Rainha. Era filho de José Pedro Ferreira e Maria das Dores Ferreira. Era proprietário de uma barbearia e funcionário público no Hospital Rainha Dona Leonor nas Caldas da Rainha.

Foi director d' *O Círculo das Caldas*, quando este jornal defendia as cores do Partido Progressista. Aderiu à República tendo sido Presidente do Senado (1919) e Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (1921). Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Alcobaça nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou no Parlamento em 1922: 29-E; 1923-1924: 709-H; 1924-25: 890-A; 974-B. Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923, tendo sido membro da Comissão Política Municipal das Caldas da Rainha (1923). Aderiu à Acção Republicana em Dezembro de 1923.

Morreu nas Caldas da Rainha, a 29 de Novembro de 1943.

Júlio Dantas



Nasceu em Lagos, a 19 de Maio de 1876. Filho do oficial Casimiro Augusto Vanez Dantas (1850-1904, chegou ao posto de general de brigada) e de Maria Augusta Pereira de Eça. Casou em 30 de Maio de 1942 com Maria Isabel Penedo Cardoso e Silva Dantas.

Viveu em Lisboa desde 1879, completou a instrução primária na Escola Nacional de Barros Proença em 1885 e fez o exame de instrução complementar no Liceu de Lisboa em 1886. Nesse ano ingressou Colégio Militar, onde se manteve até 1892. Após frequentar o curso preparatório da Escola Politécnica, foi admitido, em 1894, na Escola Médico-Cirúrgica, na qual alcançou o bacharelato (1899) e a licenciatura (1900) em medicina.

Iniciou a carreira militar como Médico (alferes-médico, 1902; tenente-médico, 1903), servindo no exército (1902-1910) e na Guarda Nacional Republicana (1910-1912). Foi reformado do exército em 1914 e demitido a seu pedido em 1924. Apesar de ser médico, nunca fez clínica profissional a não ser durante as suas obrigações castrenses. Em 1909 ganhou o concurso para um lugar de professor e director da secção Dramática do Conservatório Nacional. A República transformou esta secção, na Escola de Arte de Representar, mantendo-se Júlio Dantas, como seu professor e Director até 1930. Nesse ano houve a fusão das Escolas de Teatro e Música do Conservatório, mantendo-se Júlio Dantas na chefia, agora como inspector (1930-1935) e mais tarde como Director (1935-1936). Desempenhou ainda funções como inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos (1912-1946), presidente da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais (1925-1926). Foi comissário do governo junto do Teatro D. Maria II entre 1906-1912. Foi sócio da Academia das Ciências (correspondente desde 14-05-1908, efectivo a partir de 26-6-1913 e de mérito desde 20-10-1932, ocupando a cadeira n.º 23), presidiu à respectiva Classe de Letras (1921 e 1928) e à própria Academia das Ciências (1923, 1929, 1931, 1933, 1935, 1937, 1941, 1943, 1945-1959).

Publicou uma vasta obra literária, distinguindo-se como um dos autores portugueses com maiores tiragens e como um dos mais lidos e conhecidos da primeira metade do século XX em Portugal e no estrangeiro. A sua produção literária abarca géneros muito variados — teatro, poesia, novela, conto, romance, tradução, ensaio, medicina, arqueologia, história, argumento, publicista —, tendo alguns dos seus textos, sido adaptados a óperas, a operetas e ao cinema. Começou pela poesia, mas distinguiu-se, sobretudo, no teatro, no drama e no romance histórico, frequentemente tomando como cenário o século XVIII. Apesar do sucesso de que gozou na altura, a figura de Júlio Dantas veio a ser associada nalguns sectores ao academismo literário, o que o tornou alvo de ataques por parte dos jovens escritores modernistas, como Almada Negreiros, com o Manifesto Anti-Dantas (1915), que viam condensado, na sua obra, tudo o que havia de estagnação na cultura portuguesa. Esta posição era contudo minoritária, uma vez que na sua época era considerado um dos maiores escritores portugueses. Da sua vasta obra literária merece destaque os seguintes títulos. Na poesia: *Nada* (1896) e *Sonetos* (1916). No teatro: *A Severa* (1901), *A Ceia dos Cardeais* (1902),

Rosas de Todo o Ano (1907) e *Soror Mariana* (1915). Na prosa: *Outros Tempos* (1909), *Figuras de Ontem e de Hoje* (1914), *Pátria Portuguesa* (1914), *O Amor em Portugal no século XVIII* (1915), *Arte de Amar* (1922) e *Marcha Triunfal* (1954). Nos ensaios e estudos médicos: *Pintores e poetas de Rilhafones* (tese médica, 1900). Na tradução: *Cyrano de Bergerac*, de Rostand (1889) e *Rei-Lear*, de Shakespeare (1901). Colaborou em muitos jornais portugueses como o *Diário Ilustrado*, *Novidades*, *Correio da Manhã*, *Ilustração Portuguesa*, *A Capital*, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto* e no *Correio da Manhã* do Brasil e *La Nacion* de Buenos Aires.

Iniciou-se na política durante a monarquia, sendo requisitado para adido do Ministério do Reino em 1903, quando era ministro Hintze Ribeiro. Foi deputado pelo Partido progressista por Coimbra em 1905-1906. Foi eleito Senador pelas Belas Artes (1918-1919), representando as escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Foi Senador por Leiria em 1921-1922 e 1925-1926. Nesta última eleição, devido a diversas irregularidades no processo eleitoral, só foi proclamado senador em 3 de Fevereiro de 1926. Sob o Estado Novo, foi procurador à Câmara Corporativa até à 7.^a legislatura (20-1-1935 a 18-11-1960) na qualidade de representante das Academias e Institutos de Alta Cultura científica ou literária (função inerente à presidência da Academia de Ciências).

Bernardino Machado convidou-o, em 1914, para ministro dos negócios estrangeiros, mas rejeitou. A sua primeira passagem pelo executivo só ocorreria, em 1920, na pasta da Instrução, que ocupou entre 21 de Outubro e 20 de Novembro no Governo de António Granjo e entre esta data e 30 de Novembro no Governo de Álvaro de Castro. Voltou mais duas vezes ao governo, à frente do ministério dos negócios estrangeiros, entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922 no Gabinete de Cunha Leal, e desde 15 de Novembro até 18 de Dezembro de 1923 no Executivo de António Ginestal Machado. Durante o primeiro mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros conseguiu melhorar as relações com a Santa Sé, chegando a um acordo para que o Presidente da República voltasse a usar um direito antigo dos Reis portugueses (em prática desde D. João V) enquanto padroeiros – direito à entrega solene do barrete cardinalício aos núncios em Lisboa quando, no fim da carreira ingressassem no Sacro Colégio, que acabou por ser efectuado por António José de Almeida a 3 de Janeiro de 1923. Estabeleceu ainda as negociações para uma nova concordata sobre o padroado do Oriente, um acordo comercial com a França e um incremento nas relações a China, tendo-lhe sido concedido uma Grã-Cruz pelo Governo Chinês. No segundo mandato à frente dos Negócios Estrangeiros a sua acção centrou-se na política de dívidas inter-aliadas, em particular nas negociações no sentido da liquidação da dívida de guerra à Grã-Bretanha por encontro de contas com as reparações alemãs e negociações de novos acordos comerciais com o Brasil e com a França.

Em termos partidários defendeu as cores do Partido Progressista entre 1905 e 1906. Após a implantação da República mantém-se afastado das actividades partidárias até ser convidado por Álvaro de Castro, em 1920, para a fundação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Manteve-se neste partido até Fevereiro de 1923, data da fundação do Partido Republicano Nacionalista (fusão do Partido Republicano de Reconstituição Nacional e do Partido Republicano Liberal). Teve forte protagonismo no Partido Republicano Nacionalista, fazendo parte do seu Directório (1923-1935) e redigindo alguns dos seus manifestos, com destaque para o inicial, publicado no *República* a 17 de Fevereiro de 1923. Júlio Dantas tornou-se Presidente do Directório do PRN no dia 23 de Março de 1927, substituindo António Ginestal Machado. Durante a Ditadura Militar o PRN oscilou entre o entendimento com os militares ordeiros para a edificação de um novo regime, no qual este partido teria uma posição relevante e aproximações ao «revirinho» golpista. Contudo, a afirmação da

União Nacional enquanto partido da Ditadura e a abertura da Assembleia Nacional em 1935, com a presença de Júlio Dantas na Câmara Corporativa, levou à dissolução do Partido Republicano Nacionalista em 7 de Fevereiro de 1935.

Júlio Dantas participou em inúmeras missões diplomáticas e foi membro de diversos organismos nacionais e internacionais. Foi incumbido de uma missão diplomático-literária ao Brasil em 1923 para estabelecer com a Academia Brasileira as bases de um acordo sobre a unidade da Língua escrita. Desempenhou no final de 1926 uma missão diplomática a Londres, presidindo uma delegação de que também faziam parte Mário de Figueiredo e Armindo Monteiro, para a liquidação das dívidas de guerra à Grã-Bretanha, tendo o acordo sido assinado a 11 de Janeiro de 1927. Em 1941 outra missão o levariam ao Brasil como embaixador extraordinário, em agradecimento pela participação do país irmão nas Comemorações Centenárias de 1940. Regressou ainda como Embaixador extraordinário à Terra de Vera Cruz, a S. Salvador da Baía, em 1949 nas comemorações do seu IV Centenário. Foi o chefe da delegação portuguesa na Conferência Diplomática de Bruxelas (1948). Foi membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações entre 1933 e 1943. Foi Presidente da Comissão Executiva dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal (1940), da Conferência Inter-académica Luso-brasileira para a unidade da Língua Escrita (1945), da delegação à Conferência Diplomática de Bruxelas (1948), e da 1.^a e 2.^a reunião da Comissão Permanente da União de Berna em Neuchatel (1949) e Lisboa (1950). Presidiu às Comissões Executivas do Centenário de Guerra Junqueiro em 1950 e de Almeida Garrett em 1954. *Doutor Honoris Causa* pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro (1924), pela Universidade do Brasil (1949) e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1955), era cidadão honorário do Brasil desde 1941. Era membro da Academia Espanhola, da Academia de História de Madrid e da Academia Brasileira de Letras e de mais algumas dezenas de instituições culturais do mundo. Possuía as condecorações de Santiago de Espada, Ordem de Cristo, Legião de Honra, Cruzeiro do Sul (Brasil), Ordem de Mérito da República Argentina, de Leopoldo II (Bélgica), de Isabel, a Católica (Espanha) e Comendador da Ordem do Império Britânico.

Júlio Dantas estabeleceu pontes de contacto entre a Monarquia, a I República (incluindo o Sidonismo) e o Estado Novo e entre os adversários e os apoiantes da Ditadura. Os seus críticos destacavam o facto de ser “dotado de grande maleabilidade política” (*República*, 25-5-1962). Por isso, no seu funeral participaram diversas figuras da situação, como Oliveira Salazar e membros da oposição, como Hernâni Cidade. Júlio Dantas faleceu em Lisboa no dia 25 de Maio de 1962. O seu corpo depois de ter estado depositado na Academia das Ciências de Lisboa, foi a enterrar no cemitério dos Prazeres.

Júlio Ernesto de Lima Duque



Nasceu a 11 de Agosto de 1859, em Santa Eufémia, concelho de Torres Novas. Era filho de José Gomes Duque e Otilia Simpatia de Lima Duque. Casou com Maria da Pureza Correia Leitão, da qual enviuvou. Casou uma segunda vez, em 1907, com a sua prima Isaura Carolina de Lima Duque.

Estudou Matemática, Filosofia e Medicina na Universidade de Coimbra, vindo a concluir bacharelato nesta última especialidade em 30 de Julho de 1886.

Iniciou a sua actividade profissional como médico municipal em Penacova. Posteriormente, ingressou no Exército, na arma de artilharia, onde exerceu funções de cirurgião-militar: tenente, 1889; capitão, 1897; major, 1911; tenente-coronel, 1911; coronel, 1917. Ocupou o cargo de inspector de saúde junto da 5.^a divisão. No final do século XIX prestou serviço em Moçambique na Companhia dirigida por Sanches de Miranda e Álvaro Andrea.

Teve uma vasta colaboração com a imprensa, escrevendo em diversos jornais e revistas: *Coimbra Médica*; *Revista Académica de Coimbra*; *Imparcial de Coimbra*; *Elvense*, *O Dia*; *Correio da Noite* (substituir temporariamente o director político Anselmo de Andrade), *Novidades*; *Jornal da Noite*; *Jornal de Penacova*; *Medicina Militar*; *A Província* (onde foi Director).

Iniciou a vida política como deputado do Partido Progressista na eleição suplementar no círculo uninominal n.º 53 de S. Pedro do Sul, que teve lugar a 3 de Julho de 1898. Foi ainda deputado pelos seguintes círculos: Penacova em 1899 e 1900; Arganil em 1901; Lamego em 1904; Viseu em 1905. Em 1910 candidatou-se por Arganil, mas a eleição não foi validada até ao 5 de Outubro. Era um poderoso influente eleitoral na região de Penacova e Poiares. Foi ainda Governador Civil de Évora (26-10-1904 a 02-05-1905). Na fase final da Monarquia abandonou os progressistas e procurou o apoio de diversos partidos para acautelar a sua eleição e influência local.

Após o 5 de Outubro manteve durante algum tempo as ideias monárquicas, tendo participado na revolução monárquica de 27 de Abril de 1913, em virtude da qual foi preso. Posteriormente, aderiu à República e filiou-se no Partido Republicano Evolucionista. Acompanhou a ala conservadora da República aderindo ao Partido Republicano Liberal (1919-1923) e ao Partido Republicano Nacionalista (1923). Fez parte da Comissão Distrital de Coimbra do PRL e foi eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922. Foi substituto do Directório do PRN e Presidente da Comissão Distrital de Coimbra do PRN em 1923. Em Dezembro de 1923 fez parte do efémero «Directório sombra» do PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) após a cisão. Em Dezembro de 1923 aderiu à dissidência liderada por Álvaro de Castro inscrevendo-se no Grupo Parlamentar de Acção Republicana.

Durante a República foi senador, pela primeira vez, em 1915-17, por Leiria, e em 1919-21, representando Portalegre. Em 1921-22, 1922-25 e 1925-26 voltou a ser senador, desta vez por Viseu. Em 2 de Dezembro de 1922 foi eleito 2.º Vice-Presidente do Senado.

Foi ministro do Trabalho em quatro ocasiões: 19 de Julho e 20 de Novembro de 1920; 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921; 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921; 18 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924.

Faleceu a 12 de Março de 1927 na sua casa da Cumeada, em Coimbra.

Lúcio de Campos Martins

Nasceu a 28 de Novembro de 1886 na Guarda. Era filho de António Fernandes Martins e de Maria José de Campos Martins. Estudou na Escola do Exército, seguindo a arma de Infantaria. Em 1925 era capitão.

Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Angola, nas listas dos «Governamentais», liderados por Cunha Leal. Ingressou no PRN por intermédio de Cunha Leal em Março de 1923. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926.

Manuel de Sousa da Câmara



Nasceu em Vila Viçosa a 18 de Novembro de 1871. Era filho de António Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara e de Carolina Josefa da Silva Cordeiro. Casou em Lisboa 10 de Setembro de 1898, com Maria Luísa Pereira d' Eça Mardel Ferreira (10-03-1873). O casal teve três filhos: Inês Emília de Sousa da Câmara (31-08-1899) que casou com João Estevão de Moraes Sarmiento (médico do Hospital da Marinha e da Liga dos Amigos dos Hospitais); António Pereira de Sousa da Câmara (06-11-1901), fundador e director da Estação Agronómica Nacional, que casou com Francisca de Campos Camacho Rodrigues; Inês Manuela de Sousa da Câmara (28-07-1904) que casou com António de Matos Barreto.

Estudou no Instituto de Agronomia e Veterinária de Lisboa, pelo qual se diplomou como engenheiro agrónomo (1896). Desempenhou diversos cargos: químico da Fiscalização das Farinhas e Pão (1898); assistente do Laboratório de Entomologia Vegetal (1898); chefe de serviço do Instituto de Agronomia (1901); agrónomo do quadro do Ministério das Obras Públicas (1902). No Instituto Superior de Agronomia tornou-se professor catedrático em 1905, vice-director em 1912, director interino em 1918 e director em 1922. Foi vice-presidente da Junta Geral da Campanha do Trigo e da Campanha de produção Agrícola. Em 1910 foi professor no Liceu Camões. Desempenhou muitas comissões de serviço, foi sócio da Academia das Ciências e vogal no Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (desde 1911). Tem uma vasta obra editada no domínio da sua especialidade e duas monografias *D. Luiz de Castro* (Lisboa, 1918) e *Cincinato da Costa* (Lisboa, 1930).

Foi membro da Maçonaria, iniciado em 1909 na loja José Estêvão com o nome simbólico de Saccardo. Em 1912 e 1913 foi presidente do conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano, Aderiu à dissidência e em 1914, atingindo o grau 33 no Grémio Luso-Escocês, fazendo parte do respectivo Supremo Conselho. Em 23 de Novembro de 1925 foi um dos membros da comissão delegada do Supremo Conselho do Grau 33 (Grémio Luso-Escocês) que estabeleceu um acordo com o Grande Oriente Lusitano.

Filiado inicialmente no Partido Republicano Português, transitou para a União Republicana em 1912, para o Partido Republicano Liberal em 1919 e para o Partido Republicano Nacionalista em 1923.

Em 1911 foi deputado por Estremoz, transitando posteriormente para o Senado. Em 1919 foi eleito Senador pela Horta. Representou de novo Estremoz, como deputado, nas legislaturas de 1921, 1922 e 1925. Em 1922 foi candidato às eleições municipais de Lisboa.

Ocupou o cargo de governador civil de Évora de 13 de Dezembro de 1917 a 16 de Março de 1918.

Ascendeu à pasta da agricultura em 1921, desempenhando funções ministeriais entre 24 de Maio e 30 de Agosto desse ano.

Com o início da Ditadura abandonou a actividade política, tendo-se dedicado à sua carreira de investigador e à docência até à sua morte. No entanto, durante esse período integrou a comissão de revisão do regime cerealífero, de 1927, foi vice-

presidente da Junta Geral da Campanha do Trigo (1929) e da Campanha de Produção Agrícola (1930). Estas iniciativas tiveram a liderança do seu filho, que tinha fortes ligações ao Estado Novo.

Faleceu em Lisboa a 23 de Abril de 1955 e foi sepultado em Vila Viçosa.

Manuel Ferreira da Rocha



Nasceu em Lisboa, em 7 de Novembro de 1885. Concluiu o Curso Superior de Comércio como bacharel, Posteriormente, frequentou a Escola Naval (Administração) entre 1902 e 1910. Seguiu a carreira de oficial da Marinha (praça, 1902; aspirante, 1902; comissário de 3.^a classe, 1908; 2.^o tenente, 1914) até 29 de Agosto de 1917, data em que se demitiu. Também desenvolveu actividade como comerciante e no funcionalismo público. Na Armada, alcançou a chefia da 2.^a subsecção da Contabilidade Fabril. Na área da administração pública, desenvolveu maioritariamente actividade em Macau: foi secretário-geral do governo (1911-1913), inspector da Fazenda Provincial, membro do Conselho Legislativo (1917) e delegado do governo à Conferência Internacional para a reforma das pautas aduaneiras chinesas (1917). Ocupou ainda o cargo de vogal do Conselho Colonial.

Esteve filiado na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1925). No final de Julho de 1925 abandonou o PRN e tornou-se independente. Esta decisão foi tomada em conjunto com Ferreira de Mira e Moura Pinto, na sequência do apoio ao governo de António Maria da Silva. A sua actividade política esteve sempre ligada a Macau: encarregado do governo da colónia entre os anos de 1916 e 1917/18; deputado por Macau em 1919, 1921, 1922 e 1925. Projectos de lei que apresentou em 1924-25: 830-E; Relator 1922: 136. Teve duas passagens pelo governo, como ministro das Colónias: de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920 e de 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921. Abandonou a actividade política activa na sequência da instauração da Ditadura Militar, dedicando-se aos negócios, em particular à direcção da Companhia de Seguros «Tagus», onde era sócio.

Faleceu em Lisboa, em 5 de Agosto de 1951.

Manuel Ribeiro Alegre



Manuel Ribeiro Alegre nasceu em Águeda a 31 de Janeiro de 1881. Era filho de Francisco Sampaio Alegre e de Amélia Júlia Ribeiro Alegre. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1906. Sofreu uma expulsão disciplinar em 1905, por se ter manifestado acutilantemente contra decisões do governo monárquico de Hintze Ribeiro. No meio estudantil era uma figura destacada pelo seu activismo republicano e carbonário. Era também conhecido por ser um excelente executante de guitarra em afinação natural, de alcunha *O Valsista*. Manuel Ribeiro Alegre teve um grupo com Manassés de Lacerda e Adelino Sá.

Foi delegado da carbonária em Aveiro, conspirou activamente contra a Monarquia na região centro e deu um grande contributo para o sucesso da implantação da República em 1910 na Beira Litoral.

Trabalhou como Conservador do Registo Predial de Santarém. Foi Governador Civil de Santarém (24-05-1915 a 13-12-1917). Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1911, por Aveiro, e deputado nas legislaturas de 1919, 1922, e 1925 pelo mesmo círculo, primeiro nas Listas do Partido Republicano Português (1911 e 1919) e depois nas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1922) e em 1925 como independente, com o apoio do Partido Republicano Português. Em 1921 foi candidato a deputado pelo círculo de Aveiro, não sendo eleito. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 aderiu à cisão protagonizada por Álvaro de Castro, aderindo ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana.

Faleceu em São Pedro do Sul a 14 de Dezembro de 1940.

Manuel Soares de Melo e Simas



Nasceu na Horta em 10 de Julho de 1870. Era Filho de Manuel Maria de Melo e Simas e de Elisa Adelaide Soares de Simas. Casou com Laura Augusta Sarmento Moraes. O casal teve uma filha chamada Luísa.

Estudou no Liceu da Horta em 1881. Frequentou o curso preparatório da arma de artilharia na Universidade de Coimbra (1887) e o curso de Artilharia na Escola Militar (1889). Posteriormente frequentou Escola Politécnica de Lisboa (1905), tendo-se especializado em Estudos Astronómicos.

Assentou praça como voluntário no regimento de Infantaria n.º 23 em 27 de Novembro de 1889. Seguiu a carreira militar: praça, 1889; alferes, 1893; 2.º tenente, 1893; tenente, 1895; capitão, 1907; major, 1917; tenente-coronel, 1918; coronel, 1922; reserva, 1930. Serviu em várias unidades militares de Artilharia e participou na I Grande Guerra integrado no Corpo Expedicionário Português. Foi professor na Escola do Exército, contudo, foi na área da astronomia que teve maior projecção. Trabalhou no Observatório Astronómico da Tapada da Ajuda desde 1911. Em 1931 tornou-se subdirector desta instituição. Em 1912 deu a primeira lição na Universidade Livre sobre Astronomia. Na Academia das Ciências de Lisboa foi eleito membro correspondente em 1907 e membro efectivo em 1931, ocupando a cadeira 18 (Ciências Matemáticas). Integrou também a Sociedade Astronómica de Espanha e América e a Sociedade Astronómica de França de que foi um dos fundadores.

Foi eleito senador pelo círculo da Horta em 1915. Em 1921 foi candidato a deputado por Ponta Delgada pela Federação Nacional Republicana, não sendo eleito.

Esteve filiado na União Republicana, no Centro Reformista desde 1914 (vulgarmente designado de Partido Reformista) e na Federação Nacional Republicana desde 1919, fazendo parte dos seus corpos gerentes. Em Abril de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista com outros correligionários. Foi substituto do Directório do PRN desde o 2.º Congresso (1924-1935). Participou na Junta Consultiva do PRN até à sua última reunião em 1930. Foi ministro da Instrução no governo nacionalista liderado por António Ginestal Machado, entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923. Publicou diversas obras no seu domínio da especialidade e colaborou com jornais e revistas: *Revista de Artilharia* (1906-1907); *Sociedade Futura*; *O Século*; *Diários dos Açores*; *Folha*; *O Fayalense*; *Gazeta de Notícias*; *O Telégrafo*.

Foi condecorado pelos governos inglês, francês e português com a comenda da Ordem do *British Empire*, a Legião de Honra e as medalhas da campanha de França, da Vitória e de prata de comportamento exemplar. Era também comendador da Ordem de Cristo e grande oficial da Ordem de Avis.

Faleceu em Lisboa, em 10 de Agosto de 1934.

Mariano de Melo Vieira



Nasceu a 9 de Janeiro de 1885 em Lisboa. Era filho de António Vieira e Malvina Adelaide de Melo Vieira. Foi casado em primeiras núpcias com Isaura Salvatori Santos de Melo Vieira, com a qual teve um filho, Jorge Santos de Melo Vieira. Foi casado em segundas núpcias com Olívia Perry Vidal Pereira Bastos de Melo Vieira, filha do general João Pereira Bastos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1909. Assinou o manifesto da Academia de Coimbra de 4 de Dezembro de 1906 e participou na greve Académica de Coimbra em 1907, tendo ficado ferido. Foi advogado, escrivão do 1.º ofício da 4.ª vara do Tribunal da Boa Hora e jornalista.

Foi o fundador do bi-semanário *Humanidade* de Coimbra e do *Voz do Povo*, (órgão da União Republicana no concelho de Oeiras). Foi o director de *O Debate* (órgão do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista no concelho de Oeiras) e da *República Portuguesa* (órgão do Partido Republicano Nacionalista) e colaborador d'*A Lucta, República e Povo de Oeiras*.

Iniciou a sua actividade partidária no PRP, passou em 1912 para a União Republicana, em 1919 para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Foi governador civil de Beja de 6 de Junho a 17 de Agosto de 1921. Em 1925 foi eleito deputado pelo PRN pelo círculo de Torres Vedras. Foi 2.º secretário da Câmara dos Deputados. Apresentou os seguintes projectos de lei em 1926: 7a, 44l. Fez parte, como vogal, do Conselho de Administração do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e presidiu à Sociedade Portuguesa de Instrução e Educação. Manteve uma oposição à Ditadura nas páginas d'*O Debate* até 1932. Pertenceu à Maçonaria, tendo feito parte do Supremo Conselho dissidente.

Morreu em Lisboa a 10 de Março de 1951.

Mário de Magalhães Infante



Nasceu a 30 de Novembro de 1875 em Cantanhede. Era filho de Carlos Augusto Magalhães Infante e Maria Lúcia Pessoa Infante. Era proprietário e foi Tesoureiro da Fazenda Pública de Vila Franca de Xira em 1918-1919. Exerceu ainda as funções de vogal do Conselho Superior dos Seguros Sociais.

Foi eleito deputado em 1921 e 1922, pelo círculo de Vila Franca de Xira, nas listas do Partido Republicano Liberal. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista e à União Liberal Republicana em Dezembro de 1927.

Morreu a 7 de Dezembro de 1939, na Quinta do Amparo, em Leiria.

Matias Boleto Ferreira de Mira



Nasceu a 21 de Novembro de 1875 em Canha (Montijo). Era filho de António Boleto Ferreira de Mira e Maria José Baptista Boleto. Casou com Estrela Rosa da Silva Vassalo de Mira.

Estudou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Após ter concluído o curso de medicina iniciou funções como médico em Canha (1899 e 1910). Posteriormente iniciou a actividade de investigação e docência: foi director do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, assistente (1912 a 1918) e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e encarregado do curso de Química Fisiológica (1918 a 1944).

Publicou uma vasta obra na área da ciência médica, didáctica e pedagogia. Colaborou em várias revistas nacionais e internacionais, como a revista *Seara Nova* e os jornais *A Lucta* (de que foi redactor principal de 1918 a 1922 e Director em 1922), *O Diabo* e *Diário de Notícias*. Era membro da Sociedade das Ciências Médicas, da Sociedade de Estudos Pedagógicos e presidiu à Sociedade Portuguesa de Biologia. Deu uma conferência na Universidade Popular em Lisboa em 10 de Outubro de 1934 sobre "Defesa contra a Tuberculose".

Iniciou a sua actividade partidária na União Republicana. Em 1919 transitou para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Foi o relator das bases dum programa para o PRL. Em 1923 era presidente do Centro Republicano Liberal de Lisboa. Foi eleito sub-líder dos deputados do PRN em Março de 1923. Abandonou o PRN no final de Julho de 1925 conjuntamente com Ferreira da Rocha e Moura Pinto, na sequência do apoio ao Governo de António Maria da Silva. O Directório do PRN ainda tentou que ele regressa-se a este partido. No entanto, em Setembro de 1925 informou António Ginestal Machado da sua decisão de não retornar ao PRN.

Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, uma vez por eleição e duas por comissão. Foi eleito deputado em 1921 e em 1922 pelo círculo de Santarém nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou em 1922: 27-B.

Morreu em Lisboa a 7 de Março de 1953.

Paulo da Costa Menano



Nasceu a 12 de Dezembro de 1881 em Fornos de Algodres. Era filho de António da Costa Menano e de Januária Paulo Menano. Era casado com Emília Santos Menano e pai de João António, Paulo, Maria Ana e Emília dos Santos Menano. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1903. Em Coimbra ficou famoso pela sua actividade musical ao lado do seu irmão, José Paulo Menano. Este duo notabilizou-se a tocar a guitarra e a cantar o fado de Coimbra em récitas e outras actividades artísticas. No entanto, foram os irmãos mais novos (Horácio, António e Alberto) que conseguiram a consagração no fado de Coimbra, em particular António Menano.

Exerceu os cargos de delegado do Procurador da República nas comarcas de Castelo de Vide, Penela, Estremoz, Mafra, Covilhã e Lisboa, de juiz de Direito na ilha do Pico e nas comarcas de Fronteira e Lisboa e de Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa a partir de Novembro de 1922 até Dezembro de 1923. Em Junho de 1924 deslocou-se a S. Paulo para estudar a organização policial dessa cidade. À data do seu falecimento presidia a direcção da Companhia Eléctrica da Beira, que ajudou a fundar, e encontrava-se aposentado da carreira de Juiz de Direito.

Integrou o Partido Republicano Evolucionista e aderiu em 1919 ao Partido Republicano Liberal. Foi eleito membro substituto do Directório do PRL no 3.º Congresso em Março de 1922. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Foi eleito substituto do Directório do PRN em 1923 e 1924.

Foi eleito deputado pelo PRL nas legislaturas de 1921 e 1922 pelos círculos de Gouveia e Arganil. Foi o 2.º vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1922. Projectos de lei que apresentou em 1922: 84-D e 259-G; 1922-23: 380-B; 397-C, 437C e 566. Relator 1922: 152.

Morreu em Lisboa a 9 de Março de 1960. Foi sepultado na sua terra natal.

Pedro Góis Pita



Nasceu em Santa Luzia, Funchal, em 26 de Maio de 1891. Era filho de António Félix Pita e de Maria da Conceição Góis Pita. Casou com Amélia da Conceição Barata Salgueiro da Silva Pita (n. 1895) e teve dois filhos: António da Silva Pita (n. 1913) e Maria Amélia Pitta e Cunha (n. 1915).

Fez os estudos liceais no Funchal e cursou Direito em Coimbra, vindo a alcançar o bacharelato em 1914. Regressou nesse momento à sua terra natal, vindo a desempenhar as funções de advogado, de vogal do registo predial e de notário da comarca funchalense. Veio para Lisboa no início dos anos vinte continuando a exercer advocacia (tinha escritório na Rua Nova do Almada e posteriormente na rua da Prata) e a ser conservador do registo predial até à sua aposentação. Compartilhou o primeiro escritório com Raul Lelo Portela e Carlos Olavo. Foi vogal do Conselho Superior Judiciário (1927-1933), presidiu à Direcção da Caixa de Aposentações dos Conservadores do Registo Predial (1927-1934) e foi bastonário da Ordem dos Advogados (quatro mandatos sucessivos de 1957 a 1971). Durante este período desempenhou um papel importante na defesa dos presos políticos e na manutenção de uma certa autonomia da advocacia face ao Estado Novo.

Foi co-proprietário e co-director da Revista do Notariado e Registo Predial. Foi eleito sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa em 27 de Março de 1924 e eleito sócio efectivo em 16 de Julho de 1931, tendo ocupado a cadeira n.º 38 e daí transitou para a cadeira n.º 32 em 30 de Outubro de 1941. Em 1970 tornou-se vice-presidente da classe de Letras e em 1973 e 1974 foi presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Pedro Góis Pita publicou algumas dezenas de estudos nas áreas do direito em que era especialista, nomeadamente, entre outros, *Pratica da Advocacia* (1920), *Estudos de Direito* (sd), *Contrato de Colónia na Madeira* (1929), *O novo código civil e o registo predial*, (1940), *Elogio histórico de José Maria Barbosa de Magalhães* (1957), *Discurso* (1958), *Contribuição para uma futura reforma do registo predial* (1961), *Discurso de homenagem aos falecidos bastonários Catanho de Menezes e Artur de Moraes Carvalho* (1963). Apresentou ainda algumas comunicações sobre assuntos jurídicos na Academia das Ciências de Lisboa.

Tinha a ordem de Cristo, e de Santiago; Grã-Cruz da Espiga de Ouro (China) e Grande Oficialato de Santo Olavo (Noruega).

No domínio político, abandonou em 1920 a militância no Partido Republicano Português, para aderir ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, vindo depois a transitar em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista, de cujo Directório foi membro desde a sua fundação até à sua dissolução (1923-1935). Durante este período foi secretário do Directório, apresentando o relatório do Directório em todos os congressos do PRN. Tornou-se sub-líder do PRN na Câmara dos Deputados em 1926.

Foi deputado nos anos de 1919 a 1926 (representando o Funchal em 1919, 1921 e 1922 e Castelo Branco em 1925). Projectos de lei que apresentou em 1922: 3-D, 3u, 6h, 36c, 68d, 96f, 96g, 160b, 207c, 322a, 372. 1922-23: 376j, 432f, 464c, 608a, 611b. 1923-24: 668c; 1924-25: 947b, 945j, 950. Relator 1922: 47, 48, 58, 163; 1922-23: 446, 447, 487. Projectos de lei em 1926: 81a, 103c, 136h. Desempenhou funções como ministro do Comércio e interino do Trabalho, entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923.

Participou na campanha eleitoral do MUD, integrando a segunda Comissão Central do MUD, constituída a 10 de Novembro de 1945 durante uma reunião no Teatro Taborda. Participou ainda na campanha presidencial do general Norton de Matos, em que falou numa das sessões do salão da Voz do Operário, presidida pelo Prof. Barbosa de Magalhães, tendo o seu discurso originado a intervenção da autoridade. Apoiou o *Bloco Académico Anti-Fascista* na recolha de fundos para apoiar os presos políticos. Manteve ligações permanentes com a corrente republicana de oposição ao Estado Novo, mas sempre num quadro de oposição legal e não violenta. A sua filha, Maria Amélia Pitta e Cunha, destacou-se à frente da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa durante a Guerra Colonial e era esposa de Paulo Arsénio Veríssimo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1950-1958).

Morreu em Cascais a 3 de Fevereiro de 1974.

Rafael Augusto de Sousa Ribeiro



Nasceu a 10 de Dezembro de 1886 em Valença. Era filho de João Baptista Ribeiro e Alexandrina Rosa de Carvalho Ribeiro. Era casado e residente da freguesia de Santa Maria dos Anjos, em Lisboa. Seguiu a carreira de funcionário público. Entrou em 1913 para a secretaria da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo alguns anos mais tarde vindo a chefiar este organismo.

Pertenceu ao Partido Republicano Liberal e ao Partido Republicano Nacionalista (1923-1935).

Foi Governador Civil de Faro entre 31-10-1921 e 14-11-1921 e secretário dos ministros da Instrução Pública (entre 22 de Dezembro de 1921 e 4 de Fevereiro de 1922), da Justiça e Cultos (de 14 de Dezembro de 1922 a 16 de Novembro de 1923) e da Instrução Pública (de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924). Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Viana do Castelo nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Participou nas Comissões de Estatísticas, Obras Públicas e Minas.

Foi preso em 14 de Junho de 1929 por ter feito algumas afirmações contra o Governo no café Martinho. Foi libertado a 15 Junho de 1929, tendo entregue no Governo Civil de Lisboa a quantia de 1000\$00 com destino à assistência. No Verão de 1930 voltou a ser preso no Aljube, tendo nessa ocasião escrito a António Ginestal Machado a solicitar o apoio do partido. Publicou um artigo sobre a necessidade de defender a imprensa republicana n' *O Debate*, a 1 de Junho de 1930. Pelo Decreto 25.317 Foi desligado do funcionalismo público por decisão do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935, com base no decreto 25317 de 13 de Maio de 1935. Em 1947 pertenceu ao MUD em Valença¹.

Colaborou em vários jornais e publicou diversas obras: *Preparação de Portugal para a Guerra* (1916), *Administração colonial: lições coligidas em rigorosa harmonia com o programa do curso e com as prelecções feitas no ano de 1916-1917 pelo Exm.º Professor Dr. Martinho Nobre de Mello* (1917); *História do Direito Português* (1923); *O Exército e a Política: a propósito duma pretendida ditadura militar* (1924); *O Iberismo dos monárquicos* (1930) e colaborou em vários jornais e revistas.

Morreu a 26 de Outubro de 1947.

¹ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: Processos números 4342, 10459 e 4675; ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CO/PC-8F, pp. 78-83.
O Debate, 1-6-1930, p. 1.

Raul Lelo Portela



Nasceu a 4 de Setembro de 1888, em Fontes (Santa Marta de Penaguião). Filho de António José Portela (médico, bacharel pela Universidade de Coimbra) e de Olinda Ferreira Ponce Leon Lelo. Irmão de Alberto Lelo Portela e de Aurélio Lelo Portela.

Casou com Ester Silva Gouveia Portela (nasceu em 1895) em 1917, filha de António Silva Gouveia (comerciante e proprietário da Casa Gouveia na Guine). O casal teve quatro filhos: António Gouveia Portela; Maria Luísa Gouveia Lelo Portela (nasceu em 16-02-1920); Maria do Carmo Gouveia Portela (nasceu em 16-02-1920); Ester Maria Gouveia Lelo Portela.

Após cursar Direito em Coimbra, onde alcançou o bacharelato em 1912, seguiu a carreira de advogado em Lisboa. A partir de 1921 dedicou-se à actividade comercial e industrial na Metrópole e nas Colónias, dados os contactos que o seu sogro lhe proporcionou. Tinha escritório de advocacia na Rua Nova do Almada, conjuntamente com Pedro Pita e Carlos Olavo. Em 1928 foi representante dos produtores de Vinho do Douro numa comissão nomeada pelo governo, na qual também havia representantes dos exportadores. Esta comissão pretendia solucionar a questão do entreposto de Gaia.

Elaborou vários e importantes estudos económicos e financeiros, entre os quais se destacam: *Economia política: místicas do dirigismo*, (1957); *Economia e finanças*, (1955); *Mercado comum e zona do mercado livre* (1957).

No final da Monarquia participou nas comissões de protesto antifranquistas.

Passou pelo Partido Republicano Evolucionista (1911-1919) e pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923). Neste último partido foi eleito membro efectivo do Directório no 3.º Congresso em 1922. Em Fevereiro de 1923 ingressou no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926), tendo feito parte do seu directório entre 1923 e 1926. Neste último ano ingressou na União Liberal Republicana (1926-1931), onde foi 1.º secretário da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Vila Real. No verão de 1931 aderiu à Aliança Republicano-Socialista.

Foi eleito deputado por Vila Real em 1919 e 1921 pelo PRL e em 1925 pelo PRN. Apresentou dois projectos de lei em 1926: 24c, 206B. Representava Vila Real no Parlamento quando, em 1919, se insurgiu contra as expropriações dos bens dos monárquicos.

Foi Ministro da Justiça entre 30 de Agosto e 19 de Outubro de 1921, no gabinete formado por António Granjo. Enquanto foi ministro reuniu todos os conselhos disciplinares do Ministério da Justiça no Conselho Superior Judiciário.

Já na vigência da Ditadura, foi colaborador do periódico *O Sol*, propriedade do seu irmão Alberto Lelo Portela (Coronel). Durante o Estado Novo fez parte «oposição possível» dentro da legalidade, com particular empenho no domínio económico.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1909 na loja Estrela de Alva com o nome simbólico de João de Deus.

Faleceu na sua casa, no Paço do Cardigo, perto de Ponte de Lima, em 1 de Abril de 1972.

Ricardo País Gomes



Nasceu em Passos de Silgueiros (Viseu), a 12 de Março de 1868. Era filho de José de Almeida Gomes e de Ana da Anunciação Pais Soares. Casou com Maria Gracinda Macário Gomes em 15 de Junho de 1899, com quem teve quatro filhos (Ricardo Júlio; Afonso Henriques; Maria Gracinda e Alice).

Frequentou o Seminário de Viseu e completou os estudos secundários no Liceu de Viseu. Estudou em Coimbra entre 1890 e 1897. Frequentou a Faculdade de Direito, alcançando o bacharelato em 1897. Exerceu a advocacia e o jornalismo em Viseu.

Pertenceu ao corpo redactorial da *Democracia da Beira* desde 1891 e da *Ideia Nova*. Colaborou ainda n' *A Nova Lucta* (1894) e n' *O Intransigente* (1894-1895). Foi Director e redactor político do semanário *A Beira* (1906).

Foi secretário-geral do ministério do Interior (1911) e director geral da Administração Política e Civil (1922-1926). Pertenceu ao Conselho Superior de Finanças nos anos vinte.

Foi um dos mais importantes propagandistas da República em Viseu desde 1890. Em 1904 foi um dos fundadores do Instituto Liberal de Instrução e Recreio de Viseu e no ano seguinte participou na criação do Centro Democrático Republicano de Viseu. Em 1909-1910 fundou o centro Federal Republicano da Beira Alta.

Filiado inicialmente no Partido Republicano Português (desde 1890), passou sucessivamente pelos partidos Evolucionista (PRE), Liberal (PRL) e Nacionalista (PRN). Foi presidente da Comissão Distrital Republicana de Viseu (1910).

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1899, no triângulo 18, de Viseu, com o nome simbólico de *Capmourdin*.

Foi candidato republicano nas últimas eleições durante a Monarquia em Agosto de 1910, não sendo eleito. Foi deputado por Pinhel na constituinte (1911), passando depois para o Senado. Foi vice-secretário do Senado (1913). Retomou o lugar nesta Câmara, como senador por Viseu, em 1915 e 1919. Regressou ao Senado, por Viseu, ainda em 1921 e, por Coimbra, em 1922 (PRL; PRN).

Foi o primeiro governador civil de Viseu após o triunfo republicano (05-10-1910 a 12-07-1911).

Ocupou a pasta da Marinha entre 19 de Julho e 20 de Novembro de 1920; entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921; e desde 30 de Agosto de 1921 até 19 de Outubro de 1921.

Faleceu em Viseu, a 21 de Janeiro de 1928.

Roberto da Cunha Baptista



Nasceu em Lisboa, em 22 de Julho de 1874. Casou com Amélia Barroso Pereira Vitorino da Cunha Baptista, tendo o casal tido alguns filhos. Seguiu a carreira militar, tendo concluído o curso do Estado Maior. Assentou praça em Artilharia em 1890 e progrediu na carreira de oficial do exército: alferes, 1893; tenente, 1895; capitão, 1906; major, 1913; tenente-coronel, 1916; coronel, 1917; general, 1922. Cumpriu algumas comissões de serviço em África, nomeadamente na fronteira do Transvaal durante a guerra anglo-boer no final do século XX e em Moçambique em 1894 e 1900. Em 1914 desempenhou o cargo de adido militar em Madrid. Nessa data foi indigitado para seguir na projectada expedição a França, pelo que em 1916 chefiava o Estado Maior da Divisão que treinava em Tancos. Chefiou o Estado Maior do Corpo Expedicionário Português (1917-1919). Em 1919 foi chefe de Divisão no ataque a Monsanto. Entre 1919 e 1921 comandou a 3.ª Divisão do Exército, no Porto. Em 1921 e 1922 chefiou o Estado Maior da Guarda Nacional Republicana, foi comandante da 1.ª Divisão (1922-1924). Em 1924 participou na repressão à revolta dos aviadores. Após o 28 de Maio, chefiou o Estado Maior do Exército (1927-1928), foi professor da Escola da Guerra e comandou a Escola Militar (1928-1932). Recebeu as ordens de Torre e Espada, de Avis e de Cristo.

Em termos partidários teve um percurso variado. Durante a Monarquia integrou o Partido Regenerador-Liberal. Após a implantação da República integrou o Partido Republicano Português. Em 1920 aderiu ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, sendo substituído do Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e a 18 de Dezembro do mesmo ano abandonou este partido para se tornar independente, mas próximo de Álvaro de Castro.

Durante a Monarquia foi deputado pelo Partido Regenerador-Liberal (1908-1910) e ajudante do ministro Sebastião Teles (1909). Já durante a República colaborou com os «Jovens Turcos» e foi chefe de gabinete do ministro Pereira Bastos (1913-1914). Esteve preso em 1918. Foi Ministro da Guerra de 20 a 30 de Novembro de 1920. Foi candidato a deputado pelo PRRN pelo círculo de Viseu em 1921, não sendo eleito. Foi eleito senador por Viseu em 1922 pelo PRRN e em 1925 transitou para a nova legislatura, mantendo-se no Parlamento até ao seu encerramento a 31 de Maio de 1926. Aderiu ao Grupo de Estudos Democráticos em 1931.

Faleceu a 16 de Setembro de 1932, em Viseu.

Rodolfo Xavier da Silva



Nasceu em Lisboa, a 9 de Julho de 1877. Era filho de Carlos Joaquim Xavier da Silva. Era pai de Xavier Ganz da Silva e cunhado de Homem Cristo (pai). Foi aluno do colégio militar. Licenciado em 1905 pela Escola Médico-Cirúrgica. Foi médico e professor no Instituto de Medicina Legal, área em que realizou diversos estudos. Co-organizou o Arquivo Geral do Registo Criminal, fez estudos de dactiloscopia e exerceu funções como médico-antropologista da Penitenciária de Lisboa. Foi director da polícia científica, da penitenciária de Lisboa, do Dispensário Policlínico, do Instituto de Criminologia (1.ª secção), dos Serviços de Puericultura e dos serviços clínicos da Junta de província da Estremadura. Foi aposentado das funções públicas em 1947. Foi autor de diversas obras relacionadas com a sua profissão.

Iniciou a sua actividade política durante os estudos superiores, tendo ligações à Maçonaria e ao republicanismo. Aderiu ao Partido Republicano Português e em 1920 ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, tendo pertencido ao seu Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Fez parte da Comissão para elaborar o programa do PRN. Em Dezembro de 1923 abandonou o PRN e aderiu à Acção Republicana. Ainda fez parte do Directório do PRN liderado por Álvaro de Castro que se enfrentou ao Directório liderado por António Ginestal Machado em Dezembro de 1923.

Ocupou o cargo de governador civil de Lisboa de 30 de Abril a 9 de Agosto de 1917. Em 1919 foi eleito deputado pelo círculo por Lisboa Ocidental. Em 1921 Foi candidato a deputado pelo PRRN no círculo de Alcobaça, não sendo eleito. No entanto, viria a ser eleito senador por Moçambique pelo PRRN em 1922.

Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 30 de Março e 28 de Junho de 1919. Foi novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 8 de Março e 26 de Junho de 1920. Representou a o Grupo Parlamentar de Acção Republicana, enquanto Ministro do Trabalho (de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924) e enquanto Ministro da Instrução (de 15 de Fevereiro a 1 de Julho de 1925).

Faleceu em Lisboa, em 3 de Abril de 1955. Alguns membros da Esquerda Republicana estiveram presentes no seu funeral, entre eles, um representante de José Domingues dos Santos.

Silvestre Falcão
[Silvestre José Falcão de Sousa Pereira de Berredo]



Nasceu em Castro Marim, em 29 de Junho de 1866, filho de Silvestre Falcão de Sousa Pereira de Berredo e de Rita Sebastiana Celorico Drago. Casou com Elvira Monteiro Falcão, de quem teve descendência em Elvira Monteiro de Falcão. Frequentou a Faculdade de Medicina de Coimbra, alcançando o bacharelato. Foi um dos companheiros de curso de António José de Almeida e era amigo de Miguel Bombarda e Manuel de Arriaga. Exerceu clínica em Loulé, Tavira e Lisboa. Dedicou-se ao jornalismo e publicou poesia em diversas publicações. Colaborou com os seguintes jornais: *Azagaia*, Coimbra, 1891-1892; *Democracia do Sul*, Montemor-o-Novo e Évora; Fundou e dirigiu o jornal *Província do Algarve*, Tavira, 1908-1920 e dirigiu o órgão do Partido Republicano Nacionalista, *O Jornal*, Lisboa, 1924.

Fez parte do comité académico, em Coimbra, que colaborou na revolta de 1891. Iniciou a actividade política no PRP. Fez parte do «Bloco» em 1911, aderiu depois à União Republicana, onde desempenhou diversos cargos. Em 1919 aderiu ao Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista.

Foi Provedor da Misericórdia de Tavira e Governador Civil de Coimbra de 30 de Junho de 1911 a 4 de Dezembro de 1911. Foi empossado como ministro do Interior a 12 de Novembro de 1911, pasta que ocupou até 16 de Junho de 1912. Em Fevereiro de 1912, institucionalizou o 1.º selo branco em Portugal. Foi deputado por Faro em 1921 e senador pela mesma cidade, entre 1922 e 1926.

Faleceu em Lisboa, a 18 de Março de 1927 e está sepultado em Tavira.

Tomé José de Barros Queiroz



Nasceu em Quintãs (concelho de Ílhavo), a 2 de Fevereiro de 1872. Era filho de António José de Barros e de Matilde da Conceição Queirós de Barros, humildes lavradores. Foi para Lisboa em 1880, onde começou a trabalhar desde os oito anos. Foi primeiramente aprendiz de oficina e marçano. Em 1887 empregou-se como caixeiro na Casa José de Oliveira (candeeiros e canalizações). Depois de uma aprendizagem como autodidacta inscreveu-se nas aulas nocturnas da Escola Elemental do Comércio (1894-1897). Na Casa José de Oliveira foi ascendendo, desde empregado a comerciante, passando de caixeiro a gerente (1891), depois a sócio do mesmo estabelecimento (1902), até alcançar a propriedade da loja de candeeiros em Lisboa (1911). Viria a ser proprietário único da referida firma. Sempre ligado à actividade comercial, fez incursões na área da imprensa, fundando *A Voz do Caixeiro* e colaborando n' *O Caixeiro*. Na primeira década da I República foi redactor assíduo do jornal *A Lucta*, o jornal dirigido por Brito Camacho. Fundou o "Centro Nocturno da Associação dos Caixeiros" para que estes pudessem estudar. Foi presidente da Associação Comercial de Lisboa em 1913.

Foi Membro de várias comissões de sindicância e reforma dos serviços públicos, desempenhou os cargos de director da Companhia do Boror, de director e co-fundador da Companhia de Seguros «Mutualidade Portuguesa», e de vogal, vice-presidente e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (de Dezembro de 1910 a Maio de 1926).

Publicou a seguinte obra: *Apontamentos para o estudo dos impostos proporcional e progressivo*, Guimarães & C^a Editores, Lisboa, 1917.

Pertenceu à direcção central de todos os partidos onde militou: no Partido Republicano Português, a que aderiu em 1888, inscrevendo-se no Centro de Fraternidade Republicana do Pátio do Salema, chegando a ser co-director do mesmo (1889), esteve associado ao Grupo Republicano de Estudos Sociais (1896), foi membro da comissão instaladora do Centro de S. Carlos e presidente da comissão paroquial do PRP de Santa Justa. No final da Monarquia foi presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa e membro da vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa (substituto em 1908 e efectivo entre 1909-1911). No dia 5 de Outubro de 1910 proclamou a República em Sintra, em nome da Junta Revolucionária. Filiou-se posteriormente na União Republicana, onde se manteve entre 1911 e 1919, integrou, durante esse período, o respectivo Directório. No Partido Republicano Liberal, para onde passou em 1919, presidiu ao Directório desde aquele ano e liderou o grupo parlamentar até Julho de 1922. Finalmente, aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista, onde chefiou a bancada parlamentar.

Após a implantação da República ingressou no ministério das Finanças, onde foi presidente do conselho disciplinar, secretário e secretário-geral da Fazenda Pública, sendo de sua autoria a reforma tributária de 1911. Nesse ano presidiu à comissão de reforma aduaneira e de serviços fiscais.

Iniciou a sua carreira parlamentar como deputado da constituinte, eleito no círculo de Torres Vedras (1911-1915). Esse círculo englobava Torres Vedras, Lourinhã, Sintra e Cascais, entre outros locais, tendo obtido 7609 votos. Nessa legislatura alcançou a vice-presidência da respectiva Câmara (1912) e destacou-se com a formulação de um parecer sobre lei de receita e despesa de 1912-1913. Após o Sidonismo regressou à actividade parlamentar, sendo eleito deputado por Lisboa oriental (1919 e 1921). Em 1922 voltou a ser eleito para a Câmara dos Deputados, desta vez pela Horta. Em 1925 seria novamente eleito por Lisboa oriental. Renunciou ao mandato de deputado em Junho de 1924.

Integrou o elenco governativo, pela primeira vez, como ministro das Finanças, entre 15 de Maio e 18 de Junho de 1915. Tornou ao executivo, agora como Ministro interino da Agricultura e da Instrução Pública entre 23 e 24 de Maio de 1921 e chefe do governo e ministro das Finanças, entre 23 de Maio e 30 de Agosto de 1921.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1912 na loja Acácia com o nome simbólico de Garibaldi. Foi convidado a candidatar-se à Presidência da República, no final de 1925, mas recusou.

Faleceu em Lisboa, 5 de Maio de 1926.

Vasco Gonçalves Marques



Nasceu em 29 de Agosto de 1877 no Funchal. Era filho de Joaquim Gonçalves Marques e de Maria Clara de Freitas Gonçalves Marques. Casou em 1898, em Santa Luzia, Funchal, com Maria das Dores de Freitas, de quem teve descendência: Maria Gonçalves Marques, nascida a 30 de Dezembro de 1900 e Vasco Marques, funcionário da Emissora Nacional.

Formado pela Escola Médico-Cirúrgica, exerceu medicina no Funchal, foi professor de línguas no liceu do Funchal e foi comerciante.

Integrou o Partido Republicano Português (?-1920), o Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), o Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) e a União Liberal Republicana (1926-?). Foi candidato a vogal do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal durante o Congresso do PRN ocorrido em Março de 1926. Aderiu à União Liberal Republicana, foi vogal da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR no Funchal.

Foi chefe de gabinete do ministro do interior, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, num governo também presidido por este republicano (29-06-1919 a 15-1-1920).

Foi eleito senador pelo Funchal em 1915-17, 1919-21, 1921, 1922-25 e 1925-26.

Exerceu, de Abril de 1912 a Dezembro de 1913, as funções de administrador do concelho do Funchal. A partir de Janeiro de 1914 ocupou o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal, cargo de que foi demitido durante o Sidonismo e a que voltou após o fim deste regime. Neste cargo cuidou da instrução pública, das artes e da rede de estradas com intuito de desenvolver o turismo.

Foi Presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial do Funchal e director de *O Liberal*.

Auxiliou Cunha Leal a fugir do Funchal para Londres em Dezembro de 1930. Morreu no Funchal a 10 de Novembro de 1949.

Virgílio da Conceição Costa



Nasceu a 17 de Outubro de 1889 em Vendas Novas. Era filho de José Manuel da Costa e de Vicência da Alegria Costa.

Foi um dos primeiros alunos do Instituto Superior Técnico, matriculado em 1911/1912, completou o curso de Engenharia em 1930/1931. Trabalhou na Direcção dos Serviços da Carta Agrícola e na 1.^a Direcção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa. Foi engenheiro-chefe da Repartição de Estatística e Informações do Ministério do Comércio e professor de Física e Mecânica das Escolas Industriais.

Em 1919 foi eleito deputado pelo círculo de Elvas nas listas do Partido Republicano Evolucionista e, em 1922, por Aveiro nas Listas dos «governamentais» de Cunha Leal. Depois de algum tempo como independente ingressou em Março de 1923 no Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1922: 376c. 1922-23: 397d. Relator: 1922-23: 561. Foi preso preventivamente em Junho de 1922, em virtude de ser acusado de ter estado envolvido no 19 de Outubro, é no entanto, defendido por Cunha Leal.

Viriato Gomes da Fonseca



Nasceu a 13 de Dezembro de 1863 no lugar de Curral do Coculi, freguesia de Santo Crucifixo, na ilha de Santo Antão (Cabo Verde). Era filho de Manuel Gomes da Fonseca e de Juliana Joana Gomes da Fonseca. Casou em 1898 com Cesária da Conceição Machado Fonseca, natural de Lisboa. Deste casamento nasceram dez filhos: Viriato, Manuel, Augusto, João, Júlia, Ema, Celisa, Pedro, Lucete e Alberto.

Destacou-se enquanto político, militar e músico (exímio executante de harpa e guitarra). A Rainha D. Amélia ofereceu-lhe uma guitarra e participou em tertúlias com os Infante D. Afonso e D. Carlos, que o prezavam e lhe abriram muitas portas na metrópole.

Fez o curso preparatório para artilharia da Escola Politécnica. Seguiu a carreira militar, atingindo a patente de general da arma de Artilharia (praça, 1879; tenente, 1889; capitão, 1910; major, 1913; tenente-coronel, 1917; coronel, 1918; general, 1926; reserva, 1926; reforma, 1933). Foi o primeiro negro a chegar ao posto de general no exército português e provavelmente num exército europeu ou mundial. Nos Estados Unidos da América o primeiro afro-americano a atingir a patente de brigadeiro-general foi Benjamin Oliver Davis (1877-1970) em 1940. O primeiro general negro brasileiro foi João Batista de Matos, promovido em 1955.

Desempenhou diversos cargos militares e políticos em Cabo Verde e na Guiné: Comandante Militar da Ilha de S. Vicente em 1904; chefe da Repartição de Agrimensura; Comandante da Artilharia na Campanha da Guiné, nas chamadas «guerras de pacificação» contra os povos indígenas (1907-1908); Chefe do Estado-Maior da Província da Guiné; Director das Obras Públicas na Guiné; presidente da Câmara Municipal do Mindelo; administrador do concelho e presidente da Comissão Municipal da ilha de S. Antão (1909). O abastecimento de água à Vila da Ponta do Sol, o estudo das levadas e um levantamento topográfico do Concelho do Paul, são algumas das obras mais salientes que realizou na Ilha de Santo Antão (Dezembro de 1910 a Novembro de 1912). Na metrópole fez parte dos Serviços Geométricos de Cadastro (brigada do Alentejo) e do Instituto Geográfico Cadastral. Fez vários estudos sobre cadastro da propriedade rural. Pertenceu ao Conselho Colonial. Presidiu à Comissão Central de Vencimentos, que funcionou de 1923 a 1925.

Foi eleito deputado em 1919 e 1922 (proclamado a 18-5-1922) pelo círculo de Cabo Verde. Projectos de lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922-23: 435d, 435e, 560a, 591b, 606e. 1923-24: 560a, 591B. 1924-25: 835B, 872e, 904d, 917g, 945a, 949a. Relator 1922-23: 440, 464, 497, 528, 578, 592. 1923-24: 589, 743, 773, 774, 780, 800. 1924-25: 884, 932.

Fez parte do Partido Republicano Português, do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), do Partido Republicano Nacionalista (1923) e da Acção Republicana (1924-1925). Abandonou o PRN em Dezembro de 1923, após a cisão de Álvaro de Castro.

Recebeu as seguintes condecorações: Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa; Medalha Militar de Prata da Rainha D. Amélia; Medalha dos Serviços Distintos no Ultramar; Comendador da Ordem Militar de São Vicente de Aviz;

Medalha de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar; Cavaleiro da Ordem Militar de Santiago de Espada e Grã Cruz da Ordem Militar de São Bento de Aviz.

Morreu na sua residência, na Vivenda Cesária em Paço de Arcos, na Avenida dos Voluntários da República, em 26 de Fevereiro de 1942.